



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CAMPUS DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCS

PATERNIDADE FORÇADA:

Uma análise do processo de construção da paternidade a partir da ativação de mecanismos de coerção jurídica e/ou social sobre os pais

MARY ELENN CAMPOS SOARES

CAMPINA GRANDE – PB

2016

PATERNIDADE FORÇADA:

Uma análise do processo de construção da paternidade a partir da ativação de mecanismos de coerção jurídica e/ou social sobre os pais

MARY ELENN CAMPOS SOARES

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, sob a orientação do Prof. Dr. José Maria de Jesus Izquierdo Villota, com fins de avaliação para o grau de Mestre em Ciências Sociais.

CAMPINA GRANDE – PB

2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S676p Soares, Mary Elenn Campos.

Paternidade forçada : uma análise do processo de construção da paternidade a partir da ativação de mecanismos de coerção jurídica e/ou social sobre os pais / Mary Elenn Campos Soares. – Campina Grande-PB, 2016.

99.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2016.

"Orientação: Prof. Dr. José Maria de Jesus Izquierdo Villota".

Referências.

1. Paternidade. 2. Filiação - Paternidade. 3. Família - Paternidade. 4. Coerção Social. I. Villota, José Maria de Jesus Izquierdo. II. Título.

CDU 347.63(043.2)

PATERNIDADE FORÇADA:

Uma análise do processo de construção da paternidade a partir da ativação de mecanismos de coerção jurídica e/ou social sobre os pais

MARY ELENN CAMPOS SOARES

Dissertação apresentada em: 24-05-2016

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Maria de Jesus Izquierdo Villota
(Orientador)

Prof. Dr. Rodrigo Azeredo Grünwald
(Examinador interno)

Prof. Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos
(Examinador externo)

Dedico essa pesquisa a todas as pessoas que contribuíram
para a minha formação acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que sempre guiou a minha jornada.

Nenhuma interação ou relação social é sempre permeada por harmonia o tempo todo. As pessoas possuem diferentes personalidades, gostos, sonhos, desejos, querereres, mas, acredito eu, que são essas diferenças que tornam as relações interessantes e complementares. Eu não seria quem sou hoje se encontros e desencontros tivessem e não tivessem acontecido antes mesmo que eu viesse a esse mundo.

Foi numa das curvas da vida que a minha árvore genealógica, tanto a sanguínea quanto aquela criada por laços de sócio afetividade se deu. Nessa curva eu perdi um “pai” e ganhei um pai e duas mães que me acolheram e ao expor quem eles são, com os seus defeitos e qualidades me ensinaram a ser quem eu sou hoje. Sou muito grata principalmente ao que Manoel, meu pai, e Marines, minha mãe, fizeram e fazem por mim. São pessoas de atitudes nobres e verdadeiras. Eles me colocaram no interior da sua família, já então alicerçada, e fizeram de mim sua filha. Não consigo lembrar de nenhum momento da minha vida e de nenhuma atitude que eu tenha tomado, em que eu não tenha colocado os ensinamentos desse casal na frente das minhas decisões.

E o que falar da minha mãe Rosangela? Ela me ensinou que as aparências são insuficientes para que uma pessoa seja feliz, que esconder fraquezas e se mostrar sempre forte pode ser prejudicial, que sempre que tivermos sonhos e desejos devemos correr atrás deles e conquistá-los, mas sempre levando em consideração que a vida nos muda e que podemos mudar a vida constantemente. Ela se tornou um exemplo de sobrevivência e prova de que a vida é muito mais que aquilo que enxergamos. Ela me mostrou que a pessoa que somos hoje, não necessariamente será a mesma amanhã. Me ensinou que a nossa condição de vida é muito frágil e que por esse motivo devemos sempre deixar o orgulho de lado e vivermos de modo simples, porém, conectados com a felicidade.

Todos nós sabemos que as relações familiares e de amizade nem sempre são banhadas por harmonia o tempo todo, mas são essas pessoas que estão ao nosso lado, nossa família e amigos, as que caminham conosco impulsionando-nos para que consigamos chegar a qualquer lugar, afinal, ninguém consegue viver sozinho, são essas pessoas que tornam a nossa caminhada mais leve. Dito isso, gostaria de citar nomes de pessoas que sempre me acolheram, me incentivaram, me ajudaram e caminharam sempre comigo. Pessoas que conheci em épocas distintas, mas que se tornaram importantes para a minha

vida inteira. Quero começar pelos meus familiares, a exemplo do meu irmão Tiago, das sobrinhas Emily e sua mãe Viviane, Laura e sua mãe Priscila, esposa do meu irmão Tiago e a minha avó Mercês.

Agradeço ao meu círculo de amizades, especialmente a Jordana, Josivane, Kalina, Dayane e Eliene que acompanharam e dividiram comigo os caminhos trilhados no curso de graduação em Ciências Sociais. Meus colegas e amigos da turma do mestrado, em especial, Denise e Jéssica, que além de acompanharem minha jornada durante a pós-graduação, dividiram apartamento comigo. Agradeço todo o apoio, carinho e dicas de Crísthenes, Laisa, Mércia, Tatiana, Ricardo e Anne. Não poderia deixar de citar nesses agradecimentos o nome de Edilma, a voz que me ligava a cada nova etapa vencida durante o processo de seleção do mestrado, sempre me parabenizando e me informando sobre as aprovações. Finalizo essa parte dos agradecimentos, reconhecendo o trabalho de Thayse Silva, que em meio a correria para marcar a data da defesa desse trabalho, rapidamente realizou a revisão da redação aqui escrita.

Quero agradecer também a todos os professores que na graduação e na pós graduação pude dividir vivências com eles, que sempre me apoiaram, incentivaram e passaram seus ensinamentos para mim, a exemplo do professor Fábio Machado (responsável pelo Projeto Cidadania Ativa, que atuei como voluntária por um certo tempo), o professor Xangai (orientador no PIBID), professora Socorro (supervisionou as minhas intervenções enquanto aluna PIBID e depois como supervisora do estágio supervisionado, obrigatório para os alunos da licenciatura), Angela Metri (fui monitora de uma das suas disciplinas). Todos esses mestres, em especial, foram essenciais para a minha trajetória acadêmica.

Todas essas pessoas acompanharam por um certo período a vivência das minhas atividades acadêmicas e dilemas pessoais, sempre me apoiando e me incentivando. Sou muito grata a todas elas.

Reconheço aqui também a enorme importância do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande e aproveito o ensejo para agradecer a paciência, o carinho e as instruções e dicas sempre pertinentes do meu orientador Jesus Izquierdo, professor esse que acompanhou o meu crescimento acadêmico desde a época da graduação e sempre esteve disponível para atender as demandas dos meus questionamentos, estando sempre disposto para dialogar, incentivando dessa forma o desenvolvimento das minhas potencialidades. Não posso deixar de agradecer também ao

secretário do PPGCS, Rinaldo, que sempre esteve disponível para ajudar, tirar dúvidas e resolver os tramites burocráticos impostos pela Universidade.

Quero finalizar esses agradecimentos, citando os professores Valdonilson e Rodrigo, que acompanharam o desenvolvimento dessa dissertação, desde a apresentação do projeto até a defesa final dessa jornada, até que eu conseguisse o grau de mestre. A presença do professor Rodrigo em minha vida acadêmica data desde a época da graduação, quando cursei uma disciplina ministrada por ele, o professor Valdonilson se tornou familiar na minha vida acadêmica, pela participação em eventos em comum. Certamente tanto um como o outro não devem lembrar com nitidez da minha presença durante a jornada deles enquanto professores, mas eu lembro com muita clareza da presença e da importância de ambos no interior da minha vida acadêmica. Professores, deixo aqui o meu muito obrigada.

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram de alguma forma para a realização dessa pesquisa, os funcionários das instituições em que estive presente, aos meus informantes, diretos e indiretos, e as pessoas que serviram de ponte para que eu chegasse até eles. Todo o incentivo e disponibilidade de ajudar dessas pessoas, foram indispensáveis para o desenvolvimento desse trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: Processo de escolha do objeto.....	11
---	----

CAPÍTULO I

1.1 A inserção dos homens nos cuidados dos filhos – a chamada nova paternidade.....	18
1.2 Os modelos de paternidade.....	19
1.3 A inserção dos homens nos estudos sobre gênero e família.....	22
1.4 Gênero, feminismo e masculinidade.....	26
1.5 A intervenção do Estado nos cuidados com os filhos.....	34

CAPÍTULO II

2.1 A família no pensamento social.....	36
2.2 Família: um clichê?.....	38
2.3 Os novos modelos de família.....	40
2.4 Criança, família e sociedade contemporânea.....	41
2.5 Construção dos papéis sociais do pai e da mãe.....	46
2.6 O pai na família.....	61

CAPÍTULO III

3.1 Memórias do trabalho de campo.....	64
3.2 Algumas referências acadêmicas.....	64
3.3 Uma pesquisa qualitativa.....	65
3.4 O trabalho de campo.....	67
3.5 No encaço de um tipo de masculinidade.....	71
3.6 De pai para filho.....	73
3.7 Paternidade em foco.....	75

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
-------------------------------------	-----------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	93
--	-----------

ANEXOS.....	97
--------------------	-----------

RESUMO

Com a promulgação de leis voltadas ao amparo das crianças, o exercício da paternidade passou a ocupar um lugar importante nos debates em torno dos valores que caracterizam à família contemporânea. Em certa medida, na dinâmica da vida social pode observar-se que a relação paterno/filial se realiza em diversas dimensões. A dimensão biológica da paternidade, baseada na consanguinidade, é o critério mais comum para definir o vínculo pai e filho. A dimensão socioafetiva que gera vínculos entre pai e filho se constrói pela convivência e pela força dos laços afetivos que possibilita uma simbiose de cuidado e afeto mútuos. A dimensão sociocultural decorre de um critério jurídico, ou de uma imposição social segundo a qual a paternidade é determinada após a confirmação científica da descendência genética. Nossa análise se situa nessa última dimensão, ou seja, quando o homem necessita da confirmação de um teste de DNA para confirmar a paternidade de um filho. Com a ascensão do romantismo, nas últimas décadas, a família passou a ser reconhecida como um grupo de companheirismo, fundado essencialmente nos laços de solidariedade e afeto. Perante essa representação da família moderna, formulamos uma pergunta para nortear nossa pesquisa: pela força coercitiva exercida pelo círculo de sociabilidade do homem envolvido nessa situação, da confirmação de um teste de consanguinidade é possível construir o sentido da paternidade? Apoiados na teoria sociológica e mediante o uso do método qualitativo, analisamos a trajetória de alguns homens que, depois de receberem a confirmação do teste de DNA se viram perante uma situação concreta que os colocou como sendo pais de uma criança, onde inicialmente surgiu a dúvida por parte deles e de pessoas próximas a eles sobre a veracidade da paternidade, onde após sanada a dúvida eles se viram perante a situação de assumirem a paternidade de filhos não esperados e não planejados. Entre outros, nossa pesquisa se propõem responder aos seguintes questionamentos: Que sentimentos se desdobram nesses indivíduos a partir da confirmação do teste de DNA e da conseqüente imposição do exercício da paternidade? Como se dá a relação pai e filho após a ativação de mecanismos de coerção social e/ou jurídica? Quais são os valores que se desdobram nesses homens a partir do processo de interação com seus filhos?

PALAVRAS-CHAVE: Paternidade; filiação; família; coerção social.

INTRODUÇÃO

PROCESSO DE ESCOLHA DO OBJETO

A Sociologia da Família e das Relações de Gênero representa para mim um dos campos de pesquisa mais instigantes. Sou graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande e durante a minha trajetória acadêmica participei de inúmeros eventos, como minicursos, seminários, congressos, dentre outros, chegando inclusive a trabalhar na organização de dois encontros acadêmicos. Participei do programa de monitorias oferecido pela universidade, atuei como voluntária do Projeto “Cidadania Ativa, Valores e Instituições Políticas”, realizando intervenções na Escola Estadual de Ensino Médio e Profissionalizante Dr. Elpídio de Almeida, a mesma escola que me recebeu como aluna que realizava intervenções tendo como sustentáculo o Programa Institucional de Iniciação à Docência – PIBID. Na vivência dessas experiências acadêmicas, um dos fenômenos sociais que mais chamaram minha atenção foi a percepção da multiplicidade de formas de exercício da paternidade.

No percurso do processo reflexivo visando dar continuidade à minha vida acadêmica, considerei como relevante fazer um recorte temático no âmbito da Sociologia da Família e das Relações de Gênero. Assim, decidi adotar a construção da paternidade como tema de pesquisa para o curso de Mestrado em Ciências Sociais. Me propus a estudar um ponto específico da paternidade, aquela que é construída após um exame de consaguinidade. Meu estudo está vinculado a linha de pesquisa “Identidade e Cultura”, tendo como título “Paternidade forçada: Uma análise do processo de construção da paternidade a partir da ativação de mecanismos de coerção jurídica e/ou social sobre os pais.”

De acordo com Jesus Izquierdo Villota (2011), a pesquisa social possui sete finalidades, sendo elas: a identificação de padrões e relações gerais, comprovação e refinamento de teorias, predições, interpretação de fenômenos culturais ou históricos relevantes, exploração da diversidade do universo social, dar voz a grupos sociais que são marginalizados e fazer progredir a teoria sociológica. O autor nos alerta que não é possível em uma única pesquisa realizar todas essas sete finalidades.

Ao escolher meu tema de pesquisa procurei cumprir com algumas dessas finalidades da pesquisa social, refletindo sobre quais temas importantes são discutidos nas Ciências Sociais, mas que necessitam de mais discussões, após reflexões e conversas no âmbito acadêmico, acabei assumindo o desafio de estudar a paternidade construída após

um processo de coerção exercido sobre o homem identificado como genitor de uma criança, sendo essa força de coerção exercida pelo rigor da lei do Estado ou por sua rede de sociabilidade.

Tal interesse surgiu também da percepção através de leituras e de eventos acadêmicos de que os estudos sobre gênero e sobre família na sua grande maioria, dão uma maior ênfase ao papel da mulher no processo de criação dos filhos e pouco se discute sobre o papel dos homens. Isso se justifica pela construção social do que é ser homem e do que é ser mulher e os papéis que lhes são atribuídos no interior da nossa sociedade. É sabido que existem sociedades em que não há esse tipo de diferenciação, tanto homens, como mulheres, são igualmente responsáveis pelos cuidados com os filhos.

O interesse de estudar esse tema, também se refere ao desejo de poder contribuir para a construção de trabalhos sobre essa temática, assim como também, instigar outros pesquisadores, que tiverem acesso a essa pesquisa, a realizarem estudos sobre esse campo do conhecimento, que vem crescendo, no entanto é pouco divulgado, sempre no intuito de preencher as lacunas que esse trabalho possa vir a deixar, produzindo trabalhos mais abrangentes e com mais discussões teóricas e dados empíricos do que os que existem atualmente.

É perceptível que os estudos sobre gênero e sobre família focam na maioria dos casos, nas mulheres, como se apenas elas fossem as únicas pessoas constituintes dessa relação. Dito em outras palavras, observando a literatura e as discussões sobre esse tema, percebemos que existem poucos estudos voltados para discutir questões que envolvam o masculino, mais especificamente sobre a ausência de estudos que dão ênfase na decisão de uma pessoa do sexo masculino de assumir ou não a paternidade de um filho.¹

Dessa forma nossa proposta de pesquisa para Dissertação de Mestrado, trabalhou a assunção da paternidade como resultado de uma combinação de forças de coerção social. Como exemplo dessas forças coercitivas poderíamos mencionar as normas e regras sociais, as representações sociais sobre o exercício da paternidade ou sobre a imagem de família assim como a intervenção do Estado que de diversas formas criminaliza a prática de

¹ BADINTER, Elisabeth. **O amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DAMATTA, Roberto 1936. **O que faz o Brasil Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco: 1986. Pp. 18-28

FONSECA, Claudia. **A certeza que pariu a dúvida: paternidade e DNA**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Estudos feministas, Florianópolis, 12(2):264, maio-agosto/2004, pp13-34. KRUCZEWSKI, Lais Regina. MARIANO, Silvana Aparecida. **Família nuclear patriarcal: breves notas sobre a (re)construção da teoria social e os estudos feministas**. Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248. Universidade Estadual de Londrina.

“abandono de incapaz”. Dentro dessa lista não podemos esquecer as exigências familiares que recaem sobre o homem exigindo que este assuma o seu filho. Tal exigência se entende a partir da certeza de que diversos setores sociais emitem discursos apontando uma única direção para o indivíduo em questão: “Se a lei e a sociedade civil reconhecem que você é o pai de uma criança, você deve assumir esse papel.”

Colocamos o teste de DNA como a condição para o levantamento de dados. Mas, nossa análise envolve uma diversidade de casos cujo elemento comum é que a paternidade foi assumida depois do nascimento do filho, seja por coerção jurídica ou por outro tipo de coerções de ordem social.

Em nosso contexto, a configuração de forças de coerção social para instigar a assunção da paternidade pode ser mapeada. De fato, com a chegada da República Brasileira, as mulheres deixaram de ocupar apenas o espaço doméstico e passaram, a ocupar também os espaços públicos, não sem resistências por parte da sociedade que considera vantajoso o enclausuramento delas em suas casas, inclusive, os modelos familiares ganharam novos componentes como será descrito aqui.

É vasta a história da relação entre mães e filhos, entre mulheres e homens, e as lutas delas para se empoderarem enquanto donas de si, no entanto, o foco principal desse trabalho, não é falar dessas mães de famílias e sim dos pais e dos seus filhos, mais precisamente dos pais que, por motivos diversos, ofereceram alguma resistência para assumirem os seus filhos.

Tendo em vista o que já foi exposto até o presente momento, se faz necessário expor de forma mais direta os objetivos que norteiam nossa pesquisa, que são os seguintes: Entender como, concretamente, se dá o processo de assunção da paternidade a partir de uma força de coerção, que nos casos estudados, na maioria deles, se deu por forças de coerções familiares e de rede de conhecidos, ao mesmo tempo em que analisamos discursos recolhidos com pessoas que trabalham com reconhecimento de paternidade por determinação judicial, a exemplo de funcionários do projeto “Nome Legal”, que é um programa de incentivo de reconhecimento de paternidade, tendo sua sede situada no Ministério Público da cidade de Campina Grande, cidade polo do nosso estudo.

Procuramos entender também como esses homens encararam essa nova etapa da vida deles. Como sua rotina, suas relações sociais, seu modo de pensar e agir se alterou a partir do momento em que receberam a notícia da suposta paternidade, depois de ter passado pelo processo de comprovação e chegando ao momento em que ele assume o

filho, quando o teste confirma a consaguinidade ou quando os argumentos comprobatórios da paternidade são inquestionáveis. Vale salientar que homens que realizam teste para assumir a paternidade de um filho, pode fazê-lo quando sua prole ainda é uma criança, (quando a mãe da mesma é quem solicita que o pai assuma a paternidade do filho, ou qualquer outro familiar ou conhecedor do caso), ou um adulto (quando é o filho quem solicita o reconhecimento de paternidade). Procuramos ver também, como são estabelecidos os laços de filiação entre esses dois indivíduos e que desdobramentos ocorrem na vida do indivíduo quando este se nega a exercer as funções de pai. A resposta a esse e outros questionamentos só poderia advir depois de uma prolongada inserção no campo da nossa pesquisa.

Falando especificamente da pesquisa de campo, de forma resumida, posso afirmar que para realizar a coleta de dados empíricos recorri a homens que realizaram testes de confirmação de paternidade, por imposições sociais, familiares e dos próprios parceiros sexuais ou para sanar a dúvida que eles mesmo tinham. Realizei visitas a escritórios de advocacia no intuito de entender como se dão os tramites legais dos processos de reconhecimento na área jurídica, quando o homem recebe um mandato e um chamado judicial para realizar um teste de DNA e reconhecer seu filho ou quando de forma voluntária eles assumem seus filhos.

Realizamos visitas exploratórias a outros órgãos institucionais, a exemplo do Conselho Tutelar da cidade e centros de atendimento à mulheres, no entanto, desses locais não consegui extrair informações que fossem agregar algum conhecimento válido para essa pesquisa, mas é válido salientar que as pessoas que trabalham nesses órgãos me deram indicações de pessoas e lugares onde eu poderia buscar informações que fossem contribuir para o processo de construção da pesquisa de campo.

Em princípio, para a coleta de dados empíricos tinha escolhido como principal instrumento a entrevista semi estruturada. Nos meus planos, depois de um agendamento prévio, eu me encontraria com o informante e ele me contaria como foi essa etapa da sua vida. A conversa seria gravada e posteriormente transcrita. No entanto, com os empecilhos criados pelos informantes a saída que encontrei foi a de enviar questionários, que eles responderiam e me devolveriam, vale salientar que consegui encontros presenciais, mas a técnica de coleta de dados predominante foi o envio do questionário. Após tomar essa decisão, rapidamente consegui deles as informações que tinham para me passar.

Muitos dos homens que receberam mandato judicial para realizar o teste de DNA e assumir a sua prole, se recusaram a conversar comigo sobre o assunto. Em razão dessa dificuldade que acabou atrasando o andamento do meu trabalho. Na esperança de dispor de um número maior de informantes, decidi, junto com o orientador, ampliar o leque de informantes. Passamos assim a usar como critério de recorte homens que tivessem vivenciado a experiência de serem “forçados”, por diversos meios, a assumir a paternidade

O método adotado em nossa pesquisa é de ordem qualitativo. Usamos diversas técnicas de coleta de dados, entre as quais demos prioridade ao questionário estruturado e a entrevista, com a complementação da pesquisa bibliográfica. A ideia inicial foi de estabelecermos contato com cerca de três ou quatro homens que passaram pelo processo de legalização de paternidade e, a partir dos seus depoimentos, construir uma história de vida que nos permitisse compreender nosso objeto de estudo. Com todas as dificuldades encontradas em campo, conseguimos fazer contato com três homens que não sem resistência aceitaram participar da pesquisa. Julgamos importante estabelecermos contato com pessoas que trabalham na área jurídica que lida cotidianamente com casos de reconhecimento de paternidade, a exemplo de juízes das Varas de Família, órgãos ligados a reconhecimento de paternidade voluntário ou judicial, dentre outras pessoas que surgiram durante a pesquisa de campo.

Ao adotarmos o questionário estruturado e a entrevista como técnica de coleta de dados, defendemos a ideia que não se tratam apenas de uma técnica para coleta de dados, esses instrumentos serviram como um instrumento de pesquisa que recolhe relatos importantes de acontecimentos sociais narrados por pessoas que os viveram. Como é o informante quem decide o que vai ser relatado, o pesquisador deve ter o cuidado para não influenciar no seu discurso.

No primeiro capítulo da nossa dissertação discorreremos como se deu a tímida inserção dos homens nos cuidados dos filhos, esse novo comportamento está ficando cada vez mais visível e está sendo chamado por alguns de nova paternidade, em que os homens deixaram de ser vistos e de se comportarem como sendo apenas o provedor financeiro do filho, esses homens agora procuram prover sua prole de forma afetiva e participativa, dando assistência doméstica no que diz respeito aos cuidados íntimos, como participar ativamente da gestação da esposa, auxiliar nos cuidados com os filhos nos seus primeiros dias de vida, realizando atividades como dar banho, brincar, incentivar, ensinar as lições escolares, dentre outros cuidados.

Ainda nesse capítulo analisaremos os discursos que contribuíram para coagir os homens a assumirem seus filhos e a serem pais participativos. Usaremos como principais indutores, formadores de opiniões, incentivadores, doutrinadores, os círculos sociais, os sistemas de escolarização, as crenças religiosas, os meios de comunicação, os saberes jurídicos.

Para finalizar esse capítulo, descreveremos como se dá a intervenção do Estado nos cuidados com os filhos e como se dá o processo de assunção da paternidade após a confirmação do teste de DNA. O capítulo I foi estruturado da seguinte maneira:

- 1.1 A inserção dos homens nos cuidados dos filhos – a chamada nova paternidade
- 1.2 Os modelos de paternidade
- 1.3 A inserção dos homens nos estudos sobre gênero e família
- 1.4 Gênero, feminismo e masculinidade
- 1.5 A intervenção do Estado nos cuidados com os filhos

No segundo capítulo descreveremos algumas discussões existentes que dizem respeito à família no pensamento social, descrevendo os novos arranjos sociais que foram surgindo na nossa e em outras sociedades, arranjos esses que não se limitam somente aquele comumente conhecido que envolve pai, mãe e filhos, a chamada família nuclear ou família tradicional. Discorreremos sobre o lugar da criança no interior das famílias, desde os séculos anteriores até o atual, falamos sobre a construção do que é ser pai e do que é ser mãe na vida social, dando ênfase maior a paternidade, principal tema da nossa pesquisa, discutindo também como tem se dado a inserção dos homens nos estudos de gênero. O capítulo II foi estruturado da seguinte maneira:

- 2.1 A família no pensamento social
- 2.2 Família: um clichê?
- 2.3 Os novos modelos de família
- 2.4 Criança, família e sociedade contemporânea
- 2.5 Construção dos papéis sociais do pai e da mãe
- 2.6 O pai na família

No terceiro capítulo nos dedicamos a expor os resultados da pesquisa de campo usando como base os depoimentos recolhidos mostrando como se deu o processo de confirmação de paternidade dos informantes, mostrando de forma breve como foi construída a relação paterno/filial após a confirmação do laço de parentesco, observando o lugar que esse filho passou a ocupar na vida desse pai e qual relação foi construída, se de

afeto, assistencialismo, se foi só para cumprir com a coerção social que o obrigou a assumir esse filho, sabendo que a justiça ou o meio social podem obrigar o homem a pagar uma pensão alimentícia, a colocar o seu nome no registro do filho, mas não é capaz de obrigá-lo a ser um pai participativo na vida do seu filho. Ele foi estruturado da seguinte maneira:

3.1 Memórias do trabalho de campo

3.2 Algumas referências acadêmicas

3.3 Uma pesquisa qualitativa

3.4 O trabalho de campo

3.5 No enalço de um tipo de masculinidade

3.6 De pai para filho

3.7 Paternidade em foco

Finalizo esse trabalho fazendo as considerações finais, expondo as referências bibliográficas que serviram de base para a escrita desse trabalho, assim como também o trabalho de campo e por fim, os anexos.

CAPÍTULO I

1.1 A INSERÇÃO DOS HOMENS NOS CUIDADOS DOS FILHOS – A CHAMADA NOVA PATERNIDADE

Assim como as mulheres mudaram a forma de ver e de lidar com seus filhos, partindo de uma construção social e histórica, os homens também transformaram a forma como cuidam dos seus filhos, muitos deles, que antes se abstinham de dedicar cuidados próximos e mais íntimos com os seus filhos, em épocas passadas, passaram a mudar esse tipo de comportamento. Relatos desse processo de mudança serão bastante expostos nesse texto. Para tanto, usaremos como principais referências os trabalhos de Elisabeth Badinter (1985) e Philippe Ariès (1981).

Para começar nossa incursão analítica, fazemos referência ao artigo “Pais que cuidam do filhos: a vivência masculina na paternidade participativa” (2008), das autoras Cristina Sutter e Bucher-Maluschke. Nesse texto as autoras realizaram uma pesquisa com pais que se autodeclararam cuidadores dos filhos, observando qual o sentido dado a paternidade e à masculinidade na vida desses homens. Mesmo no interior dessas famílias, onde os pais ajudam nos cuidados com os filhos, a mãe continua representando o papel de principal cuidadora.

Nesse trabalho fica claro que os homens consideram a paternidade tão importante quanto a vida profissional e são esses pais que se enquadram no modelo de paternidade participativa. As autoras procuram investigar se esse modelo de pai participativo afeta os modelos tradicionais de masculinidade.

A paternidade participativa se caracteriza pela participação constante do pai no cuidado com os filhos; esse pai participativo é o oposto do pai tradicional que possui como principais características ser o provedor da família, ter o controle das atitudes da família e das escolhas dos filhos e das esposas, aquele pai que impõe castigos e dificilmente se entrega a brincadeiras e mimos com a sua prole, sem querer aqui generalizar esse tipo de comportamento a todos os pais, falamos aqui daquele tipo de pai que se encaixa nas famílias de formação mais tradicional e conservadora, partindo também de um construto histórico.

O lar e a maternidade antes da diminuição do poder do patriarcado, sempre foram vistos como estando ligados exclusivamente às mulheres, não cabendo ao homem entrar

nessas esferas. A maioria das famílias tradicionais se organizam em torno das funções atribuídas a cada indivíduo, a mãe como cuidadora do lar e dos filhos, os pais como provedores e os filhos como submissos a esses, onde o mundo materno é considerado como sendo inferior ao mundo paterno.

Como sabemos, a maioria dos homens ainda não participam dos serviços domésticos e não se veem como seres ativos do processo de gestação, a não ser no momento do ato sexual. Eles não conseguem se envolver com os sentimentos relacionados a gravidez. Somente quando de fato tornam-se pais, após o nascimento do filho conseguem se envolver de forma mais afetuosa, fazendo com que o filho o sinta presente, coisa que ele não chegou a sentir na sua condição de filho e com o relacionamento com o seu pai, fazendo um trabalho de mudança de comportamentos geracionais.

Ainda que estando mais próximos dos seus filhos, de modo geral, esses pais ainda se recusam a assumir os cuidados domésticos requeridos por aqueles, é como se as tarefas fossem qualificadas para mães e pais, cabendo a elas alimentarem essas crianças, dar-lhes banho, lavar suas roupas, enquanto que aos pais cabe as brincadeiras, os jogos, as broncas, dentre outros.

A paternidade ainda é vista como prova de virilidade, por esse homem ser capaz de fecundar o óvulo de uma mulher, cabendo a ele também o dever de suprir financeiramente sua família.

Ao final da pesquisa as autoras Cristina Sutter e Bucher-Maluschke (2008), concluíram que os pais que se disponibilizam a cuidar dos seus filhos se entregam ao amor e ao envolvimento que tem por suas crianças. Eles se emocionam, sofrem, amam, sentem prazer em se relacionar com os seus filhos. Para elas é necessário admitirmos que os homens podem ser acolhedores e terem cuidado no trato com os filhos. Esses homens negam o passado patriarcal que os impedem de deixar evoluir neles essas características humanas, psicológicas, biológicas e sociais.

1.2 OS MODELOS DE PATERNIDADE

A sociologia da família nos lembra que a paternidade, como função social, não é algo dado naturalmente, no sentido em que a paternidade envolve uma série de ações, a maior parte delas de caráter simbólico, é algo que pode ser construído com o tempo, com o cultivo de sentimentos ligados a esse papel social.

A primeira noção de paternidade que queremos destacar aqui é aquela do “pai provedor financeiro” da família. Atualmente esse pai provedor continua existindo, mas observamos uma mudança no seu comportamento. Na atualidade, muitos desses pais provedores querem participar ativamente dos cuidados pessoais do filho. É demonstrando esse cuidado que eles sentem a realização de ser pai. Justamente é esse sentimento de realização que tem feito com que muitos homens acolham para si a paternidade de filhos não biológicos, a chamada “paternidade socioafetiva”, a segunda noção que destacamos, que é caracterizada por um parentesco que não possui bases biológicas e sim afetivas. Muitas dessas paternidades socioafetivas são efetivadas de modo judicial, através de um processo de adoção em um cartório civil atendendo aos tramites legais e burocráticos impostos pela lei, esse processo finca suas bases na livre escolha de um indivíduo acolher amorosamente e financeiramente outro indivíduo. É interessante informarmos que, juridicamente falando, essa adoção é irrevogável.

O fato concreto de um indivíduo por livre escolha optar por adotar outro indivíduo é prova de que o afeto de paterno/filial não é necessariamente e somente biológico, (é tanto que facilmente encontramos casos de paternidade biológica e até mesmo jurídica onde a total falta de afeto é predominante).

A socioafetividade se fundamenta nos laços sociais, culturais e afetivos de relacionamento observados no convívio entre pais e filhos, ou seja, o vínculo é construído independentemente da existência de laços biológicos. Esse laço construído de forma judicial, tem o mesmo valor que o laço de consaguinidade.

Após falarmos sobre a filiação socioafetiva, faz-se necessário falar sobre um polo oposto a este, que é o “crime por abandono de incapaz”, previsto no artigo 133 do Código Penal. A vítima é sempre aquela que se encontra sob cuidado e vigilância daquele que a abandonou. Também é considerado crime manter-se na presença daquele que deve ser protegido e negar-lhe apoio. O que caracteriza o abandono é o risco que o indivíduo abandonado sofre por ser incapaz de se defender. Nesse caso específico o foco principal é citarmos o abandono de crianças promovidos por aqueles que possuem o dever de zelar pela vida delas, mas vale salientar que o texto do código penal deixa claro que o abandono de incapaz é mais geral, incluindo qualquer pessoa indefesa que tenha o seu discernimento reduzido parcial ou totalmente, seja por doença ou por idade, podendo essa pessoa ser criança, idosa, enferma, deficiente físico ou mental, incluindo o abandono intelectual que é quando os pais privam os filhos dos estudos e o abandono moral.

O sujeito ativo desse crime é aquele que tem o dever de defender, de dar suporte ao sujeito passivo e vítima do crime, que foi deixado desamparado e exposto a perigos aos quais não é suficientemente capaz de se defender. Quando o sujeito ativo não possui vínculo com o sujeito passivo o crime cometido é o de omissão de socorro.

Segue o texto presente no Código Penal:

Abandono de incapaz

Art. 133 - Abandonar pessoa que está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade, e, por qualquer motivo, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono:

Pena - detenção, de seis meses a três anos.

§ 1º - Se do abandono resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena - reclusão, de um a cinco anos.

§ 2º - Se resulta a morte:

Pena - reclusão, de quatro a doze anos.

Aumento de pena

§ 3º - As penas cominadas neste artigo aumentam-se de um terço:

I - se o abandono ocorre em lugar ermo;

II - se o agente é ascendente ou descendente, cônjuge, irmão, tutor ou curador da vítima.

III - se a vítima é maior de 60 (sessenta) anos (Incluído pela Lei nº 10.741, de 2003).

Ao estudar a filiação socioafetiva no âmbito jurídico, Thibau e Silva (2013), mostram que as discussões acerca da filiação no âmbito do direito civil têm passado por transformações que chamam os juristas e os doutrinadores para debater sobre o assunto. Os filhos tidos fora do casamento eram menosprezados. A eles era reservada a ilegitimidade, quando nasciam de mulheres que não eram a esposa legítima do homem. O reconhecimento da paternidade só se fazia presente caso houve um laço matrimonial, de acordo com o código civil de 1916.

O art. 226 e principalmente 6º do art, 227 ampliou o conceito de família, reconhecendo aquelas formadas através do casamento, a de uma união estável e as monoparentais (Constituição Federal de 1988)). Isso fez com que os filhos advindos de fora de casamento e os adotados saíssem da invisibilidade.

Ainda segundo Thibau e Silva (2013), a constituição passou a ver a criança como um indivíduo que possui direitos. São três os tipos de filiação: a jurídica, onde o pai é o marido da mãe, a biológica, onde os laços de familiaridade são consanguíneos, e a socioafetiva, onde o envolvimento entre pai e filho é construído através do convívio, o que não significa dizer que ele é adotado no papel, seguindo os tramites impostos pela lei.

Hoje as famílias são formadas tendo como base o companheirismo, o amor, o afeto e não somente com a função da procriação. Antes as famílias eram organizadas de modo que cada um possuía uma função específica e obedeciam ao chefe da família, que era o homem seguindo dessa forma o regime patriarcal. Essa antiga formação familiar começou a ruir com a deflagração da Revolução Industrial, com o surgimento da necessidade de trazer a mulher para o mercado de trabalho.

O código civil de 1916 só reconhecia as famílias advindas com o casamento, o divórcio não era autorizado e os casos extraconjugais eram desconsiderados. O apelo social e as mudanças das configurações da vida em sociedade e das relações familiares forçaram o legislador a observar e abarcar na lei os direitos familiares que não se restringissem somente a família formada através do matrimônio, a partir disso, foi criado o Estatuto da Mulher Casada que reserva a ela bens adquiridos no matrimônio e a lei do divórcio que rompeu com a patente sagrada do casamento possibilitando o fim do mesmo.

A constituição de 1988 igualizou, pelo menos no papel, os direitos dos homens e das mulheres, e entre os filhos, concebidos no casamento ou fora dele. Antes da constituição de 88, a única família aceita era aquela formada por um homem, uma mulher e seus filhos legítimos, essa união era sacralizada pelo casamento. O artigo 227 §6º da Constituição, passou a proteger a igualização de direitos entre os filhos vistos como legítimos e os ilegítimos.

1.3 A INSERÇÃO DOS HOMENS NOS ESTUDOS SOBRE GÊNERO E FAMÍLIA

Existe uma vasta bibliografia sobre as conquistas que as mulheres dia após dia têm conquistado, assim como também, discussões acerca das lutas que almejam. Assim, o estudo que pretendemos realizar se justifica pela necessidade de preencher uma lacuna em termos de pesquisa acadêmica.

“Os homens devem passar a ser uma preocupação dos feminismos, não apenas as mulheres. Se os estudos de gênero afirmaram o caráter relacional das definições de gênero, dos modelos de gênero, as mensagens e práticas feministas não devem estar voltadas apenas para um lado da relação, mas devem se dirigir aos dois agentes das relações de gênero.” Daí fica a pergunta: É possível modificar as relações de gênero modificando apenas as mulheres? (MUNIZ, Durval).

Os estudos sobre gênero tiveram início na década de 60 enfocando as desigualdades entre homens e mulheres e as subordinações que estas sofrem daqueles. Os estudos sobre

paternidade vêm ganhando espaço no mundo acadêmico graças a esses estudos sobre gênero, mesmo que de forma reduzida e tímida.² Esses estudos tanto na área da sociologia, e das Ciências Sociais em geral, ajudam os estudiosos do assunto a analisar e enxergar como o homem se vê dentro da sociedade a qual ele faz parte e que “domina” e mostram a repercussão positiva que a participação dos pais na vida dos filhos provoca.

Entendemos que para compreender o processo de construção da paternidade depois da realização de um teste de DNA, culminando na confirmação do laço consaguíneo, será preciso mergulhar em algumas contribuições teóricas da sociologia que tenham como foco a masculinidade, imbricada nas relações de gênero, na família e na dimensão emocional.

Durval Muniz na conferência intitulada “Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças” mostra que a sociedade em si é pensada para o masculino, portanto, para a entendermos devemos entender o masculino. Ele se pergunta também se seria possível mudar a dinâmica dessa sociedade patriarcal mudando somente a mentalidade das mulheres e não a dos homens. São esses e outros assuntos que pretendemos discorrer durante a execução das pesquisas para a realização desse projeto.

Nas últimas duas décadas os estudos sobre paternidade tem focado a mudança cultural do modelo de pai distante, provedor e símbolo de autoridade, para um modelo de “nova paternidade”. Nesse modelo os pais aparecem exercendo as mesmas funções que as mães no que diz respeito aos cuidados domésticos e emocionais com os filhos. “A nova paternidade” coloca em evidência o declínio do homem como sendo o único provedor da família, as lutas desses homens por direitos iguais no que diz respeito aos cuidados com os filhos e a sua participação ativa na vida desses filhos em casos de separação conjugal. Nesse contexto aparecem também as lutas dos novos modelos familiares a exemplo das famílias monoparentais, homoafetivas, adotivas e as famílias que usam técnicas assistidas de reprodução.

² Como exemplos de trabalhos que estudam a paternidade podemos citar “Paternidade: responsabilidade social do homem no papel de provedor”, (COSTA, SILVA, COELHO, LUCENA, GUEDES, MENDONÇA, 2009), “Reprodução e gênero: paternidades, masculinidades e teorias da concepção”, (COSTA, 2002), “A certeza que pariu a dúvida”, (FONSECA, 2004), “Paternidades fragmentadas”, (GRANJA e MACHADO, 2013), “Paternidade responsável: problematizando a responsabilização paterna”, (MOREIRA e TONELI, 2013), “Pais que cuidam dos filhos: a vivência masculina na paternidade participativa”, (SUTTER e BUCHER-MALUSCHKE, 2008).

Segundo Machado e Granja (2013), as mudanças nesse imaginário cultural são condicionadas por fatores econômicos, políticos e sociais fortemente marcados por trajetórias individuais, diferenças de classe social, raça e fases da vida. Ao tratar da complexidade da vida em família e das suas mudanças, essas autoras falam dos processos de “fragmentação da família” que é decorrente da dissociação entre casamento e laços de parentalidade.

Elas analisaram discursos de homens que não conviveram com os seus filhos, e outros que nunca cultivaram uma relação conjugal com a mãe dos seus filhos e de homens que mantiveram relações conflituosas permeadas por interrupções. O enfoque do trabalho partiu de dois conceitos sociais e simbólicos gerados pelo sistema jurídico na área penal e cível abordando homens envolvidos em processos de reconhecimento de paternidade de crianças geradas fora do casamento e homens em prisão preventiva. As autoras procuraram captar os sentidos que a paternidade pode assumir em contextos que estão distantes do modelo tradicional de paternidade fincado no matrimônio ou na coabitação.

O texto tem como função contribuir na ampliação da abordagem sociológica dos estudos das modalidades de paternidade em Portugal, analisando como os homens percebem o seu papel de pai e como se relacionam com seus filhos sendo eles, pais ausentes, observando os impactos causados pela justiça quando esta decreta a prisão preventiva ou a realização de um teste de comprovação de paternidade, chegando a legalização da mesma.

Karen Giffin (2005), no artigo “A inserção dos homens nos estudos de gênero”, relata os discursos e os conceitos formados por homens que acompanharam de perto o movimento feminista nos anos 60, esses homens participavam de grupos nos anos 70, que traziam contribuições que ajudavam na desconstrução da ordem binária que estabelece os rumos das relações e dos comportamentos entre as pessoas de sexos opostos. Esses espaços organizados por homens no âmbito universitário se detinham a refletir sobre as suas próprias experiências dentro do patriarcado.

Essas pequenas organizações de discussões organizadas foram vetadas pelas mulheres do movimento feminista. Esse veto foi justificado pela experiência cotidiana da dominação masculina, as mulheres temiam que os homens acabassem dominando o movimento que denunciava a divisão sexual do trabalho que colocava as mulheres em uma posição de mães desvalorizadas socialmente no que diz respeito à esfera pública, sendo

essa última delegada aos homens, o receio era de que estes transformassem o movimento de forma de negativa.

Valdonilson Barbosa dos Santos (2013), no seu texto “Quando os homens abrem e fecham as asas: interpretando as práticas discursivas de gênero no contexto da violência”, fruto da sua tese de doutorado que teve sua pesquisa realizada na região metropolitana de Recife, que estudou homens praticantes de violência contra suas mulheres, percebe nos discursos deles o reforço do modelo tradicional de gênero ao mesmo tempo em que esses homens percebem as mudanças que vem ocorrendo nas relações entre eles e o seu sexo oposto. Eles têm percebido a maior autonomia das mulheres, a inserção delas no mercado de trabalho, a dedicação aos estudos. Para eles esse avanço do comportamento feminino não significa o início de uma dominação feminina que vá controlá-los. Quando essa maior autonomia conquistada por elas demonstra qualquer traço de um desejo de poder maior do que aquele que já possuem, demonstrando o desejo delas dominarem os homens, eles recorrem ao uso da violência considerada corretiva. Essa é a maneira que encontraram para realizar a manutenção da dominação.

De acordo esse autor, após a separação, os homens se sentem no direito de quebrar ou de tirar de casa os objetos que compraram com os frutos do seu trabalho, seguindo a lógica de que elas não detêm o poder sobre tais objetos, tendo em vista que não foram elas quem os adquiriu. Eles acabam usando esses objetos como instrumento de controle das companheiras ou ex-companheiras e dos filhos.

Os homens têm reconhecido de forma inconformada uma maior autonomia das mulheres e tem questionado as políticas públicas voltadas para elas que segundo eles as privilegiam e fazem recuar o mando masculino.

Esses homens exigem que as mulheres cuidem da casa, deles por serem seus maridos, dos filhos ao mesmo tempo em que eles lutam pela manutenção da divisão sexual do trabalho que é o que os mantêm no topo do poder. O não cumprimento ou o mau cumprimento das atividades domésticas e o pouco cuidado com os filhos são usados como justificativa para agressões. Para eles, agredir as companheiras representa uma forma de provar a virilidade.

Ainda segundo Valdonilson dos Santos (2013), quando esses homens, cometem atos de violência, justificam dizendo que estavam certos e só desejavam mostrar que foram provocados. Para tentar se defender das acusações de serem as únicas pessoas violentas no âmbito do relacionamento, muitos deles criam uma imagem de uma mulher violenta que

quer controlar o homem não o deixando sair para beber com os amigos, controlando o horário de chegada e de saída para o trabalho, dentre outras queixas. Essa imagem de mulher violenta ajuda a enfrentar o poder feminino e quando são eles que sofrem agressões por parte das suas parceiras, raramente prestam uma queixa em uma delegacia pois defendem a ideia de que não é aceitável para um homem assumir que foi agredido por uma mulher.

A manutenção financeira da família representa para eles a manutenção do modelo tradicional de masculinidade. Ser homem é ser capaz de sustentar uma família e esses sustentos financeiros os fazem se sentir donos dos seus lares, dos seus filhos e das suas esposas, para eles, é como se esses indivíduos que dependem financeiramente do fruto do seu trabalho fossem propriedades, é tanto que no decorrer das brigas familiares eles não perdem a oportunidade de reafirmarem essa condição de donos, diante dessa realidade cabe aos filhos e as esposas, como dependentes obedecerem e se subordinarem ao chefe do lar.

1.4 GÊNERO, FEMINISMO E MASCULINIDADE

O feminismo surgiu em meio aos ideais iluministas e das ideias propostas pela Revolução Francesa e Revolução Americana, com o passar do tempo, tomou forma própria e criou os seus próprios ideais. Conquistou mulheres de vários países da Europa, EUA e América Latina e por volta do século XIX as mulheres burguesas e da classe média se organizaram e fortaleceram a discussão sobre o direito ao voto, acesso à educação e inserção profissional em campos denominados exclusivamente masculinos (SILVA, 2014).

O movimento que emergiu nos anos 60, após a Segunda Guerra Mundial, trouxe para o cenário político o debate sobre a sexualidade e o corpo feminino, assim como também a luta pela igualdade de gênero, que passou a ser a principal bandeira de reivindicação do movimento feminista que teve como cenário no Brasil a ditadura militar, onde as mulheres lutavam em busca de direitos e melhores condições de vida. Entre as militantes, incluíam-se jornalistas, atrizes e sindicalistas, levando a produções acadêmicas sobre a situação da mulher na sociedade até chegar de fato aos estudos sobre gênero. (SILVA, 2014)

A partir de 1970 o movimento feminista passou a questionar os sinais da sexualidade feminina e os modelos de comportamento impostos às mulheres. Foi nessa época que surgiu a consciência de que ser homem e ser mulher depende do contexto

histórico e cultural em que os indivíduos vivem. A partir de 1980 os estudos de gênero passaram a reivindicar políticas públicas que garantissem a igualdade de gênero, dessa forma o movimento se consolidou no campo de pesquisa que trata sobre as mulheres e as questões de gênero. (SILVA, 2014)

A sociedade patriarcal construiu um modelo que definiu os papéis sociais atribuídos a homens e mulher que acabou refletindo na forma como esses indivíduos se relacionam no interior da sociedade, dito em outras palavras e associando a momentos históricos, foram as relações econômicas e sociais em um momento de transformação e com a explosão da Revolução Industrial atrelado ao patriarcado e com o nascimento do capitalismo que acabou estruturando uma organização social com uma distribuição de papéis socialmente atribuídos, cabendo aos homens as funções sociais de grande prestígio social e as mulheres a submissão a esses assim como também a sua imagem associada ao cenário doméstico.

Nos espaços não domésticos já é possível observar sem muito esforço uma maior inserção das mulheres em cargos de chefia, no mercado de trabalho, no cenário político, dentre outros ambientes considerados de domínio masculino.

No Brasil o termo gênero passou a ser usado no final dos anos 80, esse conceito não descreve apenas as diferenças entre homens e mulheres, ele pensa as relações de poder entre esses.

Incluir os homens nos estudos sobre gênero tem sido uma novidade e está a cada dia que passa ganhando ainda que de forma tímida, espaço no mundo acadêmico, estudar as masculinidades e questões ligadas ao masculino, como paternidade, a relação de dominação desses homens na sociedade, as mudanças nos seus comportamentos, questões ligadas à sexualidade, reprodução dentre outros, ainda é uma inovação.

Os estudos sobre masculinidades surgiram nas décadas de 50 e 60 de forma tímida, ganharam uma maior proporção na década de 70 e se difundiram na década de 80 nos países anglo-saxões.

Ao falar sobre sexualidade é sabido que se fixou uma ideia de uma única masculinidade baseada na dominação e no poder do patriarcado, dessa forma, a masculinidade costuma ser vista como única, como algo fixo, certo e não como algo que foi e é socialmente construído.

Fernando Bagiotto (2007), problematiza a masculinidade no campo sócio-histórico, interpretando as noções que construíram e que constroem a masculinidade. Para discutir essa temática o autor usa as teorias e os conceitos de diversas áreas do conhecimento que

tratam sobre esse assunto, dentre elas a sociologia, a filosofia, a psicologia, a antropologia e as letras. A justificativa para usar todas essas áreas nessa discussão é a de que estudar a masculinidade requer um debate interdisciplinar.

Para muitos a masculinidade é vista como algo natural e biológico, dito em outras palavras, ser homem significa possuir um pênis. Dessa forma, a diferença entre os sexos, o masculino e o feminino estaria ancorada no fato natural e inquestionável de possuir um pênis. A psicanálise questionou essa ideia fixa. Segundo essa área do conhecimento a masculinidade se firma a partir do momento em que o menino passa a temer que o pai, com ciúmes da mãe, castre o seu filho para conter o desejo que ele tem por ela. O complexo de Édipo só tem fim quando o menino reconhece a ilegitimidade do seu desejo pela mãe e passa a desejar outras mulheres.

Ainda segundo Lacan, referenciado por Bagiotto (2007), a mulher também é portadora de um falo (esse falo não é físico e sim simbólico), mas a partir do momento em que ela se entrega sexualmente a um homem, abre mão do seu falo, dando legitimidade ao falo do homem que a penetra.

Entre o penetrador e o penetrado existe uma hierarquia, onde o homem de “verdade” é aquele que penetra, mesmo aqueles que penetram outros homens; essa dinâmica demonstra uma relação de dominação e submissão que constrói a masculinidade dos homens.

Defendemos a ideia de se pensar a construção social dos gêneros questionando os papéis sexuais que ainda costumam ser vistos como naturais. Sabemos que os gêneros são socialmente construídos, assim como as feminilidades são e as masculinidades também.

Os homens têm refletido mais sobre a sua própria existência. Um novo discurso que observa as masculinidades, elas não podem ser estudadas sozinhas, outras estruturas e instituições devem ser levadas em consideração, como por exemplo, a etnia, nacionalidade, temporalidade, dentre outros fatores.

O artigo “Os rituais da construção da subjetividade masculina” (BLOC, BORIS e TEÓFILO, 2012), tem como objetivo discutir a construção da subjetividade masculina, fazendo um percurso histórico desse construto mostrando os seus conflitos e as crises sofridas pela masculinidade.

O patriarcado há séculos é quem define as relações de gênero. Esse sistema pouco a pouco tem perdido sua força; e é ele também quem ainda tem definido as relações entre os

gêneros e quem brutaliza homens e mulheres ao impor determinados tipos de comportamentos e cumprimento de papéis.

Esses autores afirmam que é mais fácil construir uma mulher do que um homem: no útero os fetos masculinos sentem mais dificuldade para resistir até o fim da gravidez. Quando nascem as crianças do sexo masculino até o primeiro ano de idade morrem mais. Quando sobrevivem a fase embrionária e passam do primeiro ano de vida, não conseguem viver mais do que as mulheres; por variados motivos os homens morrem mais cedo do que as mulheres.

Outra autora de grande renome citada em “Os rituais da construção da subjetividade masculina” (2012), a Badinter, afirma que a maior vulnerabilidade física dos homens está relacionada à maior fragilidade psíquica dos mesmos.

Masculinidade é socialmente e culturalmente construída, por esse motivo ela é frágil e essa fragilidade faz com que os homens a todo o momento sintam a necessidade de provar sua masculinidade viril, necessidade não sentida pelas mulheres, de mostrar constantemente a sua feminilidade.

Nas sociedades industriais surgiu a necessidade dos homens se ausentarem de suas residências e da sua família para trabalhar e trazer o sustento para suas casas, cabendo as mães cuidar da casa e dos filhos. Sempre foi defendida a ideia de que o homem deve provar que é um guerreiro que não foge à luta e não teme a morte.

Medrado no artigo “Trabalho não é tudo, mas é quase tudo: homens, desemprego e justiça social em Políticas Públicas” (2010), afirma que os homens, ligam muito a sua masculinidade, quando adultos, a obrigação de trabalharem e de proverem a si e a sua família, para muitos desses homens, não possuir um trabalho fixo, com salário todos os meses, representa um não reconhecimento de si, como homens responsáveis e a sociedade acaba não os reconhecendo também. É como se os homens que não conseguem sustentar um emprego estável não são vistos nem por eles, nem pela sociedade como homens.

Uma pesquisa internacional sobre homens e igualdade de gênero, coordenada pelo instituto *Promundo e o International Center For Research On Women*, em 7 países da América Latina, África, Ásia e Europa tiveram como resultado queixas de homens que se sentiam envergonhados perante a família por terem renda baixa, por estarem subempregados ou desempregados, metade desses homens possuem mais probabilidade de agredirem suas parceiras, de se recusarem a usar métodos contraceptivos, camisinha, e abusarem das bebidas alcoólicas.

Por falar em trabalho, é sabido que as mulheres ganham menos do que os homens, por eles possuírem maior poder social como um todo. Com razão as políticas tanto nacionais como globais focam em aumentar a renda das mulheres, que gastam de duas a quatro vezes mais tempo com o cuidado das suas crianças e dos seus lares do que os homens. Equiparar homens e mulheres no âmbito público e doméstico para uma maior justiça social e igualdade de gênero.

Voltando a falar sobre o artigo “Os rituais da construção da subjetividade masculina” (BLOC, BORIS E TEÓFILO, 2012), a dor, o medo, a fragilidade e todos os sentimentos que diminuem o indivíduo são considerados femininos e devem ser ignorados pelos homens, sob pena de serem rebaixados a condição feminina. Quando eles sentem dor é culturalmente pedido a eles que não a demonstrem, demonstrar dor e fragilidade só é permitido às mulheres.

Ao falar sobre a violência masculina, os autores do referido artigo afirmam que o mito do homem violento é antigo, remonta a Grécia Antiga e as culturas chamadas primitivas. Hoje alguns homens não se reconhecem nesse modelo de macho violento e que precisa mostrar a todo o momento a sua violência que seria constituinte da essência do seu ser. Eles veem na virilidade uma forma de usar o corpo do outro para obter satisfação sexual.

O comportamento machista aprendido pelos homens não foram passados para eles somente pelo pai e pelos outros homens que participaram dos primeiros anos da sua socialização, o machismo é passado para os aspirantes a homens adultos pelas mães que por estarem inseridas em uma sociedade machista e com traços patriarcais, acabaram introjetando, através da cultura a qual estão vinculadas, os comportamentos e os discursos machistas que elas ouvem e vivenciam dia após dia.

Não há dúvidas que as ideias do poder patriarcal ainda imperam, há quem diga que na verdade o patriarcado não mais existe, o que existe são os seus resquícios, por isso, Badinter defendeu que não é possível considerar esse poder como sendo eterno, basta observar a diminuição do poder dos homens sobre as mulheres.

Com a ascensão das mulheres no mercado de trabalho, ocupando cargos que até então eram considerados exclusivamente femininos e a percepção dos homens no que diz respeito a perda de privilégios, tem feito com que a crise da subjetividade masculina eclodisse.

Daniel Welzer-Lang (2001), questiona as modalidades de análise a respeito dos homens e do masculino, problematizando a suposta natureza dos homens que os coloca como dominadores, dominação essa que se manifesta de forma coletiva e individual, nas esferas pública e privada.

As desigualdades vividas pelas mulheres são fruto dos privilégios dados aos homens. Aos homens são dadas as tarefas com maior valor e as mulheres, restam as funções consideradas menos nobres.

Há várias décadas muitas mulheres e alguns homens tem se dedicado a entender e explicar os motivos e as implicações de tamanhas disparidades no trato com as mesmas. Esses pesquisadores mostram como a dominação se manifesta e como a divisão sexual, socialmente naturalizada, hierarquiza os sexos colocando o homem em uma posição elevada.

Desde crianças esses homens são ensinados que devem desprezar toda e qualquer atitude que esteja relacionada ao universo feminino, por considerar o universo feminino inferior. Dentro dessa dinâmica os meninos e os homens travam contra si uma guerra que envolve principalmente dor física e repressões psicológicas; eles passam a policiar as suas atitudes e a dos outros homens que convivem com eles, os ridicularizando sempre que percebem atitudes desviantes do modelo padrão de masculinidade exigido. Os homens que apresentam comportamentos parecidos com comportamentos femininos são associados às mulheres e aos homossexuais. Ser homem significa ser o ativo da relação, não importa se esse homem penetra outro homem ou uma mulher, o importante é que ele esteja no controle do ato sexual. (WELZER-LANG, 2001). Ser homem não significa apenas ter um aparelho sexual que ateste sua condição, mas voltar os desejos sexuais para o sexo oposto, aqueles que fogem a essa regra são considerados diferentes e postos lado a lado com as mulheres.

Desde cedo os meninos disputam os degraus mais altos na escala da dominação, dominação essa que inclui homens e mulheres, para esse autor, a masculinidade viril se afirma e se reafirma na subestimação do outro, sendo esse outro, a mulher.

Esses homens são obrigados a terem um bom desempenho sexual, ultrapassando o desempenho dos homens; provando para si próprio a sua masculinidade e para os outros. Desde o nascimento as pessoas do sexo masculino são ensinadas que é vantajoso ser homem e que eles devem provar a sua masculinidade. O ato sexual não está no âmbito afetivo, ele expressa uma relação de dominação.

Ao estudar a gestão da saúde pública voltada para os homens, Medrado, Lyra, Azevedo e Noca (2010), frisam que entre os homens e as mulheres, o índice maior de mortalidade é a masculina, eles são as maiores vítimas de homicídios, de acidentes, sofrem mais com problemas diretamente ligados e causados pelo uso excessivo de bebidas alcoólicas, são a maior população penitenciária, fazem mais uso, do que as mulheres, de drogas ilícitas e lícitas, adquirem mais doenças, o que nos leva a constatar que o verdadeiro sexo frágil é o homem e não a mulher, como se costuma pensar e dizer. Por esses motivos a expectativa de vida é maior entre elas do que entre eles.

P. R. Scott (2000), escreve um artigo sobre a participação masculina em grupos domésticos, com o intuito de elaborar políticas públicas voltadas para a saúde reprodutiva ou para outra área que se interesse sobre o assunto, nesse estudo, constata que o homem se relaciona com a sua casa de maneira diferente da mulher.

Assim como existem diferentes tipos de mulheres, existem diferentes tipos de homens por esse motivo é importante entender e abordar essa diversidade, observando suas características socioeconômicas, idade, condição residencial, dentre outras particularidades. A definição de “masculino” e “feminino” é diferente de cultura para cultura, outros fatores, como raça, etnia, classe social e cor, são variáveis que influenciam as formas como homens e mulheres pensam e se comportam.

O trabalho de Scott, lança um olhar sobre os domicílios não só familiares, mas os individuais e os coletivos, a exemplo, dos quartéis, hospícios, pensões, alojamento de trabalhadores, dentre outros (p. 80), no intuito de entender a condição domiciliar masculina. Esse estudo observou que dentro de um ambiente, onde o masculino esteja presente, existe uma instituição hierárquica, onde o chefe de família está no topo, seguido pela esposa, filhos e demais dependentes. Ao mesmo tempo em que observa que a mulher está trabalhando mais e provendo a família, está tomando decisões sobre a concepção de filhos e distribuindo as rendas do seu trabalho dentro da família.

Gomes, Rebelo e Nascimento, ao escreverem sobre os “Medos sexuais masculinos”, nos mostram uma formação do masculino que se coloca em oposição ao feminino. Ser homem, é ser capaz de penetrar, é possuir um falo que ateste a potência sexual dos mesmos. Desde cedo, eles são ensinados que precisam ser sexualmente ativos, fortes e saudáveis. Discursos são produzidos para influenciá-los e em alguns casos, esses discursos acabam influenciando o psicológico desses homens, de modo a comprometer a identidade daqueles que possuem problemas relacionados à ereção, a libido, os que são

portadores de doenças que os impossibilite de realizar algum tipo de atividade ou de ter uma vida descuidada quanto a esse sentido, dentre outras particularidades. (NASCIMENTO, REBELO E GOMES, 2010).

A mídia costuma focar o aspecto viril da ereção, esse tipo de pressão por uma voracidade sexual pode ser a causa de muitos homens adquirirem problemas psicológicos que afetam a ereção; na cama eles acabam sentindo a necessidade de exercerem uma performance sexual idealizada desprezando o momento que na verdade deveria ser voltado para uma intimidade entre o casal, um momento de descontração e prazer a dois. Muitos homens desconhecem assuntos básicos relacionados ao funcionamento do seu órgão – símbolo cultural da virilidade

Outra preocupação que é colocada no imaginário dos homens é em relação ao tamanho do pênis. Desde cedo os meninos começam a se preocupar com o tamanho do seu órgão sexual, competindo entre os colegas para ver quem possui o órgão maior, até mesmos os pais desses indivíduos incentivam esse tipo de comportamento ao realizarem brincadeiras com seus filhos envolvendo essa parte dos corpos deles. A mídia, as revistas e os filmes pornográficos ao colocarem em cena atores com órgãos avantajados acabaram criando esse tipo ideal de pênis grande, sempre rígido e potente.

Ainda segundo, Nascimento, Rebelo e Gomes (2010), a relação sexual representa uma forma do homem reafirmar e provar a sua virilidade; para aqueles que ainda são virgens, a primeira relação representa um passo para tornar-se um homem.

Se tratando do uso do preservativo, na África (Jordaan), ter muitos filhos determina que uma pessoa do sexo masculino é um homem de verdade, nesse caso, o uso da camisinha representaria um inibidor dessa característica masculina proclamada por lá. No Brasil o uso da camisinha incomoda aos homens principalmente pelo fato do casal ter que interromper os momentos preliminares à penetração para a colocação do preservativo, esse momento de interrupção pode acarretar no enfraquecimento ou perda da ereção em alguns homens, algo que os apavora, por colocar sua virilidade à prova. Vale também salientar que muitos deles afirmam que o uso da camisinha diminui a sensibilidade do órgão, provocando a diminuição do prazer sexual. Entre os casais a solicitação do uso do preservativo por um dos lados constituintes da relação pode acarretar em uma conversa ou discussão sobre a fidelidade ou infidelidade conjugal.

Os movimentos feministas que iniciaram a partir dos anos de 1960 serviu para impactar as instituições que estavam conformadas com o sistema de coisas vigente. A

partir dos anos 1980 os estudos que discutiam sobre as mulheres passaram a discutir as relações de gênero.

Defendemos que não é possível estudar as relações de gênero dando ênfase principalmente e somente a um dos lados, é preciso estudar as relações que envolvem mulher-mulher, mulher-homem, homem-homem.

Joan Scott (1986) define gênero a partir de duas proposições, a primeira diz respeito a um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos a segunda vê o gênero como uma forma primária de dar significado às relações de poder.

Ao longo da história as mulheres sempre sofreram com injustiças e desigualdade e efetivamente falando não é possível medir a olho nu quando a igualdade nas relações será alcançada, mas é válido salientar que muitos homens sofrem por não conseguirem se encaixar no modelo predominante de masculinidade. Continuar vendo a mulher como vítima e o homem como algoz como estáveis e imutáveis pode ser um entrave para uma transformação dessas relações de poder em busca de igualização.

As discussões sobre gênero raramente problematizam os homens como objeto e como sujeito participante dessa relação, ele só é referenciado nos debates os envolvendo como contraponto a autonomia das mulheres.

1.5 A INTERVENÇÃO DO ESTADO NOS CUIDADOS COM OS FILHOS

Segundo Capobiano (2011), os direitos da criança e do adolescente estão previstos primeiramente na Constituição Federal de 1988 no artigo 227, no capítulo destinado “à família, à criança, ao adolescente e ao idoso”. Posteriormente, foi criado o Estatuto da criança e do adolescente – ECA, (Lei 8.069/1990), que adotou a teoria da Proteção Integral, com o reconhecimento de direitos especiais e específicos de toda criança e adolescente.

Capobiano (2011) menciona o art. 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente onde fala que as crianças e os adolescentes gozam de todos os direitos que dizem respeito à pessoa humana e gozam da proteção integral para desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade, ainda segundo esse artigo, criança é a pessoa que tem até 12 anos incompletos, e adolescente é a pessoa que tem idade entre 12 e 18 anos incompletos.

Quem deve velar pelos interesses da criança e do adolescente é a família, a comunidade, a sociedade em geral e o poder público, que devem assegurar a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e a convivência familiar e comunitária garantindo a primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias, a precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública, a preferência na formulação e na execução das políticas sociais e públicas e a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude, (art. 4º do ECA).

Todo o conteúdo descrito nesse capítulo, possui estreita relação com o tema de pesquisa aqui dissertado, observa-se também que o desenrolar das forças sociais de coerção ocorre a partir da compreensão de que o desenrolar das forças sociais de coerção ocorre a partir da compreensão partilhada pela maioria das pessoas que constroem essa figuração social, qual seja: a criança deve ser amparada, protegida por seus pais, mas quando isso não ocorre é preciso que ocorra uma intervenção social.

CAPÍTULO II

2.1 A FAMÍLIA NO PENSAMENTO SOCIAL

Ao falar sobre a família no pensamento social, gostaria de começar por Georg Simmel, autor que em sua obra “Filosofia do amor” (1993), nos mostra a família como sendo um pequeno grupo de pessoas, uma coletividade que orienta suas ações a partir de uma série de valores que lhes são próprios e que mesmo conservando as peculiaridades que a caracterizam, permanece inserido em um grupo maior. Apesar de todas as mudanças sociais, o autor não esconde sua surpresa ao constatar que a família continue sendo um grupo duradouro que resiste às mudanças que ocorrem permanentemente no seio da sociedade.

Simmel mostra o casamento e a família como sendo algo que é constituído pela combinação de diversos fatores de ordem social, dentre eles o econômico, o religioso, o político, o legal e o afetivo. Da mesma forma, o referido autor salienta que as funções sociais a serem exercidas pelos membros da família são definidos conforme demandas sociais. Assim, cita exemplos de etnias onde não há uma denominação exata para aquilo que conhecemos como sendo o pai e a mãe de um indivíduo.

“Os membros da camada mais antiga eram indistintamente designados como ‘pais’ ou ‘mães’ da camada mais jovem, os da superior como avós da recente. As expressões pai ou mãe, filho ou filha, não significam, pois, em absoluto, a relação fisiológica de parentesco sanguíneo que nós associamos ao termo correspondente, mas unicamente as distinções entre jovens e velhos.” (SIMMEL, 1993. p 25)

É exemplo desse tipo de organização familiar os aborígenes da Austrália que dividem a vida em três fases, sendo elas, a criança, o jovem e o velho. Em certa medida, as observações de Simmel ecoam nos mais diversos pontos de vista de autores que instituem a tradição sociológica.

Nesse sentido, lembramos Norbert Elias em “Civilização dos pais”, ao discutir a dificuldade que os adultos encontram ao tentar ajustar as crianças a sociedades que são cada vez mais complexas e com características nada infantis. Mostrando a relação unilateral de autoridade e de dominação apesar da certeza da existência do afeto. Ele afirma que o início do século XX mostrou uma modificação na relação paterno/filial. As crianças aparecem para os pais como um mistério a ser desvendado. Muitas reflexões foram e são elaboradas sobre as crianças e uma delas é justamente “o direito de serem compreendidas e apreciadas em seu caráter próprio e este também é um direito humano”.

(ELIAS, 2012, p, 469). Em consequência dessa demanda que emerge de uma compreensão mais profunda sobre as crianças, podemos observar o esforço hercúleo dos mais diversos estudos realizados em áreas do conhecimento como a pedagogia e a psicologia.

Em épocas passadas e, mais ainda, em contextos sociais marcados pela pobreza e exclusão social, muitas famílias se desesperavam com a quantidade de crianças em suas casas, é tanto que acabou se tornando um hábito “comum” o assassinato, o abandono ou a venda de suas crianças. Não havia, por exemplo, até o século XVIII na Grécia Antiga, em Roma, até o fim do Império e na Antiguidade a consciência de que as crianças eram indivíduos que precisavam de cuidados especiais. Já para algumas realidades sociais, segundo Elias (2012), para alguns camponeses possuidores de muitas terras, os filhos representavam mão de obra barata.

Ao aproximar-nos da sociedade contemporânea que se ergue no ocidente, podemos observar que o amor pelos filhos é tido como algo natural, inato, que faz parte do interior dos indivíduos.

“Os filhos cumprem uma função para os pais, representam o cumprimento de determinados desejos e necessidades. Não quero me deter aqui no tema de que as necessidades paternas se cumprem com a existência dos filhos. Basta fazer a pergunta: como seria a relação pais-filhos se os filhos não satisfizessem nenhuma necessidade ou desejo dos pais? Hoje em dia, graças a determinado desenvolvimento tecnológico, os pais estão em condições de decidir se desejam ter filhos e quantos, mas, nas sociedades anteriores, os pais costumavam ter filhos cegamente, sem nenhum desejo, sem nenhuma necessidade de um filho a mais ou a menos. Tinham filhos que para eles não tinham nenhuma função. Portanto, esses filhos contavam com oportunidades reduzidas na relação com seus pais; todo o poder estava nas mãos dos últimos.” (ELIAS, 2012, p, 475)

Em sociedades como a nossa, considerando as exceções, só o fato de duas pessoas saberem que vão ser pais e aceitarem essa nova etapa das suas vidas, já os obriga a se reorganizarem, como bem explica o trecho citado aqui.

Nas sociedades antigas, a exemplo da medieval, as crianças faziam parte da vida cotidiana dos adultos. Não haviam cômodos separados para elas, esses vão surgir por volta dos séculos XVI e XVII nas casas dos ricos; nas casas dos pobres esses cômodos vão surgir somente no século XX. Diferentemente da época moderna onde foram criadas verdadeiras ilhas para as crianças e os jovens. Esses passaram a ser vistos como crianças e jovens, como indivíduos que necessitam de cuidados diferenciados. “Cada relação familiar é, acima de tudo, um processo. As relações sempre estão mudando e os desafios se impõem toda vez, de novo e de novo.” (ELIAS, 2012, p, 493).

A partir do século XIX o Estado passou através de vários meios a intervir na vida das famílias. Durante a Terceira República Francesa os cientistas e os legisladores passaram a defender junto com a família os direitos das crianças. A ideia era unir às mães aos seus filhos, diminuindo dessa forma o abandono e os maus-tratos.

Na França, o Estado contribuiu com a formação da família moderna, obrigando os pais a garantirem a escolarização dos seus filhos e apoiando as crianças quando as mesmas são submetidas ao que Singly na “Família e o Estado” (2007), chama de “riscos familiares”.

No ano de 1984 o Estado francês passa a oferecer as mães solteiras e que não recebem pensão alimentícia do ex-cônjuge o pagamento do abono familiar. O Estado também passou a decidir que o homem e a mulher podem tomar qualquer decisão enquanto casal, mas não enquanto pais. Ou seja, não importa como se dá a relação entre essas duas pessoas, o que realmente interessa é que eles estejam unidos enquanto pais.

Os textos que tratam sobre a história da família brasileira e que são considerados clássicos foram escritos por Gilberto Freire com “Casa Grande e Senzala” (1993); Oliveira Viana com “Populações Meridionais do Brasil” (1920); Antônio Candido com “*The Brazilian Family*” (1951) e Sérgio Buarque de Holanda com “Raízes do Brasil” (1936). Embora existam críticas a eles, principalmente pelo fato de só focarem em um único tipo familiar, que é o da família nuclear, composta por pai, mãe e filhos, é sabido que outras formas de organização familiar existem. Nesse sentido, as ideias de Gilberto Freyre são até hoje conhecidas como decisivas para a construção e consolidação da família patriarcal brasileira. Ele mostra um modelo de família patriarcal propondo uma concepção única de família, composto por pai, mãe e filhos.

A família tradicional tinha como parâmetro ser construída através das relações entre brancos e negros onde o senhor branco era proprietário de grandes lotes de terras, era o chefe da família e os negros estavam subordinados a ele como trabalhadores braçais; isso principalmente nos séculos XVI e XIX.

Sendo a sociedade com muitas facetas, flexível, dinâmica, as pesquisas contemporâneas sobre família procuram desconstruir e desnaturalizar esse modelo familiar, observando os novos modelos. Tendo em vista que no conjunto da vida social observamos comportamentos, atitudes e valores que divergem do ideal de família patriarcal.

2.2 FAMÍLIA: UM CLICHÊ?

As teorias sociais sempre se preocuparam em estudar os assuntos referentes à família e ao parentesco. As teorias sociológicas, no Ocidente e no Brasil por volta do século XX criaram a noção de família nuclear, aquela que é composta por pai, mãe e filhos, como sendo um modelo único e hegemônico de família, onde o pai é o chefe da família e a mãe e os filhos são subordinados a eles, assim como também os empregados que são subordinados a chefia do pai da família, comumente vemos a defesa desse modelo familiar como sendo único, mas estudos realizados por antropólogos mostram outras formas de organização familiar distintas da encontrada no Ocidente, são esses estudos, dentre outros, que tecem críticas a esse modelo de família tradicional tido como certo, centrado na heterossexualidade e defendido principalmente pela Igreja Católica.

Kruczeveski e Mariano (2014), ao citarem Elizabeth Jelin, informam aos seus leitores que essa autora ao estudar e interpretar a organização familiar de sua época, via esse grupo como uma instituição onde as pessoas conviviam sob o mesmo teto e estavam ligadas por laços de sexualidade, tendo como fim principal a procriação. Foucault, citado pelos autores do referido artigo, “Família nuclear patriarcal: breves notas sobre a (re) construção da teoria social e os estudos feministas” (2014), defende que a sociedade criou meios para controlar a sexualidade dos indivíduos, ditando normas para a execução da mesma.

Os tipos familiares descritos pelos estudos dos antropólogos são parecidos com o conceito de família da sociedade contemporânea, que não mais se ancora somente no modelo tradicional de pai, mãe e filhos, agora os grupos familiares se organizam de formas distintas procurando meios para viverem juntos e desfrutarem da sua sexualidade.

No contexto colonial dos séculos XVIII e XIX os estudos de Gilberto Freyre, mais especificamente, “Casa Grande e Senzala”, mostram um país que teve suas raízes familiares fincadas no poder patriarcal.

Candido, outro autor usado como ponto de referência por Kruczeveski e Mariano (2014) viu na “família caipira” o modelo de organização familiar patriarcal. Ele realizou pesquisas em São Paulo e ao retornar a essa cidade em outro momento, concluiu que esse tipo familiar não é uma estrutura estática, a estrutura familiar na verdade é dinâmica e constantemente busca meios para continuar viva; para ele, os laços familiares maiores precisavam se afastar para criar laços menores, esse processo deu origem a família nuclear patriarcal.

A descrição de família ditada por Freyre não é a única constituinte da história do nosso país. Hoje, podemos encontrar modelos distintos de organização familiar.

Nos séculos XIX e XX, o surgimento do amor romântico mudou a forma como as famílias eram constituídas, os casamentos arranjados foram pouco a pouco deixando de ser a forma mais usual de unir duas pessoas com a finalidade de constituir uma família, o ato sexual foi deixando de ser visto apenas como um meio com fins de reprodução, em outras palavras, começou a haver a separação entre sexo e reprodução, nessa época se iniciou um processo maior de individualização, ou seja, as pessoas começaram a se relacionar com outras seguindo as suas próprias vontades e não as convenções familiares; os métodos contraceptivos foram ganhando espaço.

Diversos formatos familiares sempre foram presentes no Brasil. Cada organização a depender da região e da sua organização social possui características próprias que caminham seguindo as regras da sua economia e sua cultura. Estudos mais recentes desconstruem essa unidade familiar patriarcal que segundo Max Weber seria o modelo de tipo ideal de família buscado pela sociedade moderna e forçado a acontecer pelo Estado, embora muitas mudanças venham ocorrendo, a exemplo da legalização, por parte do Estado que permite a união homoafetiva.

2.3 OS NOVOS MODELOS DE FAMÍLIA

Nos últimos vinte anos as Ciências Sociais ao discorrerem sobre a família tem se preocupado com a diversidade familiar que vem emergindo, assim como também suas configurações. No ano de 2010, pela primeira vez, o levantamento demográfico pesquisou o sexo dos cônjuges dos lares onde as pessoas se declararam casadas e identificou diversificados tipos de laços de parentesco. Segundo os dados colhidos, existe uma quantidade significativa de casais gays que moram juntos. As relações homoafetivas são apenas mais um exemplo dos novos arranjos familiares no Brasil. O modelo de casal heterossexual com seus próprios filhos deixou de ser predominante e único no país.

Não há como negar o caráter institucional da família, todas as teorias, tanto as transformadoras como as conservadoras atribuíram um caráter funcional para a família no interior das sociedades, no marxismo para a reprodução da força de trabalho, nas teorias funcionalistas para a transmissão e perpetuação de valores sociais, dentre outros.

Já não podemos dizer que existe um tipo único de família centrado em pai, mãe e filhos, a chamada família nuclear. Novos tipos familiares se formaram na sociedade, a exemplo das famílias monoparentais, famílias homoafetivas, casais sem filhos, pessoas morando sozinhas, várias gerações morando sob o mesmo teto, amigos morando juntos, casais criando sob o mesmo teto filhos de casamentos anteriores, dentre outros.

Segundo o censo do IBGE, 20% dos casais do mesmo sexo declararam ter filhos. Nos casais heterossexuais aumentou a quantidade deles que não tem filhos, de 14,9% para 20,2%. Dados como esses mostram como o conceito de família hoje é muito abrangente e como as configurações familiares mudaram.

Muitas dessas mudanças ocorridas nas estruturas familiares se devem, ao que parece, às mudanças nas relações de gênero. As transformações na condição feminina, como o maior acesso ao mercado de trabalho, aos estudos, ao controle da procriação. Certamente era de se prever que esses fatores levariam a uma mudança nas relações entre os gêneros e nas configurações familiares e essas mudanças estão visíveis na sociedade.

É válido e importante lembrar que a família convencional, com pai, mãe e filhos ainda aparece em maior número. O modelo nuclear ainda é predominante, também conhecido como o modelo de família tradicional brasileira.

Para entendermos essas novas configurações familiares, devemos considerar as transformações nos valores morais, nos novos modelos de educação, a diminuição da influência religiosa, mudanças econômicas e sociais que inseriram no mercado de trabalho as mulheres, assim como também as novas formas de reprodução biológica. Podemos dizer que a sociedade se modernizou, é necessário tomar cuidado ao usarmos esse termo, mas aqui queremos usá-lo no sentido de observar que ela se modificou e passou a ver as particularidades individuais, os desejos sexuais e reprodutivos de cada pessoa e não os impostos pelo costume e pela tradição.

2.4 CRIANÇA, FAMÍLIA E SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Philippe Ariès (1981), em “A história social da criança e da família”, procura mostrar o novo lugar assumido pela criança na sociedade industrial. O seu ponto de partida é a análise da sociedade medieval onde o sentimento pela infância era inexistente. Esse sentimento não significa o mesmo que afeição, ele corresponde ao entendimento da particularidade da infância que distingue a criança do adulto.

A velha sociedade tradicional via mal a criança e ao adolescente. A infância era vista apenas como uma fase sem importância de transição para a vida adulta, é tanto que se um bebê morria os pais não sentiam muito a sua ausência dado que logo ele poderia ser substituído por outro. A socialização da criança não era controlada pela família, tendo em vista que elas eram logo afastadas dos seus parentes mais próximos. A criança passava pela família e pela sociedade de forma rápida e insignificante. A infância durava somente até que o indivíduo aprendesse a realizar as suas necessidades básicas, a partir desse momento ele era inserido no mundo dos adultos passando a compartilhar de todas as atividades realizadas por estes sem nenhuma restrição. Até o século XVIII a infância era confundida com a adolescência. A ideia de infância era ligada a ideia de dependência. Um indivíduo só saía do estágio da infância quando saía totalmente ou parcialmente da dependência. No século XVII o termo “criança pequena” começou a adquirir o sentido que conhecemos hoje.

A criança era considerada diferente dos homens no que dizia respeito apenas a força física e ao tamanho, em relação às outras características, crianças e adultos permaneciam iguais, por esse motivo era permitido a elas se divertirem com os jogos de azar, brincar junto com os adultos, usar o mesmo tipo de vestimenta que eles. No interior dessa não diferenciação entre crianças e adultos, não havia distinção entre os brinquedos de meninas e meninos e quase não havia diferença entre a dança das crianças e a dos adultos.

A presença das crianças era sentida apenas nos primeiros anos de vida quando ela era como chama Philippe Ariès uma “coisinha engraçadinha” vista como um animal que servia de diversão e era “paparicada” por todos a sua volta. Caso morresse sua ausência era sentida por pouco tempo, tendo em vista que logo poderia ser substituída por outra criança. Quando morriam elas eram enterradas em qualquer lugar, até mesmo no terraço de casa, elas eram tão insignificantes que os adultos sequer temiam que suas almas voltassem para assustar o mundo dos vivos. Caso sobrevivesse logo saía da casa dos pais e passava a viver em outra residência que não a da família de origem. O pouco afeto e a comunicação que chegava até as crianças, vinham da parte dos criados da casa, dos amigos e vizinhos, mas nunca dos familiares em si. A infância era vista como um momento de transição que logo passava assim como a lembrança dessa época.

O sentimento da “paparicação” representava segundo Ariès, um momento de relaxamento e distração para os adultos, originariamente esse sentimento era característico das mães e das avós, que eram as pessoas mais próximas das crianças. A “paparicação” é o

primeiro sentimento da infância que surgiu no meio familiar, que significava a tomada de consciência da inocência e da fraqueza infantil.

Outro fator que deixa clara a falta de importância e de particularidade das crianças era a semelhança que havia entre as roupas dos meninos e das meninas, a falta de particularidade no vestuário era tão gritante que tornava difícil distinguir um menino de uma menina. Logo que deixavam de usar a faixa de tecido usada para dar sustentação ao seu corpo pouco rígido, as crianças eram vestidas como homens e mulheres adultos. A necessidade de mudança de diferenciá-la dos adultos no que diz respeito aos trajes só surgiu no fim do século XVI, mas somente no século XVII nas representações feitas sobre as crianças percebe-se que os filhos dos burgueses e da nobreza deixaram de serem vestidos como adultos.

Os meninos passaram a ser identificados a partir dos trajes após a Primeira Guerra Mundial, foram eles também os primeiros a frequentarem em massa os colégios no fim do século XVI e início do século XVII, já o ensino para as meninas começou tarde e se desenvolveu lentamente. Essa foi uma das primeiras mudanças registradas no trato com as crianças.

Em tempos pretéritos os adultos não se preocupavam de realizar brincadeiras sexuais na presença das crianças, inclusive as incluíam nessas brincadeiras, sem chocar a opinião pública, tendo em vista que nessa época acreditava-se que as crianças que ainda não haviam chegado à puberdade eram indiferentes a sexualidade. Essa falta de cuidado ao tratar de assuntos sexuais perante as crianças durou até que uma das leis da moral contemporânea exigisse que os adultos evitassem conversas e brincadeiras de cunho erótico na presença das crianças.

A mudança de costume no que diz respeito ao trato com as crianças começou a ser produzida durante o século XVII quando surge a noção de inocência infantil. Um século depois essa noção tornou-se comum promovendo inclusive a escrita de uma vasta literatura mostrando o longo caminho percorrido para que a forma de tratar as crianças fosse modificada, essa literatura incluía livros dissertando sobre a mudança de postura dos adultos em relação aos pequenos assim como também escritos para os pais e os educadores que os aconselhavam como educar e cuidar dos seus filhos e alunos.

Segundo Philippe Ariès, antes dessa mudança de postura, as crianças eram conservadas em casa até os sete anos de idade, depois dessa idade eram enviadas para as casas de outras famílias (ou iam para a escola) e ficavam por lá como aprendizes até

completarem nove anos. As famílias enviavam suas crianças para as casas de outras famílias e recebiam em suas casas crianças de famílias alheias, por esse motivo elas não podiam começar a construir uma relação paterno/filial, tendo em vista que estes logo sairiam de casa.

Com a mudança na forma de ver a infância, a fragilidade da criança foi percebida. Antes a infância era considerada um momento de transição, passageiro e sem importância. Após o início da nova configuração social que mudava a forma de ver as crianças todos os assuntos relacionados a elas e a família se tornaram sérios e dignos de preocupação. Os pais passaram a se preocupar com o presente e com o futuro da criança que passou a ocupar o lugar central no interior da família.

Até a metade do século XVII o término da primeira infância se dava por volta de 5 e 6 anos de idade. Aos 7 anos o indivíduo podia ingressar na escola. Essa idade era marcada na literatura moralista e pedagógica desse século como a época em que o indivíduo entrava na escola ou começava a trabalhar.

Com as mudanças no comportamento da sociedade perante a infância, a educação passou a adquirir um dos lugares de maior importância dentre as obrigações humanas. A partir do século XV a educação passou cada vez mais a ser fornecida pela escola. Ela deixou de ser uma instituição voltada para os clérigos e passou a ser uma iniciadora social, uma ponte que ajuda o indivíduo a passar da fase da infância para a fase adulta. O isolamento das crianças e dos jovens na escola representava principalmente a separação deles do mundo tentador dos adultos preservando a sua inocência primitiva.

Nos primórdios da educação escolar os alunos iniciantes tinham cerca de 10 anos embora fosse comum encontrar indivíduos com 20 anos de idade ou mais misturados às crianças nas salas de aulas, o que não era estranho para a época essa mistura entre idades, tendo em vista que na idade média isso era indiferente. Com o passar do tempo e com a necessidade que surgiu de separar as crianças do mundo dos adultos a mistura entre as idades no ambiente escolar passou a ser vista com repugnância. Os colégios passaram a ser um lugar de transmissão de educação infantil e juvenil que nos primórdios eram destinados principalmente para os filhos das famílias ricas, isso passada a fase em que eram considerados asilos para alunos pobres. Do século XV ao XVI essa instituição se modificou e ampliou seu recrutamento acolhendo ricos e pobres, tornando-se uma instituição essencial para a sociedade.

No século XV a população escolar passou a ser dividida observando-se a capacidade dos alunos e estes seriam orientados por um mestre em um local específico. Os alunos e os professores ficavam em salas específicas, organização essa de origem flamenga e parisiense, que gerou a estrutura escolar moderna. A diferença entre a escola da Idade Média e a escola moderna é a introdução da disciplina.

A educação destinada às meninas era diferente da destinadas para os meninos, elas eram enviadas ao que Ariès chama de “pequenas escolas” ou a conventos, outras eram educadas em suas casas ou na casa de outras pessoas, como parentes ou vizinhas. A escolaridade para elas só se difundiria após o início do século XIX.

Com o surgimento e evolução da necessidade dos pais cuidarem dos seus filhos a família passou a centrar-se em torno das crianças. Nos séculos XIX e XX a família passou a representar o seio da afeição recebida pela criança. Os pais passaram a se interessar pela educação dos filhos passando a acompanhar o seu desenvolvimento.

A vigilância constante sobre os pequenos era uma ordem que remonta ao século XV, mas só se manifestou de forma mais eficaz no século XVIII. Estando as crianças saudáveis ou doentes a vigilância devia ser feita de forma amorosa e demonstrativa do quanto a ela era querida e amada.

Elas eram ensinadas pelos pais a esconderem seus corpos ao se deitarem e a nunca dormirem acompanhadas. A percepção e a cultura da inocência infantil procuravam protegê-las das indecências sexuais e de caráter presentes na vida dos adultos. As crianças que antes eram mantidas longe das suas famílias agora já não ficavam longe delas. Eram ensinadas a realizar leituras que preservassem a pureza e somente os jogos educativos eram permitidos.

A literatura pedagógica mostrava uma grande preocupação e aconselhava que as crianças nunca fossem deixadas sozinhas e caso precisassem ficar desacompanhadas, que ficassem o mínimo de tempo possível. Elas deveriam ser protegidas principalmente da companhia dos criados, que poderiam induzi-las a jogar, a se divertirem de forma indevida e a serem vaidosas.

Até o século XII a arte medieval desconhecia a infância ou não procurava representá-la. Na realidade dessa época provavelmente a infância não possuía lugar. Esse cenário muda e a grande novidade da arte do século XVII é que as crianças passaram a representar elas mesmas nos quadros, ora aparecendo sozinhas, ora na presença de outras crianças. De acordo Philippe Ariès, cada família passou a desejar uma imagem dos seus

filhos ainda pequenos. Esse costume floresceu nessa época e nunca mais desapareceu. Foi também nesse século que os retratos de família passaram a ter como personagem principal as crianças. A infância passou a ser descoberta no século XIII e evoluiu na história e na iconografia dos séculos XV e XVI.

A partir do século XVI as crianças passam a fazer parte dos calendários. Ela já aparecia na iconografia, mas nos calendários não. Ao longo desse século a iconografia se voltaria para a família, mostrando a ascensão do sentimento da família nos séculos XVI e XVII.

Todo o percurso descrito até o presente momento referenciando “A história social da criança e da família” mostra que a família se modificou a medida que as relações com as crianças se transformaram. A saúde e a educação dos filhos passaram a ser as grandes preocupações dos pais, assim como também a preocupação de igualdade entre os filhos, a carreira e o futuro destes, a desigualdade entre os filhos a partir do século XVIII passou a ser considerada uma injustiça intolerável.

Em Portugal, assim como no Brasil, e em outros países, a centralidade do cuidado com os filhos é delegada à mãe. Nesse país, sempre que uma criança é registrada sem o nome do pai, o Estado se encarrega de abrir um processo de investigação de paternidade, sendo frequentes os testes de compatibilidade genética. Para isso, alguns requisitos para a abertura desse processo são necessários; a criança não pode ter mais de dois anos de idade e não pode ser fruto de uma relação incestuosa.

2.5 CONSTRUÇÃO DOS PAPEIS SOCIAIS DO PAI E DA MÃE

Na maioria dos casos o que une a mãe ao filho nos primeiros meses de vida é a amamentação, no entanto, é importante salientar que nem todas as mães amamentam, por motivos diversos, fazendo com que nem todas as crianças tenham acesso ao leite materno. Tirando esse fato concreto, vivido não por todas as mães e todas as crianças, os demais cuidados podem ser feitos tanto pela mãe como pelo pai ou por qualquer outra pessoa que se dispunha a fazer.

Nós, mulheres, estamos acostumadas a ouvir que os cuidados com os filhos são naturalmente dados a nós e que não cabe ao homem cuidar dos filhos no que diz respeito aos cuidados do lar, cabendo a ele suprir as necessidades financeiras e de moradia, no entanto, tem se tornado cada vez mais frequente encontrar homens cuidando das suas casas

e dos seus filhos, isso se justifica pela maior inserção das mulheres no mercado de trabalho e por uma mudança na forma como os homens tem exercido a paternidade.

A antropóloga Michele Rosaldo, em seu texto o “Uso e o Abuso da Antropologia” (1990), discute sobre a dicotomia existente nos debates sobre gênero, a qual tende a reforçar as diferenças que há entre homens e mulheres no que diz respeito aos fatores biológicos. Ela propõe que passemos a olhar essas diferenças como sendo resultado de um processo histórico pelo qual a sociedade passou e vem passando. Seguindo o mesmo raciocínio, Judith Bütler (2008), descreve as diferenças entre sexo e gênero. Ela pensa na estrutura binária em que esses conceitos foram construídos, defendendo que as diferenças entre sexo e gênero são culturalmente construídas. Esse binarismo que coloca o homem de um lado e a mulher de outro, dita as regras as quais pessoas com corpos ditos masculinos e corpos ditos femininos devem orientar os seus comportamentos.

É interessante trazer para essa discussão, a Elisabeth Badinter, que através de uma pesquisa histórica, chegou à conclusão de que não existe um instinto materno inato, que dizem que é partilhado por todas as mulheres. Para ela, o que existe é uma construção social do amor materno. De acordo com os estudos realizados para a escrita de “Um amor conquistado, o mito do amor materno” (1985), a autora concluiu que o amor materno é construído com a convivência, com os cuidados dedicados ao filho e depende do momento histórico que a sociedade está passando. Vale salientar nesse momento que a amamentação, os cuidados que o filho exige, os desconfortos e as sensações vividas durante a gravidez não provoca em todas as mulheres os mesmos sentimentos e emoções, umas podem passar por esse momento das suas vidas sentindo uma sensação de realização pessoal e outras podem considerar esse momento das suas vidas como sendo um verdadeiro fardo.

Falando sobre o outro lado constituinte dessa relação, o lado paterno, podemos observar uma mudança na construção social do sentimento dos pais pelos filhos, que tem se modificado, mas sobre esse assunto, dissertaremos mais adiante.

Ainda de acordo com Elisabeth Badinter (1985), o amor materno é um sentimento como qualquer outro e por isso ele é frágil, falho, questionável e costuma variar de acordo com o momento histórico que a sociedade está passando, tendo em vista que a dedicação de uma mãe para com o seu filho não esteve presente em todas as sociedades em todos os tempos.

Dito isso, é assertivo dizer que o amor materno não é instintivo ele é adquirido. O amor materno que observamos atualmente, segundo essa autora e Ariès, começou a se transformar no século XIX, historicamente falando. Nos séculos XVII e XVIII o contato que as mães possuíam com os seus filhos era mínimo, as crianças logo eram entregues a amas de leite para serem cuidadas por elas, nos seus primeiros anos de vida, e só voltavam ao lar de origem quando já estavam maiores e independentes dos cuidados maternos, principalmente no que diz respeito a amamentação, nessa época houve uma generalização no que diz respeito ao envio de crianças para serem cuidadas por amas de leite, antes, esse era um costume mais comum entre as famílias mais abastadas, com o passar dos tempos esse costume, se generalizou, abarcando todas as camadas sociais. O fato concreto das mães entregarem seus filhos aos cuidados de outras mulheres não era questionado.

Para Badinter (1985), são os valores e as necessidades de uma sociedade quem ditam os papéis socialmente atribuídos ao pai, a mãe e aos filhos. Por falar em pai, o poder paterno sempre vem acompanhado da autoridade marital, o pai costuma ser visto como a pessoa que deve manter a ordem familiar, tendo autoridade sobre essa instituição, zelando pelo sustento e boa condutada mesma.

O que havia de particular nessa época era o fato concreto das crianças mais modestas serem enviadas para localidades mais distantes das suas famílias de origem, enquanto que as famílias mais ricas conseguiam amas de leite que residissem mais próximas das suas propriedades.

Em geral, as pessoas que acolhiam essas crianças eram pobres, por isso se submetiam a tal trabalho, o de cuidar e amamentar filhos de outras famílias, negando dessa forma a amamentação dos seus próprios filhos.

Dentro desse contexto social, afirma Badinter (1985), quando a mãe parava suas atividades trabalhistas para amamentar e cuidar de um filho, acabava deixando o marido sozinho para realizar as atividades que traziam o sustento para casa, obrigando dessa forma, o homem a preencher o vazio que a mulher deixou, tendo que contratar outra pessoa para trabalhar no seu lugar, nesse caso, era mais rentável enviar o filho para uma ama, que custava bem menos do que um trabalhador braçal, e a mulher continuar realizando suas atividades, até mesmo por ser uma mão de obra mais barata.

Quando o fator econômico não era suficiente para explicar o envio das crianças as amas, a explicação plausível era de que as esposas preferiam se dedicar aos seus maridos

ao invés dos seus filhos; tudo deveria girar em torno do homem por ser ele o dominante da casa e da família.

No estudo intitulado “Paternidade: responsabilidade social do homem no papel de provedor” as autoras (COSTA, COELHO, GUEDES, LUCENA, MENDOÇA e SILVA, 2009), procuraram analisar os significados que são atribuídos à paternidade. As análises foram fruto de um estudo realizado em João Pessoa no ano de 2003 com 10 homens. Os homens estudados viam a paternidade como uma função social que via menos a dimensão afetiva e colocavam uma lente de aumento na função de provisão material da sua prole. O que mudava um pouco com o exercício da paternidade em si, onde ainda predominava a visão de pai tradicional provedor, mas de um pai que também era capaz de demonstrar afeto.

Ainda segundo esse estudo, homens e mulheres se inserem na vida em sociedade assumindo os papéis que lhes são atribuídos. No que diz respeito aos cuidados com os filhos, as mulheres, na grande maioria dos casos, representam o papel de maior destaque. Ao homem cabe a provisão das necessidades que envolvem gastos financeiros com os filhos. Quando esses homens não cumprem esse papel de provedor sua masculinidade é colocada em questionamento.

As transformações que começaram na vida social a partir da década de 60, e que continuam em pleno vigor, foram fazendo com que esses papéis previamente estabelecidos com as obrigações que lhes foram outorgadas se transformassem. No mundo do trabalho as mulheres dia após dia estão conquistando cada vez mais espaço e credibilidade e os seus companheiros tem aceitado a inserção delas no mercado de trabalho e em outros setores da vida social.

Esse declínio do total domínio masculino na esfera pública e privada tem feito com que os homens resignifiquem seu papel na esfera doméstica, ou seja, na esfera das relações familiares. Ao se tornar pai, os homens, em sua maioria, passam a adquirir novas responsabilidades e novos sentimentos, desejando sempre servirem de referência para os seus filhos.

Dessa forma, defendem as autoras (COSTA, COELHO, GUEDES, LUCENA, MENDOÇA e SILVA, 2009), e não somente elas, nós também, que o provedor financeiro vem sendo tomado por um sentimento novo, uma necessidade nova que é a de se tornar também um provedor afetivo.

Fátima Quintas (2005), ao falar sobre a mulher e a família durante o século XX, nos mostra que o âmbito privado possui um clima que propicia uma diferenciação entre os papéis que devem ser assumidos por homens e mulheres. Para ela, a mulher acabou absorvendo para si, conforme os mandos sociais, os afazeres domésticos, sem questionar. Sem valorização, o trabalho doméstico acabava impedindo que as mulheres se libertassem dos afazeres do lar e pudessem se dedicar a uma vida que não estivesse vinculada somente ao cenário familiar e doméstico.

Como se sabe a divisão sexual do trabalho inicia no seio doméstico e se expande por todos os outros setores da vida em sociedade. Criando dessa forma duas esferas distintas, onde a mulher ocupa a esfera privada, com os afazeres do lar e cuidados com os filhos e marido e a esfera pública, destinada aos homens. Ainda segundo Quintas (2005), as mulheres acabavam, no contexto estudado por ela, no século XX, ficando nos bastidores de um palco criado para os homens.

A sujeição feminina está presente em quase todas as sociedades, exceto naquelas que são predominantemente matrilineares, esse tipo de sociedade, se caracteriza pela organização de um povo, que possuem como ponto de referência a descendência materna. Trata-se de um sistema em que as mulheres compartilham as responsabilidades e direitos, exercendo as mais altas funções políticas, econômicas, sociais e afetivas, cuidando dos bens materiais, das riquezas, das relações sociais e familiares.

Para que exista um grupo matrilinear é necessário que exista uma matrilocidade, ou seja, são os homens quem se deslocam das suas casas para residirem na residência da família das suas esposas.

Com a necessidade dos homens se ausentarem de suas casas para guerrear ou caçar, passando longos períodos de tempo longe de casa, a matrilocidade representava a solução dos problemas relacionados a ausência de mando no interior das famílias, sendo as mulheres as pessoas constituintes de um grupo familiar que sempre permanece mais ligado as suas residências. Como exemplo de sociedade que possui esse tipo de organização podemos citar as Ilhas Trobriand na Nova Guiné.

Voltando a falar sobre Fátima Quintas (2005), a balança social colocou homens de um lado e as mulheres de outro, onde os primeiros ganham todos os privilégios, enquanto que as mulheres carregam um pesado fardo. Foi nesse contexto vivenciado no século XX, estudado por ela, que surgiu a superioridade masculina e a inferioridade feminina.

Arbitrariamente o poder acabou caindo nas mãos dos homens e o cultural acabou influenciando, afirmando e reafirmando as diferenças entre homens e mulheres. Esse tipo de comportamento e mentalidade chegou a todas as sociedades, ou seja, as ditas primitivas e aquelas chamadas de civilizadas, no entanto, não gostaria de me deter aqui às discussões acerca de sociedades primitivas e civilizadas.

Para Quintas e tantos outros pensadores sociais, o cultural passou a manipular o biológico, impondo deveres e criando privilégios para os homens possuidores de um falo e colocando a mulher em um lugar de menor destaque por possuir particularidades que segundo essa linha de pensamento a inferiorizam, como por exemplo, a menstruação, os efeitos causados pelos hormônios, a gestação. É sabido que as diferenças biológicas existem, mas elas não devem ser suficientes para ditar quem está acima e quem está abaixo de uma escala social que foi criada para privilegiar homens e subordinar mulheres.

À mulher, historicamente e culturalmente, coube ser reprodutora, cuidadora do lar, do marido e dos filhos, devendo reprimir sua sexualidade, assim como também guardar as suas opiniões para si, ao homem coube a liberdade sexual, os altos postos sociais e trabalhistas e o livre arbítrio, pelo menos inicial, de escolher por assumir a paternidade dos seus filhos, quando digo “inicial”, penso em todos os freios sociais que acabam recaindo sobre esses homens e impondo, quase sempre, eles a assumirem a sua prole, se não afetivamente, financeiramente.

Fátima Quintas (2005), nos lembra que os elementos que constituem a sociedade acabaram naturalizando a sujeição feminina, sempre se apoiando em determinismos biológicos, fazendo com que as mulheres, por muito tempo percorressem caminhos sem horizontes com vista a libertação.

Desde cedo as meninas são ensinadas, a serem submissas, a silenciar frente a um homem, frente às sanções sociais, a aceitar a parte biológica do seu corpo, que diminui o seu ser. Inconscientemente e de forma sutil esse papel de submissão é ensinado a elas.

Quintas (2005), nos informar que a mulher brasileira desde o século XVI viveu inserida em um regime administrado por um senhor de escravos, dono de grandes propriedades de açúcar, portador de poder e de um falo que o colocava como sendo superior a elas. Ser mulher nessa época significava carregar um fardo muito maior do que o carregado hoje. Nessa época as mulheres não tinham voz, não tinham direitos, só deveres que a diminuía, atualmente elas se encontram mais unidas no que diz respeito à busca de igualização de direitos, mais donas das suas vontades e dos seus corpos.

No Brasil, do século XVI ao século XX esse tipo de configuração familiar onde o mando era predominantemente masculino, passou a ser transformado. As configurações familiares e sociais começam a mudar do último século citado para cá.

Com a chegada da República Brasileira, as mulheres deixaram de ocupar apenas o espaço doméstico e passaram, a ocupar também os espaços públicos, não sem resistências por parte da sociedade que considera vantajoso o enclausuramento delas em suas casas, inclusive, os modelos familiares ganharam novos componentes como será descrito aqui.

É vasta a história da relação entre mães e filhos, entre mulheres e homens, e as lutas delas para se empoderarem enquanto donas de si, no entanto, o foco principal desse trabalho, não é falar dessas mães de famílias e sim dos pais e dos seus filhos, mais precisamente dos pais que, por motivos diversos, ofereceram alguma resistência para assumirem os seus filhos.

Ao falar sobre a distribuição dos papéis na sociedade no que diz respeito a divisão que há entre o que corresponde ao homem e o que corresponde a mulher no contexto social, gostaria de referenciar Pierre Bourdieu e sua obra *A dominação masculina* (1930), em especial o seu primeiro capítulo que se propõe a falar como os homens e como as mulheres estão inseridos na sociedade, sociedade essa a qual ele procura compreender e que é formada tendo como base tanto a história e a estrutura social tendo como base uma ordem masculina. Para explicar essa dinâmica Bourdieu usa como exemplo e objeto de estudo a sociedade Cabília.

Ao falar sobre a construção social dos corpos ele cita a dicotomia existente entre homens e mulheres, assunto esse já bastante discutido aqui. Dicotomia essa que costuma ditar o que faz parte do âmbito do universo feminino e do universo masculino, exemplificando com as oposições existentes entre o alto e o baixo, na frente e atrás, o reto e o curvo, o duro e o mole, dentre outros polos opostos e comumente vistos como algo natural e legítimo que acaba ditando ações, pensamentos, vestimentas, costumes, divisão essa que de natural nada possui, o que existe é uma divisão social construída e perpetuada ao longo dos tempos.

Ainda segundo Pierre Bourdieu (1999), a ordem social fez uma divisão entre aquilo que é masculino e aquilo que é feminino tendo como base a divisão do trabalho e a divisão das atividades que leva em consideração os instrumentos que serão usados por homens e mulheres e a divisão dos espaços onde o mercado aparece como o lugar dos homens e o lar como o lugar das mulheres.

O mundo social construiu o corpo e sexualmente o dividiu, colocando os homens em uma posição superior à das mulheres. A diferença anatômica entre os corpos e principalmente a diferença entre os seus órgãos sexuais seria o motivo da diferença criada entre os gêneros. Nesse contexto a virilidade ética está intimamente ligada a questão da honra e a virilidade física e as suas demonstrações de potência sexual onde o falo concentra todas as fantasias da potência da fecundação em uma dinâmica em que os dominados cometem atos de reconhecimento de submissão.

Os órgãos sexuais estão longe de serem diferenciados de forma natural, essas diferenças são fruto de uma construção social que acentua diferenças, esconde semelhanças e coloca o masculino como medida de todas as coisas e como sendo superior ao feminino que até o Renascimento, anatomicamente falando, não existia uma forma para descrever o seu sexo, dizia-se apenas ele era como o do masculino, mas de forma inversa.

Ao falar sobre as vestimentas, Bourdieu cita a cintura da mulher, que quando preservada faz da mulher uma ser puro, casto e virtuoso. Para exemplificar, ele usa o exemplo do exame ginecológico, momento em que a mulher como pessoa é dissociada do seu órgão sexual. A partir do momento em que ela troca de roupa e deita na cama para realizar os exames, sua cintura aparece como um local que marca limites, nela é colocado um pano, em forma de cortina, separando o sexo da mulher do seu corpo, sempre falando com a enfermeira que o acompanha sobre a paciente fazendo uso da terceira pessoa. Após o exame, a paciente já com as suas roupas vestidas volta a ser tratada pelo médico como pessoa pública, sem o uso da terceira pessoa, ele passa a tratá-la de forma mais direta.

Na Cabília os homens falam publicamente, às mulheres é reservado o dever de não tomar a palavra em público, ao não olhar nos olhos das pessoas, fazendo com que elas andem sempre com as suas cabeças baixas. O ato sexual é pensado para o masculino o ativo da relação, a mulher é o ser passivo, esse tipo de relação mostra uma dinâmica de dominação e posse.

Ao falar sobre a forma como mulheres e homens veem o ato sexual, Pierre Bourdieu (1999), afirma que para as mulheres o ato sexual não precisa necessariamente se voltar para a penetração. Conversar, trocar carícias, beijar é algo prazeroso para elas, já os homens, procuram se concentrar na conquista, na tomada da posse do corpo alheio, na penetração e nos orgasmos, eles procuram contato físico a qualquer custo. Eles buscam fazer com que as mulheres gozem, elas ao fazerem isso, fazem com que a masculinidade e a virilidade desses homens sejam comprovadas.

Para o autor aqui referenciado, não é o fato de possuir um falo ou não que coloca homens em uma posição elevada a das mulheres, o que causou essa divisão foi a visão androcêntrica criada socialmente e biologicamente. A pesquisa antropológica descobriu que é feito um trabalho psicológico nos meninos, no sentido deles afastarem-se da mãe e afirmarem sua identidade sexual através da realização de ritos para a virilização, com práticas que os fazem se diferenciar do mundo feminino, ritos esses que as meninas estão isentas.

Ao falar sobre a violência simbólica, Bourdieu (1999) cita as estruturas sociais, as atividades produtivas e reprodutivas que tem como base a divisão sexual do trabalho, de produção e reprodução biológica e social que tornam os ambientes propícios para a dominação masculina. Essa força simbólica é uma forma de controle do outro e não faz uso da força física o que ela faz é assumir forma de “emoções corporais” como “vergonha, timidez, culpa, admiração, enrubescer, desajeitamento”, dentre outros. Esses sentimentos vão além da consciência e da vontade dos indivíduos em questão.

Roberto da Matta em “O que faz o Brasil, Brasil” (1986), ao falar sobre a diferenciação que há entre os ambientes nomeadamente femininos e masculinos, nos dá um norte para explicarmos as dificuldades da mulher para se inserir no mercado de trabalho ao mesmo tempo em que cuida do lar e conseguir permanecer no mercado de trabalho, campo que por muito tempo foi denominado como sendo exclusivamente masculino.

Para esse autor a casa e a rua se complementam, são dois espaços que dividem a vida social brasileira, são dois mundos distintos que se complementam. A rua é o mundo do movimento, da agitação, da impessoalidade, a casa é o mundo da calma, da intimidade. Na casa fazemos parte de uma família com costumes e tradições definidas e mantidas onde um grupo familiar é unido e procura preservar seus bens materiais e afetivos, protegendo uns aos outros.

Possuir uma residência é fato social, não se trata de um lugar criado apenas para abrigo dos membros que residem nela, dado que possuir e zelar por um lar está relacionado a moral das pessoas. A casa é o lugar onde o amor pode ser vivido e compartilhado, onde a ordem é predominante, onde não deve haver confusão e competição, um lugar permeado pela honra e o respeito onde o tempo que é medido pelos costumes e pelas lembranças dos costumes antigos que devem se fazer presente no presente e no futuro. Já a rua é o local do movimento é o mundo exterior, da desordem, do individualismo, do anonimato.

Roberto da Matta (1986) acredita que a casa e rua não são apenas espaços geográficos, são lugares de onde podemos entender e explicar o mundo como um todo. A rua mostra a realidade ruim da vida. Nela o tempo é medido pelo relógio, diferente do lar, onde existem as relações de prazer e amor entre todos os moradores. A rua é perigosa, nela não há amor, prazer, amizade, diálogo, para ilustrar essa afirmação, ele usa o exemplo do filho que sai pela primeira vez de casa em busca de lazer e deixa em casa os seus pais preocupados, principalmente pelo fato desse filho sair e deixar de estar sob a vigilância e os cuidados constantes dos seus pais.

E é em meio a essas diferenças existentes entre a casa e a rua, diferenças essas que se complementam, como defende Da Matta, que as mulheres precisam administrar o seu tempo para ao mesmo tempo se empoderarem enquanto donas de si, das suas vontades e em busca da sua independência financeira, ao mesmo tempo em que cuida do lar e dos seus filhos, estando presa a uma dinâmica de vida que as coloca em uma dupla jornada de trabalho muitas vezes não observada e não valorizada por quem as veem de fora dessa situação.

Voltando a falar sobre as relações existentes entre crianças e adultos, destacamos que alguns povos não possuem com as crianças a mesma relação que possuímos. Para eles o filho pertence exclusivamente à mãe, enquanto ela conviver com o pai biológico da criança, ele será considerado o pai legítimo, caso ela passe a se relacionar com outro homem, esse novo companheiro passará a ter a paternidade da criança. Ou seja, não há uma relação biológica e sim social.

Com o passar dos tempos um novo momento histórico surgiu e a posse do filho passou a ser da mãe e do pai que geraram a criança, (não desconsiderando as adoções, mas essa já é outra história). Acredita-se que essa noção pode estar ligada ao conceito de propriedade privada, quando o homem passou a querer que os frutos do seu trabalho ficassem sob a posse dos seus filhos, sendo eles os únicos herdeiros legítimos.

Por muito tempo as relações entre pais e filhos eram vivenciadas de uma forma que a liberdade individual ficava em primeiro plano. A exemplo dos pais Greco-romanos e os medievais que não tinham o hábito de se perguntarem se estavam cometendo erros ou não ao se comportarem perante os seus filhos.

No artigo “Paternidades fragmentadas” (2013), as autoras, Machado e Granja, abordam a natureza relacional e socialmente situada da paternidade, enfocando os sentidos do que é ser pai em diferentes configurações familiares. As análises tomam como base as

narrativas de homens que foram submetidos ao teste de paternidade e os pais presos preventivamente.

Ao tratar sobre as diferenças na forma de ver e tratar a paternidade e a maternidade, onde costumeiramente, culturalmente e biologicamente foi construída a ideia de que as mães são as principais responsáveis pelos cuidados com os filhos e aos pais cabe apenas a provisão financeira, salientando que essa realidade dia após dia vem se transformando.

Segundo Michele Rosaldo, a “dominação masculina, em resumo, não é inerente a nenhum conjunto isolado ou mensurável de fatos onipresentes. Parece ser antes, um aspecto da organização da vida coletiva, uma padronização das expectativas e crenças que produz um desequilíbrio na forma em que as pessoas interpretam, avaliam e respondem às formas particulares de ações femininas e masculinas.” (ROSALDO, 1980, p.10)

Ainda segundo essa autora, os objetivos que as mulheres possuem na vida não parecem ser totalmente criados por elas e sim pela sociedade que as nega os cargos de autoridade os dando aos homens. Em outras palavras, foi socialmente construída a ideia de que as mulheres nasceram e cresceram para serem mães e que aos homens estão destinadas as atividades que não incluem o lar a não ser a manutenção financeira e protetora do mesmo. Dessa forma, segundo essa autora “Gênero, em todos os grupos humanos, deve então ser entendido em termos políticos e sociais com referência não a limitações biológicas, mas sim às formas locais e específicas de relações sociais e particularmente da desigualdade social.” (ROSALDO, 1980, p.16).

Karen Giffin (2005), assim como outros teóricos dos estudos de gênero, deixa claro que a noção de relações de gênero é algo construído socialmente. Partindo dessa afirmação, ela procurou examinar as ideias de autores cujas perspectivas teóricas nos levam a entender como se deu essa construção e como se dá a reconstrução das relações de gênero.

Ao falar sobre a situação dos homens no interior dessas relações de gênero não devemos fechar os olhos para o fato de que eles, assim como as mulheres, são brutalizados pelo mesmo sistema que lhes confere poder, basta observar as horas exaustivas de trabalho, a ideia que lhes é internalizada desde a sua infância de que homem não chora, o dever que eles são obrigados a cumprir que é de ao longo das suas vidas devem namorar e exibir para a sociedade várias mulheres, a obrigação de serem sexualmente ativos, quando possuem família, eles devem ser o provedor financeiro da mesma, a obtenção do sucesso profissional, supressão das emoções e dos afetos, o dever de provar a todo o momento a

sua masculinidade, a obrigatoriedade de serem agressivos, separação entre sexo e afeto, dentre outros exemplos, que compõem o padrão viril.

Karen Giffin em trabalho realizado com Cavalcanti (1999) se deteve a estudar a relação existente entre homens e reprodução enfocando principalmente a relação desses homens com as mulheres, com os seus filhos e com outros homens, observando a relação que há entre o público e o privado, o biológico e o social. Fazendo uma análise da produção bibliográfica sobre esse assunto, concluíram que os homens têm percebido que aquilo que os libertam também os aprisionam, dito em outras palavras, a relação de dominação desses homens fazem deles uns prisioneiros.

Ainda segundo essas autoras os homens de baixa renda tem questionado o modelo de homem provedor, (ser o provedor familiar é um dos pilares da identidade masculina), dada a sua pouca condição financeira de prover o lar.

Rosely Gomes (2002), após terminar uma pesquisa em uma clínica de fertilidade em Campinas/SP com as mulheres que procuravam o ambulatório para se submeter a tratamentos, começou a se perguntar como os homens que procuram esse mesmo ambulatório concebiam a paternidade. Para buscar resposta para esse questionamento, realizou uma pesquisa no mesmo local, dessa vez enfocando os homens que procuravam o ambulatório para realizar tratamentos para esterilidade ou fazer planejamento familiar.

Como sabemos a maternidade comumente costuma ser vista como um evento natural e necessário na vida das mulheres, ao mesmo tempo em que é necessária para a reafirmação da feminilidade das mesmas. Ao lançar o seu olhar para os homens, essa autora se perguntou se a paternidade seria vista como fundamental para a masculinidade e se esse evento seria visto como um desejo natural, ao término da pesquisa. Chegou à conclusão de que a paternidade é tida como fundamental para um determinado tipo de masculinidade, aquela que é ligada aos homens casados, já para os homens solteiros ela se fundamenta na falta de responsabilidade dos mesmos, na liberdade sexual e ao acesso a diversas mulheres.

A paternidade não está ligada somente a capacidade de gerar filhos, está ligada a conseguir sustentá-los e educá-los. Sustentar os filhos e educá-los ficou conhecido com uma atribuição masculina.

Muitos dos homens estudados que procuravam o ambulatório para tratar sua esterilidade, criavam filhos não biológicos, os filhos das suas parceiras, o fato de constituírem uma paternidade socioafetiva dava legitimidade a sua vontade de possuírem

filhos biológicos. Ainda segundo essa pesquisa realizada por Rosely Gomes (2002), a esterilidade coloca em xeque a sua potência viril, para as mulheres a esterilidade afeta a sua feminilidade as impedindo de cumprir com o seu papel “natural que é ser mãe”.

A presença de homens em ambulatórios que tratam problemas de infertilidade, ou que deixem em xeque que a saúde dos mesmos não está em ordem é considerada algo ruim, dado que os cuidados com a saúde estão ligados ao sexo feminino e não ao masculino, por esse motivo ao realizar esse estudo, a pesquisadora se deparou com muitas recusas por parte dos homens para aceitarem conversar, tendo em vista que assumir um problema de saúde para eles é demonstrativo de fraqueza.

Segundo Valdonilson dos Santos (2013), para a maioria dos homens, estudados por ele, durante a sua pesquisa para grau de doutorado na cidade do Recife, a paternidade é algo muito importante, ela é considerada como um rito de passagem para a vida adulta, tendo em vista que ser pai é um dos requisitos para se tornar um homem de verdade. A paternidade garante ao homem que ele é viril e que pode engravidar uma mulher, ser pai também é ser capaz de sustentar uma família.

Da década de 80 para cá se observa o aumento gradativo do número de mulheres que passaram a chefiar as suas famílias e a controlar os índices de fecundidade. A aceitação dos homens no que diz respeito à inserção dessas mulheres no mercado de trabalho provoca uma reformulação da ideia de homem provedor do lar. Com isso, esses homens passaram a reivindicar um novo lugar no privado, passando a cuidar mais dos seus filhos e a se envolverem afetivamente na criação dos mesmos. Anterior a isso, nos anos 70 surge na classe média uma nova forma de ver a reprodução, a ideia de homem que engravida junto com a mulher, é esperado que ele passe a acompanhar todo o processo de gravidez se envolvendo principalmente afetivamente nesse processo. O filho é visto como alguém que precisa da atenção e cuidados de ambos os genitores. Iniciou-se uma espécie de movimento que pedia o rompimento dessa ideia de que os cuidados afetivos e domésticos com os filhos é algo exclusivamente e naturalmente feminino.

Na atualidade os pais além de procurar prover os seus filhos financeiramente, se preocupam em dar carinho, atenção e apoio necessário para eles. Esses pais sentem a necessidade de acompanhar a gravidez das suas companheiras, participar na hora do parto, cuidar do bebê, acompanhar seu desenvolvimento físico e intelectual, dentre outros cuidados.

Foi criado e propagado no pensamento popular a ideia de que os cuidados dispensados a uma criança era apenas algo atribuído a mãe, atualmente o que se observa, com as mudanças históricas e sociais que o cuidado dispensados as crianças só são plenos se divididos por pai e mãe.

Giddens em “A transformação da intimidade” (1993) cita Bronislaw Malinowski e a sua fala sobre a noção de amor identificada na Ilha Trobiand, uma paixão que atormenta a mente e o corpo de várias formas, que causa impasses, escândalos, tragédias e que dificilmente faz com que o coração e a vida transborde de alegria, como se imagina que deveria ser. Ele fala sobre muitos exemplos que ilustram o amor como os presentes nas poesias do Antigo Egito, por volta dos 1000 anos antes de Cristo. O amor retratado nessa época aparece como uma anulação do eu em detrimento do outro.

Giddens usa o termo “paixão”, “amor apaixonado” e “*amour passion*” como uma expressão de uma conexão genérica entre o amor e a ligação sexual. O amor apaixonado entra em conflito com a rotina da vida diária, tendo em vista que o envolvimento com outra pessoa pode fazer com que as pessoas abram mão das suas obrigações cotidianas para estarem sempre perto do seu objeto de desejo fazendo com que o transforme no centro do seu mundo, ele compara a idolatria ao outro com o encantamento e o fervor que se observa nas pessoas que são muito religiosas.

O amor apaixonado aparece como aquilo que nos tira das atividades mundanas e nos faz tomar decisões radicais e a nos sacrificarmos, assumindo um papel sob o ponto de vista da ordem e dos deveres sociais, perigoso. Esse amor apaixonado chega a quase ser um fenômeno universal e deve ser diferenciado do amor romântico que é culturalmente mais específico e conhecido. O autor nesse texto busca identificar as características do amor romântico e as suas implicações, de forma analítica e não histórica.

Ao realizar uma breve interpretação histórica sobre o amor, Giddens (1993), informa aos seus leitores que na Europa pré-moderna os casamentos eram realizados tendo como alicerce não os sentimentos amorosos e desejos sexuais, mas visando e beneficiando a situação econômica das pessoas envolvidas naquilo que era considerado um contrato social. Para os pobres o casamento representava uma forma de organizar o trabalho agrário. Segundo ele, relatos dão conta de que entre os camponeses franceses e os alemães do século XVIII as demonstrações de carinho e os toques físicos e íntimos eram raros entre os casais.

Na parte aristocrática da sociedade as mulheres possuíam liberdade sexual e estavam livres do fardo da reprodução e do trabalho diário, o prazer sexual nesse âmbito social não estava relacionado ao casamento. Muitas civilizações criaram o mito de que aqueles que buscavam vínculos afetivos permanentes com outras pessoas eram condenados.

No amor romântico a ligação e o desejo sexual fervoroso tende a ficar em um plano inferior, o que predomina é o autor chama de amor sublime. A sexualidade está presente, mas não é predominante. Esse tipo de amor traz um elemento bastante conhecido por nós, “o amor à primeira vista”. É feita uma distinção entre o amor romântico e amor apaixonado, o primeiro torna a vida mais “completa” é mais sublime enquanto que o amor apaixonado está mais ligado ao sexo e ao erotismo.

A ideia de “romance” e o sentido que esse termo assumiu no século XIX, expressou e contribuiu para que ocorressem mudanças na vida social, nesse momento a vida emocional se reordenou no interior das atividades cotidianas. A ideia do amor romântico surgiu em meio a várias influências que afetaram as mulheres a partir do final do século XVIII. Entre essas influências, estão a criação do lar, as mudanças nas relações pais e filhos e o que foi chamado de “a invenção da maternidade.”

O poder patriarcal estaria declinando na última parte do século XIX. A separação entre o lar e o local de trabalho fez com que o domínio do homem diminuísse. As mulheres, com a diminuição do núcleo familiar passaram a cuidar dos seus filhos, que nessa época passaram a ser vistos como vulneráveis e como indivíduos que necessitavam de cuidados diferenciados, dada a sua fragilidade. O homem deixou de ser o centro da afeição familiar.

Ainda referenciado Anthony Giddens (1993), gostaríamos de explicar a sua ideia sociológica de codependência, esse termo surgiu da luta de pessoas que travam uma verdadeira guerra contra o alcoolismo. Na época do seu surgimento, supôs-se que seria possível que um alcoólatra se recuperasse com êxito do seu vício se estivesse na companhia de outras pessoas que passavam pelo mesmo problema que ele, estando longe do seu contexto familiar, no entanto chegou-se à conclusão de que se eles se recuperam do vício longe das pessoas que ele de fato convive no seu dia a dia e depois voltasse para perto dessas pessoas, onde tudo permanece o mesmo, eles teriam pouca chance de se manterem longe do vício.

No seu texto, Giddens afirma que mulheres que se envolvem em relacionamentos que não as fazem felizes são codependentes, por serem protetoras sentem a necessidade de cuidar de outra pessoa. O relacionamento se torna objeto de um vício e deve proporcionar uma sensação de segurança que a pessoa não sente estando sozinha.

O autor chama de relacionamento “fixado”, aquelas relações que possuem como base o hábito; esses relacionamentos são mais difundidos do que a codependência por ser construído tendo como base uma dependência compulsiva.

Ao falar sobre as relações de parentesco, o autor afirma que assim como o gênero, o parentesco já foi considerado como algo natural trazido pelos laços biológicos e pelo casamento. Na sociedade onde as separações e os divórcios estão presentes a família nuclear já não é a mesma, desde que as famílias recombinadas começaram a surgir e/ou ter visibilidade.

Observa-se que nos primeiros anos de vida de uma criança, existe um desequilíbrio de poderes, onde os adultos mandam e as crianças obedecem, ao mesmo tempo em que os laços entre pais e filhos são negociados. Os pais e/ou padrastos negociam junto com as crianças as formas como serão as interações deles no dia a dia. Essa negociação das relações se confirma no exemplo citado por Giddens (1993), ao falar que a condição para que filhos cuidem dos seus pais como idosos, vai depender da forma como esses pais e esses filhos se relacionaram as suas vidas.

Ao falar sobre a maternidade, ele vai dizer que a invenção da mesma, passou a ditar a forma como as mães deveriam cuidar dos seus filhos. Ele cita algumas formas de tratamento dos pais para com os filhos, como por exemplo, os pais considerados “emocionalmente inadequados” que são aqueles que abdicam dos deveres de cuidar dos seus filhos. Os “controladores” são aqueles consideram que tudo que diz respeito aos filhos deve ser subordinado a eles.

2.6 O PAI NA FAMÍLIA

Atualmente, assistimos a uma mudança da relação paterno/filial, isso se dá pelas transformações culturais e de gênero que a nossa sociedade vem passando, os homens tem percebido que os cuidados com os filhos vão além da manutenção financeira do lar.

Machado e Granja (2013), ao realizarem entrevistas com homens que ocupavam lugares periféricos em situação socioeconômica comprometida, com baixa escolaridade e

com oportunidades de empregos reduzidas ou sem nenhuma oportunidade chegaram à conclusão de que existem quatro tipos de paternidades, sendo elas, o provedor flexível, a paternidade intermutável, o pai ausente e a (re) construção de laços.

Realizaram uma abordagem compreensiva e interpretativa entrevistando homens que ocupavam lugares periféricos no que diz respeito a questões socioeconômicas, escolaridade e emprego ou a falta desse último.

O pai provedor contribui financeiramente para o sustento do filho, a paternidade intermutável diz respeito a vivência que vai de acordo com a trajetória individual do pai que pode ter filhos em diferentes famílias, o pai ausente se aproxima ou se separa do seu filho tendo como ponto de referência a relação que ele tem com a mãe da criança, a (re) construção de laços envolve os pais que foram presos e aqueles que esperam o resultado de um exame de DNA, um espera a libertação o outro o resultado de um teste para poderem iniciarem um relacionamento afetivo com a sua prole.

As autoras, Machado e Granja (2013), concluem que o significado atribuído a paternidade depende tanto de fatores individuais, como políticos, culturais e econômicos e da construção social do papel da mãe como principal cuidadora dos filhos e a manutenção do papel periférico do pai, resumindo a sua responsabilidade a questões de providência do sustento dos filhos.

Da perspectiva do direito os homens estão mais responsáveis no que diz respeito a sua reprodução biológica, no atual momento histórico; ao mesmo tempo em que esses homens têm mudado também a sua postura no que diz respeito ao exercício da paternidade não só como provedor financeiro, mas também afetivo, (DÓRIA, 1999).

É interessante observar que muito se fala do pai provedor que sai da sua casa para suprir as necessidades financeiras da sua família e por esse motivo não tem tempo suficiente para ajudar nos cuidados desses filhos, sendo que esses homens admirados como provedores financeiros afetivos recebem todo o louvor pelo seu ato, mas quando se olha para o lado feminino, quando é uma mulher a provedora financeira e afetiva do lar, poucas luzes de admiração e respeito são colocadas sobre elas. Aos pais comumente cabe a participação na hora do lazer, que geralmente é mediado pela mãe.

Durante o processo colonizador, desenvolveu-se a concepção do “macho” que é um homem másculo e viril que suporta dores sem reclamar, que provê a sua prole, bravo, dominador de mulheres, para que a imagem desse macho seja mantida é necessário que exista uma mulher destinada a ser mãe, que permaneça virgem até o casamento, ao lado

dessa mulher, mas em um nível hierárquico de honra reduzido existe a prostituta que é procurada por homens para realizarem os desejos sexuais que não podem ser realizados com sua esposa por essa ser uma mulher honrada e pura.

No ano de 1992, ano em que a lei de investigação de paternidade regulou o serviço de reconhecimento dos filhos tidos fora do casamento, esse filho passou a ter o direito de ter uma certidão de nascimento completa, ou seja, com o nome da mãe e do pai e com todos os direitos que os filhos havidos dentro do casamento possuem.

Moreira e Toneli (2013), ao falar sobre homens que exercem a paternidade, problematizam as ações desenvolvidas no Rio Grande do Sul através do programa “Paternidade Responsável” que defende o reconhecimento paterno. O objetivo do artigo escrito por essas autoras é entender como as argumentações são construídas para a valorização da presença paterna no contexto estudado, analisando materiais propagados a partir do ano de 2007 na televisão e na internet, assim como também o material distribuído em um curso de formação em “Paternidade Responsável” que aconteceu no ano de 2008, na cidade citada.

Esse programa, “Paternidade Responsável” busca questionar acontecimentos, falhas e fatores que possam tornar possíveis o investimento social e científico para a prevenção da criminalidade tendo como tema o pai, mostrando a figura do pai como um criador responsável.

Os estudos sobre o tema paternidade têm ganhado um campo que timidamente está crescendo no meio acadêmico e essas autoras, (MOREIRA e TONELI, 2013) procuram entender como a paternidade surge como sendo importante para investigação e investimento por parte dos estudiosos.

A paternidade que era vista como uma função de provisão financeira da família, sem atentar para os cuidados e carinhos diretos com os filhos, atualmente e dia após dia a figura paterna tem ganhado espaço dentro da estrutura familiar, mas não somente como o provedor, mas como cuidador e são justamente esses estudos sobre o tema que tem mostrado o surgimento de um novo pai participativo e afetivo diferente daquele pai apenas provedor financeiro do lar.

CAPÍTULO III:

3.1 MEMÓRIAS DO TRABALHO DE CAMPO

Nesse capítulo descreveremos os procedimentos metodológicos e as análises dos dados coletados em campo, falamos sobre os processos de legalização da paternidade tomando como base o teste de DNA com comprovação voluntária e comprovação com determinação judicial. Esse terceiro capítulo dessa dissertação é um dos momentos mais importantes para o meu processo de pesquisa e escrita, pois é aqui que descrevo tudo aquilo que consegui, enquanto pesquisadora, captar no trabalho de campo, as falas dos pesquisados, as dificuldades do trabalho de campo, a dificuldade de transpor para o papel o que foi recolhido na campo e nas referências bibliográficas e para dar embasamento teórico a esse terceiro capítulo, fizemos uso de diversas bibliografias que discutem assuntos que vão desde a importância da pesquisa sociológica até aquelas que abordam estudos sobre masculinidade e reconhecimento de paternidade, principal tema dissertado nessa pesquisa.

3.2 ALGUMAS REFERÊNCIAS ACADÊMICAS

Começamos com Villota (2011) falando sobre a pesquisa social. Honorio (2011), com um estudo sócio antropológico sobre a masculinidade hegemônica no Nordeste do Brasil enfocando homens de bairros periféricos dessa região. Consideramos importante descrever algumas discussões em torno da masculinidade nordestina, por essa pesquisa ter sido realizada no interior dessa região.

Fizemos uso de dois trabalhos, frutos das pesquisas realizadas por Cláudia Fonseca envolvendo reconhecimento de paternidade e as tecnologias reprodutivas e terapêuticas usadas para o reconhecimento de filiações, textos escritos nos anos de 2011 e 2014, assim como também um grande trabalho realizado por Jorge Lyra, Márcio Barra e Benedito Medrado, feito no ano de 2011, onde foram elencados trabalhos escritos entre a segunda metade da década de 1980 e a primeira metade da década de 1990, tendo todos um tema em comum, a paternidade.

Martins e Oliveira (2006) aparecem nessa dissertação mostrando a forma como o teste de DNA apareceu e revolucionou os processos de reconhecimento de paternidade, tendo em vista a certeza da eficácia no resultado que o exame traz. Usamos aqui também

leis que foram sancionadas garantindo o direito das crianças a adultos que não possuem o nome da pai na sua certidão de nascimento, de o terem.

Utilizamos Zigmund Bauman e a sua obra “Amor líquido” (2004), expondo a dificuldade que as pessoas têm que se envolverem em relacionamentos e conexões duradouras. Dentre outras referências que são incorporadas ao texto, conforme a necessidade de embasamento teórico.

3.3 UMA PESQUISA QUALITATIVA

Como procedimentos metodológicos que nos auxiliaram a chegar as respostas propostas para essa pesquisa, usamos a pesquisa qualitativa, que não se preocupa com dados numéricos e sim, em compreender um grupo social ou uma instituição. Ela analisa as manifestações simbólicas dos indivíduos, investigando o significado que as pessoas dão as suas ações, assim como também resignificar como as suas crenças e valores influenciam as suas vidas. Esse método de pesquisa costuma tratar de aspectos comuns que existem entre um número de casos relativamente pequenos. Ele ajuda o pesquisador a interpretar a relevância dos acontecimentos sociais, dar voz a indivíduos que são invisíveis perante a sociedade e propor novas teorias.

O pesquisador ao realizar um trabalho que envolva o social teve ter consciência de três pontos fundamentais, o primeiro de que ele é sujeito e objeto do meio ao qual se propõe estudar, segundo, de que o desenvolvimento da pesquisa é imprevisível, e por fim, ele deve saber que o seu conhecimento é parcial e limitado. “A pesquisa social se expressa através de uma linguagem de variáveis e de relações entre variáveis, é essa linguagem especial que permite distinguir os cientistas sociais de outros pensadores que falam da sociedade.” (VILLOTA, p. 4, 2011).

Por esses motivos citados, durante a execução dessa pesquisa fomos obrigados a aplicar pressupostos e pré-noções que são diferentes das pré-noções, das questões e dos conceitos que temos como sujeitos sociais quando não desejamos tê-los como sociólogos. Enquanto pesquisadores, precisamos ter o cuidado para não interferir na objetividade da pesquisa, trabalhando com rigor científico.

Para esse trabalho realizamos uma pesquisa, recolhendo depoimentos de homens que passaram por um processo de comprovação de paternidade e com pessoas que trabalham com programas de incentivo ao reconhecimento de paternidade. Escolhemos

Campina Grande para ser a cidade sede da nossa pesquisa e usamos como técnica principal de coleta de dados questionário semi-estruturado e entrevista usando as mesmas perguntas do questionário, o que significa dizer, que algumas perguntas foram previamente pensadas e feitas a esses homens, aquelas que precisaram de complementos, para que melhor entendêssemos como se deu o reconhecimento de paternidade, foram sendo formuladas e feitas a eles, conforme a necessidade de melhores esclarecimentos, essas perguntas foram feitas a eles através do envio dos questionários para os mesmos, outras foram feitas diretamente, em encontro presencial, fizemos uso também da pesquisa bibliográfica.

Havíamos escolhido para essa pesquisa a técnica de entrevista semi-estruturada, onde eu encontraria com o informante e ele contaria como foi essa etapa da sua vida, o reconhecimento da paternidade, inicialmente duvidosa. A conversa seria gravada e posteriormente transcrita, no entanto, alguns dos informantes colocaram alguns empecilhos para encontrar comigo pessoalmente, entraves como a falta de tempo, causada pelos estudos e/ou trabalho, receio de falar sobre o assunto pessoalmente a uma desconhecida, por ter sido um momento delicado das suas vidas, ou por supostamente vir a causar algum desconforto para ele ou para alguém próximo a ele, dentre outros. Por esses motivos, coube a mim, usar o método do envio de questionários semi-estruturados.

Consegui informações para a pesquisa com três homens que passaram por esse processo de assunção da paternidade, dois deles receberam os questionários com perguntas previamente formuladas, responderam e me entregaram e um deles encontrou comigo pessoalmente, não sem alguns desencontros, mas todos superados. Vale salientar, que o meu interesse inicial, sempre foi o de encontrá-los pessoalmente, no entanto, não foi em todos os casos, que os homens se dispuseram a conversar pessoalmente.

Ao adotarmos os questionários semi-estruturados, como técnica de coleta de dados, defendemos a ideia que eles não se tratam apenas de uma técnica para coleta de dados, eles serviram de instrumento de pesquisa para recolher relatos importantes de acontecimentos descritos por pessoas que os viveram. Como é o informante quem decide o que vai ser relatado, o entrevistador, na hora de formular as perguntas, deve ter o cuidado de elaborá-las de modo que as respostas não sejam influenciadas pelas ideias do pesquisador.

Além do contato com homens que fizeram teste de consaguinidade, julgamos ser importante estabelecermos contato também, com pessoas que trabalham na área jurídica que lida cotidianamente com casos como esses, para recolher informações da área jurídica que trata especificamente sobre esse assunto, a exemplo de órgãos diretamente ligados ao

reconhecimento de paternidade voluntário ou judicial, como o “Projeto Nome Legal”, descrito nessa dissertação.

3.4 O TRABALHO DE CAMPO

Feitos os recortes da nossa pesquisa e partindo para o exercício do trabalho de campo, encontramos muitas dificuldades para encontrar homens que passaram por um processo como o proposto inicialmente ainda no projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, que seria o de entrevistar homens que foram obrigados pela justiça a realizar um teste de DNA e assumir os seus filhos. Conseguimos encontrar um ou dois homens que passaram por essa situação, mas eles não se dispuseram de forma alguma a falar sobre o assunto. Em razão dessas dificuldades, e na esperança de dispor um número maior de informantes, definimos como critério de recorte, homens que tivessem sido “forçados”, por forças e formas de coerção social lançados sobre eles pelas suas redes de sociabilidades, a exemplo da família e dos amigos, a assumir a paternidade, mudando a ideia inicial. A escolha dos participantes se deu por meio de indicações da minha rede de amigos que conheciam homens que realizaram teste de confirmação de paternidade.

Durante o processo de procura por informantes, observamos que muitos homens se recusam a falar sobre o processo da assunção da paternidade, porque na maioria dos casos em que um teste de DNA é solicitado para comprovar a consaguinidade entre suposto pai e suposto filho, tudo acontece de forma muito conflituosa, incita muitas dúvidas e desentendimentos de todos os lados. Muitos desses homens que são solicitados a realizarem um teste, atualmente coabitam com outras mulheres e quase sempre essas mulheres, rejeitam essa parte da história dos seus companheiros.

O que nós percebemos com isso, é que a negativa dos homens em falar sobre o processo de assunção da paternidade é mais uma forma de negação da existência dos filhos. Muitos deles assumiram seus filhos, somente no que diz respeito a parte de provisão financeira, não sem muitas lutas e reivindicações por parte da mãe da criança e de outros familiares e da Justiça, porém, continuam negando esses filhos que quase sempre foram concebidos a partir de um relacionamento causal, o que significa dizer que o “casal”, já não se encontra mais junto, e todos eles, nos casos em que tivemos conhecimento, já estavam inseridos em outros relacionamentos, e falar sobre o filho concebido em uma

“relação” anterior, causaria desentendimentos e constrangimentos para as atuais companheiras desses homens e para evitar problemas e preservar a harmonia nas suas relações afetivas, esses homens continuam se negando a dar assistência afetiva a esses filhos, negando dessa forma a existência deles.

Muitas dessas crianças envolvidas em testes de consaguinidade, como já dito anteriormente, foram concebidas em encontros casuais e relacionamentos que na verdade não existiram de fato ou duraram pouco tempo, esse pouco tempo de ligação entre o homem e a mulher não foi suficiente para o cultivo de sentimentos, de convivência entre eles e entre familiares de ambos, ou seja, o laço não foi suficiente para estabelecer contatos entre familiares e amigos tanto do homem como da mulher.

Como bem exemplifica os trechos dos depoimentos recolhidos com os informantes, segundo SAT sua filha “foi concebida em um encontro casual: Não havia uma relação, foi uma noite de sexo apenas.”. Atualmente a relação desse informante com a mãe da sua filha é praticamente nenhuma, e quando precisam tratar de algum assunto, a mãe do depoente faz a intermediação: “Hoje nos falamos apenas o necessário. Confesso que muitas vezes minha mãe faz intermediação, eu não converso muito com a mãe da minha filha.”

Uma informante próxima a SAT, a PAC, me informou que ele “ficou” com uma mulher que é mãe da filha dele e depois perdeu o contato. Essa informante não soube informar como o contato se reestabeleceu. Segundo ela, hoje ele tem contato com a criança e confirma a informação dada pelo próprio informante, que a mãe dele o ajuda para que ele possa suprir algumas necessidades financeiras da criança. Afirma essa informante que ele, o pai da criança, não tem muito contato com a filha que chega a estranhá-lo, atitude comum entre crianças pequenas, a de estranhar pessoas que não estão constantemente presentes no seu convívio. Afirma também que a situação, ou seja, a chegada da filha de SAT causou impacto sobre ele, principalmente pelo fato dele, na época, ter recentemente iniciado um curso universitário na capital, embora ele já tivesse uma formação de nível superior anterior e, sobre ele também recaíram brincadeiras da parte dos seus amigos por causa de toda a situação em que ele encontrava-se envolvido, tudo isso acabou abalando muito esse informante.

O informante RTG ficou sabendo que seria pai, pouco antes do fim do relacionamento com sua namorada. Como possuía um relacionamento fixo com a mãe da criança, ele tinha certeza que era pai da criança, no entanto, sua mãe, a avó da criança, por

não conhecer a então namorada dele e mãe da criança em questão, solicitou o teste de DNA que foi realizado quando a criança tinha um ano de idade.

Durante o meu trabalho de campo, realizei visitas a órgãos públicos no intuito de buscar informações sobre casos de reconhecimento de paternidade e buscar informantes para a pesquisa, a exemplo das Varas de Família de Campina Grande, o programa Paternidade Legal e Escritório de Direito, a justificativa dessas instituições foi a mesma, segundo as pessoas que trabalham nesses estabelecimentos e segundo a Lei nº 6.515, de 26.12.1977, os casos que dizem respeito “à filiação, divórcio, pensão alimentícia e guarda de menores, correm em segredo de justiça e somente as partes interessadas, como os advogados do caso, o requerente e o requerido podem ter acesso aos documentos do processo e somente eles podem decidir se falam ou não sobre o assunto com pessoas que não estão envolvidas no processo.”

Dito isso, os funcionários desses locais, preservando o sigilo da identidade dessas pessoas que passaram por processos de reconhecimento de paternidade, não poderiam me indicar homens que passaram por essa situação, para que eles fossem convidados a participar da pesquisa, restou a mim, consultar a minha rede de amigos e perguntar a essas pessoas se eles conheciam homens que tivessem passado por um reconhecimento de paternidade, seja de forma voluntária ou após mandato judicial e se esses homens, de forma voluntária, aceitariam falar sobre o assunto. Recebi algumas indicações de fontes seguras.

Desses homens indicados, alguns se recusaram a falar sobre o assunto afirmando que o tema traria problemas para eles e para os seus atuais relacionamentos, na maioria desses casos onde encontrei a recusa por parte dos homens, eles tinham passado por um pedido judicial ou por um momento de conflito entre as partes interessadas e por esses motivos se recusaram a falar sobre o assunto. Outros aceitaram conversar, no entanto criaram empecilhos para encontrar pessoalmente comigo, com o passar do tempo e com as desculpas constantes que justificavam o adiamento dos encontros, o campo de pesquisa fez com que eu mudasse a forma da coleta de dados que inicialmente consistia em encontrar com todos os informantes pessoalmente, de forma individual para ouvir deles o relato sobre esse momento das suas vidas, o reconhecimento da paternidade da sua prole.

Diante da grande recusa desses homens em encontrar comigo e conversar sobre o assunto em questão, acabei recorrendo a homens que realizaram testes de confirmação de

paternidade, por imposições sociais, sejam as familiares e/ou dos próprios parceiros sexuais e por dúvidas da parte deles quanto a veracidade ou não da paternidade.

Conversei com amigos advogados com o intuito de entender como se davam os tramites legais dos processos de reconhecimento de paternidade na área jurídica que é quando o homem recebe um mandato e um chamado judicial para realizar um teste de DNA e reconhecer seu filho ou quando de forma voluntária eles assumem esses filhos.

Foram realizadas visitas ao Fórum de Campina Grande – Paraíba, buscando informações com juízes das Varas de Família e com pessoas que trabalham nesses locais e que se dispuseram a falar sobre o assunto. Durante a pesquisa, percebemos que é importante que o pesquisador recorra a pessoas que ele inicialmente não imaginava que seriam importantes, no sentido de passar informações que serão necessárias para a compreensão do tema estudado. Por isso defendo a ideia de que o pesquisador esteja aberto a conversar com todas as pessoas que lidam diretamente ou indiretamente com o seu objeto de pesquisa, principalmente durante os primeiros passos dados em campo, ou seja, durante a fase exploratória.

Campina Grande conta com cinco Varas de Família, todas situadas no Fórum Afonso Campos. Cada Vara de Família possui um juiz e uma equipe disponível para tratar de todo e qualquer caso que envolva assuntos familiares.

Realizei visitas exploratórias a outros órgãos institucionais, a exemplo do Conselho Tutelar da cidade, centros de atendimento à mulheres, ao Instituto Papai em Recife – Pernambuco e a um escritório de estudantes de direito, em todos os lugares visitados citados nesse parágrafo, fui muito bem recebida, no entanto, desses locais não consegui extrair informações que fossem agregar algum conhecimento válido para essa pesquisa, apenas conversas informais e alguns poucos relatos de reconhecimentos de paternidade por determinação judicial, mas é válido salientar que as pessoas que trabalham nesses órgãos me deram indicações de pessoas e lugares onde eu poderia buscar informações que fossem contribuir para o processo de construção da pesquisa de campo.

Por falar sobre indicações de locais que poderiam contribuir para a pesquisa, ao visitar o Conselho Tutelar, fui encaminhada para o Projeto “Nome Legal – Reconhecimento de Paternidade” e foi de lá que consegui informações importantes sobre reconhecimento de paternidade por imposição judicial e reconhecimentos voluntários, quando a coerção é social e familiar.

Esse projeto foi implantado na Paraíba no ano de 2011, teve sua vigência até o ano de 2014, procurava encontrar crianças e adolescentes que não possuíam nos seus registros os nomes dos seus pais. Para conseguir essas informações, o projeto contou com o apoio das escolas das cidades de Campina Grande, João Pessoa e região, onde eram realizados mutirões com o apoio das secretarias de educação, visando encontrar crianças que possuíam apenas os nomes das mães nos seus registros, feito isso, as mães eram chamadas a explicar o porquê da não existência do nome do pai na certidão de nascimento do seu filho(a). Dadas as devidas explicações, em seguida, os pais dessas crianças e adolescentes eram localizados e convocados a comparecer ao órgão competente para realizar um teste de DNA para comprovar a paternidade, caso ele tenha alguma dúvida do laço sanguíneo ou ofereça alguma resistência em assumir a sua responsabilidade, em caso de não haver dúvida, as medidas cabíveis seriam tomadas para que o nome desse pai entre o mais rápido possível no registro de nascimento do seu filho (a). Após o término dessa primeira vigência do projeto, que durou de 2011 a 2014, ele não se encerrou, continuou, mas regido diretamente, pelas Varas de Famílias.

3.5 NO ENCALÇO DE UM TIPO DE MASCULINIDADE

Escolhemos como cidade para a nossa pesquisa, Campina Grande. Segundo informações disponibilizadas no site do IBGE, na internet, essa cidade foi inicialmente uma aldeia povoada por índios. Situada entre o alto sertão e a zona litorânea, com terras propícias às culturas de mandioca, milho e outros cereais indispensáveis à vida dos colonos, o que era uma aldeia converteu-se em um povoado. Em 1790, transformou-se em vila sob a denominação de Vila Nova da Rainha. Em 1888, Campina Grande tinha cerca de quatro mil habitantes e era talvez a mais populosa e próspera localidade do interior da Paraíba. Passava por ali a principal estrada que ligava os sertões paraibanos e rio-grandenses do norte às cidades da Paraíba e do Recife. O ramal da *Great Western of Brazil Railway Company* - hoje Rede Ferroviária do Nordeste -, inaugurado em 1907, a iluminação elétrica em 1919 e o serviço de abastecimento de água em 1939 foram fatores decisivos no surto do progresso local.

Hoje ela é a segunda maior cidade do Estado da Paraíba e considerada um dos maiores polos industriais do Nordeste Brasileiro e um dos maiores polos tecnológicos da

América Latina além de abrigar uma grande quantidade de pessoas que vem de regiões vizinhas e até de outros estados do país para estudar.

Foi elevada à categoria de cidade no dia 11 de outubro de 1864, segundo a Lei Provincial número 137. Localiza-se a 133 km da sua capital, João Pessoa. Campina Grande é muito conhecida também por sediar o que chamam por aqui de “O maior São João do Mundo”, onde são oferecidos para os forrozeiros e simpatizantes desse estilo de música e dança, 30 dias seguidos de festas, com diversas apresentações gratuitas de bandas de forró e de outros ritmos, abertas ao público, no “Parque do Povo”, com tudo regado a muita animação, comidas típicas, bebidas, exposição e comercialização do artesanato local na “Vila do Artesão” que funciona o ano todo, diferente do “Salão do Artesanato”, que é uma estrutura montada exclusivamente para essa época do ano no mês de junho, já durante a época carnavalesca a cidade, na contramão das festas realizadas nessa época, sedia encontros religiosos.

Acreditamos que se faz necessário, nesse trabalho, falarmos sobre os modelos de masculinidade e feminilidade no Nordeste, por Campina Grande, a cidade onde realizamos essa pesquisa, fazer parte da região Nordeste. Justificamos essa descrição, por esse ser um trabalho que será lido por pessoas de diversas localidades e regiões, e é importante que essas pessoas saibam de onde estamos falando, conhecendo dessa forma, algumas das particularidades regionais.

Há uma crença universal de que a masculinidade é dada pela natureza, no entanto, as masculinidades, como já sabemos, são construídas culturalmente dentro das sociedades e estão sujeitas as suas mudanças e contradições, por isso é importante estudá-las, pensando os variados modelos de masculinidades existentes. Constantemente é cobrado dos homens que eles provem sua masculinidade, algo que não é exigido das mulheres.

Honorio (2011) realizou um estudo sócio antropológico sobre a masculinidade hegemônica no Nordeste do Brasil com homens de bairros periféricos. Segundo essa autora, a concepção de nordestino surgiu no século XX, mostrando um tipo de homem que não se identificava com o tipo moderno, esse homem vinha de uma realidade agrária e patriarcal que estava perdendo suas roupagens, um homem que lutava contra a feminização trazida pela modernidade.

Para essa autora, a masculinidade é definida em relação à feminilidade. Ser homem ou mulher é assumir determinados papéis sociais distintos. Os humanos foram declarados

iguais, coube recorrer a natureza e a biologia para dar sustentação a desigualdade. Na procura por diferenciar os sexos, passou-se a usar o termo “masculinidade”.

A masculinidade foi idealizada a partir do guerreiro medieval, sendo resultado de construções e transformações culturais, sociais e históricas ocorridas no ocidente a partir do século XVIII. A influência religiosa no ocidente também acabava por valorizar a masculinidade. A assimetria nos papéis sociais exercidos por homens e mulheres coloca-os como provedores e elas como mães submissas.

A masculinidade não é um dado natural, mas um ideal a ser alcançado que se diferencia ao longo do tempo e nas classes sociais, “a masculinidade como temática a ser pesquisada surgiu com as discussões acerca das dimensões políticas da identidade, expressadas pelos ‘novos movimentos sociais’ da década de 1960, especificamente pós 1968, com as revoltas estudantis de maio de 68, em Paris, os movimentos de contracultura, o movimento feminista e o movimento gay, que provocaram alterações nas relações sociais” (Honório, 2011. p. 5).

Partindo da assertiva de que estudar a mulher implica olhar para o homem, o movimento passou a estudar as relações de gênero. O contexto dos movimentos feministas levaram os homens a repensarem seus posicionamentos na sociedade, principalmente nos EUA com os *men's studies*.

Segundo Honório (2011), foi a partir dessa época que se tornou possível pensar em masculinidades múltiplas, pois passaram a estudar a masculinidade observando variáveis como classe social, idade dos indivíduos, dentre outras. Os *men's studies* buscavam acabar com as posições opostas impostas aos homens e mulheres. Ou seja, não existe um modelo único do ser homem, os modelos seguidos vão depender do local onde determinados homens estão inseridos, da sua classe social, raça, da economia, da cultura dominante, dentre outros fatores.

A identidade nordestina possui homens que devem ter características sertanejas, matutos, homens de força, honra e coragem, viril, bravo, corajoso. O sertanejo nordestino aparece como sendo resistente por natureza devido ao fato de enfrentar um clima e uma vegetação característicos da região que não são muito favoráveis a boas condições de vida. Um homem que representa os valores patriarcais, forte, rude, as condições de vida o fizeram ser assim. Já a feminilidade, nessa região, costuma ser vista com submissão, embora a mulher, nordestina seja vista e chamada de “mulher macho”, por ser forte, batalhadora, ao mesmo tempo em que essa expressão a coloca como sendo forte, ela é

questionável, pois coloca o ser macho como prerrogativa para ser uma pessoa forte e melhor.

3.6 DE PAI PARA FILHO

Faz-se necessário nesse capítulo, retornar e explicar de forma mais clara o “Programa Nome Legal”, o qual, conhecemos durante a pesquisa de campo. Esse é um programa que visa realizar o reconhecimento de paternidades de crianças que não possuem o nome do pai no registro de nascimento, atuando na mudança dessa situação, reduzindo dessa forma as essas estatísticas de filhos sem o nome do pai no seu registro; trabalhando também com reconhecimentos voluntários, com exame de DNA para comprovar a consaguinidade, caso o pai se recuse a registrar seu filho, recai sobre ele uma ação judicial que o obrigará a fazer o teste e em caso de resultado positivo, a assunção da paternidade.

Iniciou contando com o apoio das escolas e das secretarias de educação que recebiam ofícios solicitando delas que fossem realizadas nas escolas que verificavam as certidões de nascimento das crianças matriculadas nas escolas de João Pessoa, cidade onde o projeto iniciou; Campina Grande e cidades vizinhas, com o intuito de listar as crianças que tinham nas suas certidões de nascimento apenas o nome da mãe.

Eram realizados mutirões de reconhecimento de paternidade e audiências onde eram homologados os reconhecimentos e realizadas ações judiciais para que o nome do pai entrasse no registro de nascimento dos seus filhos. O direito a paternidade, como sabemos, está previsto na Constituição Federal de 1988, mais precisamente no art. 226 §7º.

O Programa se justifica, de acordo com o projeto, pela importância da figura paterna na vida dos indivíduos; pelo fortalecimento dos vínculos entre familiares; pela promoção de autoestima; pela redução da evasão escolar, comportamentos antissociais, delinquência juvenil e consumo de drogas.

No reconhecimento espontâneo o interessado procura o projeto, é instaurado uma portaria, o termo de declarações é registrado e caso seja necessário, realiza-se o exame de DNA, em caso de não realização do exame, o registro é lavrado em cartório.

Possui como procedimentos administrativos o arquivamento dos processos com reconhecimento voluntário e com reconhecimento após DNA e com reconhecimento judicial, que ocorre quando uma ação de investigação de paternidade é instaurada. Sem

reconhecimento, quando as informações para tal são insuficientes e sem reconhecimento judicial, quando ocorre o desprovemento de ação de investigação de paternidade.

O “Programa Nome Legal”, teve uma vigência inicial de julho de 2011 a 2014, no entanto, ele continuou e continua atuando através das cinco Varas de Família, sob o comando de cinco promotores, cada um responsável por uma Vara.

Os cartórios enviam para o Programa, listas de nomes de crianças que não tem o nome do pai no registro de nascimento, as mães dessas crianças são chamadas a explicar o porquê de não ter o nome do pai no registro da criança, dadas as devidas explicações, as medidas cabíveis são chamadas, para que o pai seja contatado.

Quando o pai é presidiário, o presídio recebe um ofício pedindo a “liberação” do preso para a realização do exame. Os testes são feitos no hemocentro de João Pessoa em datas estabelecidas, são 25 casos a cada 2 meses; de 30 a 60 dias sai o resultado; viajam para lá a mãe, o suposto pai e o suposto filho. As cidades mais atuantes desse Programa são, João Pessoa e Campina Grande.

3.7 PATERNIDADE EM FOCO

Claudia Fonseca (2004) realizou uma pesquisa sobre reconhecimento de paternidade em Florianópolis no estado do Rio Grande do Sul que mantêm um convênio com a Universidade Federal para realizar exames com preços mais acessíveis, tendo como campo de pesquisa a Defensoria da República, audiências de conciliação, Vara da Família e o serviço médico do tribunal.

Segundo ela, grandes quantidades de testes de DNA em laboratórios públicos e particulares são feitos com dinheiro do Estado. Desde 1999, começando pelo Estado de São Paulo, o Estado tem usado dinheiro público para financiar esses testes.

Em 2002, o sistema gaúcho possuía uma média de mil pedidos de DNA por mês, representando 7% da quantidade de nascimentos. Com uma média de 500 testes por mês e com uma lista de espera de 8 mil pedidos, acarretando uma espera de cerca de um ano e dez meses na fila de espera, ainda segundo esse estudo, o mesmo se repete nos demais estados brasileiros. O teste de DNA foi popularizado a partir da década de 90, invocando sempre o interesse da criança que tem o direito de saber quem é o seu pai.

Na sua pesquisa, ela se pergunta se o impacto dessa nova tecnologia chegou a todos os lugares e a todas as classes sociais. Ela tece alguns questionamentos, são eles: Dar um

pai a uma criança de pai desconhecido, mas em que sentido? O resultado dado pela lei e pela ciência está surtindo o efeito desejado? Tendo em vista que nada garante que quando declarado pai o homem assuma a sua responsabilidade (se o juiz determina, ele pagará pensão alimentícia!).

Ainda em “A certeza que pariu a dúvida: paternidade e DNA” (2004), Claudia Fonseca, nos mostra que o resultado de um teste de DNA, a submissão a uma lei e uma relação social são três processos distintos. O teste serve para afirmar laços de parentesco e para negar laços já existentes.

Ela nos mostra o que estudos anteriormente expostos aqui já afirmaram, que os estereótipos como o do pai frio e autoritário foram desconstruídos e lembra aos seus leitores da produção de estudos que enfocam a interação e os cuidados que os pais têm com os filhos.

Outro trabalho escrito por Claudia Fonseca, tendo como título “As novas tecnologias legais na produção da vida familiar” (2011), ainda como fruto das suas pesquisas na Defensoria Pública, setor médico jurídico, corte de conciliação e vara de família, assim como também, dados de dossiês jurídicos e frutos de interações etnográficas, mostrou que o sistema legal não só “soluciona conflitos”, mas cria tensões, redefine relações e molda subjetividades.

As novas tecnologias reprodutivas e terapêuticas têm entrado na vida íntima das pessoas modificando os seus pensamentos e a forma como lidam com as pessoas ao seu redor e com o Estado e essa autora procura entender como essas situações reforçam ou modificam sentimentos ligados à família.

Ainda segundo Claudia Fonseca (2011), antes a atitude moral dos investigadores era considerada nos casos de investigação de paternidade, era levada em consideração a fidelidade da mulher ao homem em questão, a sua honestidade, amigos e vizinhos dela eram chamados a depor nas audiências para provar que ela era uma mulher “direita” e “séria” e as responsabilidades morais do homem perante a sociedade, hoje o juiz já não considera esses tipos de argumentos morais, se um dos pais deseja realizar um teste de DNA, o juiz pede que se abra o processo de investigação.

Em “Ciência como dispositivo de produção de paternidade: análise de produções científicas brasileiras” (2011), pesquisa que visa acompanhar a produção publicada pela Capes sobre paternidade, abrangendo os debates sobre gênero, saúde, sexualidade e direitos reprodutivos os pesquisadores elencaram textos publicados entre a segunda metade

da década de 1980 e a primeira metade da década de 1990. Jorge Lyra, Márcio Barra e Benedito Medrado (2011), identificaram 39 trabalhos científicos entre livros, capítulos de livros, teses, dissertações, artigos, comunicações em eventos, dentre outros, sobre paternidade.

Esses autores perceberam o aumento da relevância do tema “paternidade”, sendo contemplados por diversas áreas a exemplo do direito, psiquiatria, educação física, ciências sociais, dentre outras. Foram elencados no trabalho aqui referenciado, pesquisas realizadas de 1987 à 2009, encontradas no banco de dados da Capes, a maior base de dados de produções científicas e banco de teses e dissertações, a procura por trabalhos sobre o tema nesses bancos de dados teve como principal filtro o termo “paternidade”, procurando dessa forma trabalhos que no título já indicassem que se tratavam de trabalhos sobre a paternidade humana, possuindo resumos que deixassem claro o tema estudado. Foram selecionados 234 textos, entre teses e dissertações dos campos da psicologia, enfermagem, direito, psicanálise e educação.

No decorrer dos anos analisados por Valente, Medrado e Lyra (2011), observando a produção dos anos de 1987 até 2009, observaram que a área do direito contemplou as pesquisas voltadas para o reconhecimento da paternidade fora do casamento, sendo que dois marcos históricos brasileiros foram importantes para dar base as análises, a Constituição Federal de 1988, e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990. Ainda dentro desse campo do conhecimento, foram encontrados trabalhos que mostravam a tensão entre o código vigente e a jurisprudência sobre a paternidade presumida. Os estudos dessa área também discutiam a concepção de família vigente, a paternidade e a filiação afetiva, esses estudos possivelmente tenham sido influenciados pela Carta Magna e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, contemplando as consequências desses nas convivências familiares.

No campo da psicologia, segundo esses autores e as suas pesquisas, os estudos se voltaram para as representações da paternidade e o papel do pai na família, assim como também a análise sobre a vivência subjetiva da ausência paterna e a construção subjetiva do que é ser pai e a observância do exercício paternal pós separação conjugal e a paternidade na adolescência

Os estudos da antropologia se voltaram para o “novo pai”, partindo da ruptura do modelo de masculinidade. Na educação o foco era problematizar as singularidades e as diversidades dos discursos paternos. O campo da enfermagem se interessava por ver como

o homem passava pelo processo de espera pelo parto até se tornar efetivamente pai. Os campos das ciências médicas e do direito investigavam os novos sentidos da paternidade, analisando as tensões intensificadas pela popularização do DNA.

Nas áreas de educação, fonoaudiologia, antropologia e sociologia as reflexões se voltaram também para a presença ou ausência do pai na socialização dos filhos. A psicologia também procurou analisar a função paterna na contemporaneidade e os discursos dos pais, concluindo que a vontade de um pai cuidar de um filho não depende só dele, mas das condições sociais, que devem propiciar.

No decorrer desses de publicações aparece na psicologia o termo “paternidade participativa”, muito usada nesta dissertação. Na educação, na saúde coletiva, na neurociência, na saúde da mulher e da criança, surgiram diferentes versões do tema enfocando o impacto da presença ou ausência paterna no desenvolvimento da criança e da família.

Ainda segundo Valente, Medrado e Lyra (2011), no decorrer dos anos analisados no estudo “Ciência como dispositivo de produção de paternidade: análise de produções científicas brasileiras”, a educação estudou as concepções de pais com filhos portadores de deficiência, o declínio da função paterna no contexto escolar, o impacto do turno de trabalho paterno no desempenho acadêmico e do autoconceito da criança, a relação função paterna e o processo de simbolização e as identidades paterna na literatura infanto juvenil.

Esses autores nos lembram de que a paternidade comumente é analisada não de forma isolada, mas em relação à maternidade. Após a revisão da literatura publicada durante 23 anos, observaram que a paternidade passou a ser estudada com grande interesse científico e que tem ganhado espaço em diversos campos dos saberes de forma científica.

Os homens têm sido obrigados pelo Estado e pela sociedade a cumprir o seu dever na reprodução biológica, partindo do princípio que o interesse e bem estar da criança estão em primeiro lugar, isso graças a modificações sociais, a redemocratização da sociedade brasileira, a responsabilização do homem por sua reprodução biológica, reivindicações do movimento feminista, a luta pelos direitos das crianças e dos adolescentes, dentre outros. A lei estipula as obrigações do pai para com os filhos e a ciência dá meios para identificar esse pai.

Dos anos 2000 para cá, a paternidade tem rendido trabalhos, ainda mais com o surgimento de novas famílias e tipos de paternidades: paternidade homossexual, solitária,

em situação de institucionalização, afetiva, por inseminação, após separação conjugal, vivida em família nuclear e ligada ao sexo e ao sangue.

Para Martins e Oliveira (2006), o teste de DNA revolucionou os meios forenses garantindo a certeza do resultado dos exames nos processos de comprovação ou não de paternidade. Através do exame de DNA é possível ter certeza absoluta do resultado de uma paternidade. Segundo esses autores, cerca de 30% dos brasileiros não possuem o nome do seu pai na certidão de nascimento; isso acarreta sérios problemas sociais, emocionais e econômicos, isso no ano de 2006, quando escreveram “A prova na investigação de paternidade e súmula nº 301 do STJ”, dez anos depois, certamente esses números devem ter sido modificados.

É importante a comprovação da paternidade principalmente nos casos de processos jurídicos como comprovação de paternidade, recebimento de herança e pensão alimentícia, crimes de troca de crianças, abandono, dentre outros.

O ácido desoxirribonucleico, conhecido como DNA, é o material genético que compõe os genes que armazenam e transmitem as características que passam de pais para filhos, esse exame é considerado o maior avanço do século XX para área forense.

Os humanos possuem cerca de 46 cromossomos, metade transmitindo os traços maternos e a outra metade transmitindo os traços paternos. As moléculas de DNA possuem uma sequência que é única para cada indivíduo. O DNA é extraído de células do sangue. Em um exame de filiação são analisados os materiais da mãe, do pai e do suposto filho. O resultado é inquestionável.

Ainda segundo Martins e Oliveira (2006), em “A prova na investigação de paternidade e súmula nº 301 do STJ”, no cenário jurídico são consideradas três correntes decorrentes da recusa. A primeira corrente obriga o suposto pai a comparecer para realizar o exame, a recusa implica no crime de desobediência. A segunda corrente entende que o réu pode se recusar a comparecer ao teste, mas entende também que a recusa é a prova que o juizado precisava para entender que a criança é mesmo filho do réu. A terceira corrente entende que o réu pode se recusar sem que isso implique na presunção da paternidade assim como também não o obriga a realizar o teste dado que ninguém é obrigado a fornecer provas contra si.

Em 1996, o Superior Tribunal Federal, fundamentando-se na dignidade humana orientou que o réu tem o direito de se recusar a entregar material genético para a realização do DNA, negando dessa forma o direito do investigador conhecer as suas raízes genéticas

não lembrando-se ele (o STF), que negando o direito do investigante de conhecer sua origem genética, está lhe negando a sua dignidade humana também.

Diante dessa realidade cabe ao pretense filho encontrar outros elementos que provem ou não a paternidade para que o juizado chegue a uma sentença. A dificuldade de encontrar prova testemunhal é gigante, dado que em muitos casos os genitores se encontram em secreto em locais reservados, longe dos olhos daqueles que os conhecem e que poderiam testemunhar o encontro. A jurisprudência brasileira tem enxergado a recusa em realizar o exame de modo desfavorável ao réu.

A prova testemunhal é relativa; a genitora pode ter comentado com alguém próximo sobre o caso. O art. 227, da Constituição Federal, de 1988, ao se referir aos filhos, havidos ou não da relação do casamento ou união estável, indica que eles terão os mesmos direitos e qualificações dos filhos tidos dentro de um casamento ou união estável.

Segundo essa súmula, não é permitida tomar posse de qualquer parte do corpo humano de uma pessoa, como unha, fio de cabelo, sangue, pele, saliva, dentre outros para usar em um exame de DNA, alegando que essas coisas são indissociáveis do seu dono e não podem ser usados sem a sua permissão, salientando também que a coleta de material genético não deve oferecer risco de lesão corporal.

O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 assegura que todas as pessoas são iguais perante a lei. Partindo dessa assertiva, concluímos que toda criança nascida viva tem o direito de ter no seu registro o nome da mãe e do pai. Como o nosso interesse nesse trabalho é discorrer sobre a questão da paternidade, mais especificamente, quando o pai de uma criança a princípio se recusa a registrá-la em cartório, a lei tem o dever de interferir, assim como também a própria consciência individual moldada pelos discursos emitidos pelo círculo social ao qual esse homem está vinculado.

Segundo informações recolhidas no site “JusBrasil”, Luís Inácio Lula da Silva, quando presidente, sancionou uma lei que foi publicada no Diário Oficial da União, lei 12.004, que assegura que todo homem que se recusar a realizar teste de DNA, será automaticamente considerado pai da criança. Para essa lei, a recusa em fazer o teste, é a prova de que o homem indiciado é o pai.

A lei 8.560 de 29 de dezembro de 1992 regulamenta a investigação de paternidade de filhos tidos fora do casamento. É sugerido ao suposto pai da criança que o mesmo a registre, caso se recuse, a lei o obriga a realizar o teste de DNA. Sendo comprovada a paternidade o registro é lavrado em cartório, esse registro, não deverá conter quaisquer

informações particulares sobre os pais, como por exemplo, se são divorciados, casados, viúvos ou solteiros. A particularidade da vida pessoal de cada um fica preservada, até mesmo pelo fato desse filho ter sido concebido fora do casamento.

Na maioria dos casos em que os exames de confirmação de consaguinidade são solicitados, as crianças envolvidas, foram concebidas em encontros casuais ou são frutos de relacionamentos de curta duração, onde o homem e a mulher se envolveram sexualmente e não sentimentalmente. Esses “relacionamentos”, nos fizeram lembrar Zigmund Bauman e a sua obra “Amor líquido” (2004), que trata das relações pessoais que tem se tornado cada vez mais frágeis e momentâneas.

Bauman expõe a dificuldade que as pessoas sentem para se relacionar, ao mesmo tempo, em que desejam se conectar com outras pessoas. Para ele, as relações humanas são tão frágeis quanto um vaso, que ao cair, imediatamente quebra, da mesma forma são as relações humanas, as pessoas facilmente cortam os vínculos que possuem umas com as outras pessoas.

As pessoas tendem, cada vez mais a se individualizarem, a agirem e pensarem somente em si, relacionamentos de longo prazo para essas pessoas é algo inconcebível, as relações são frágeis e facilmente descartadas e logo substituídas por outras que inconscientemente, já possuem uma data de validade definida.

Bauman (2004) percebe e afirma que as pessoas sentem a necessidade de saberem que são amadas, queridas, desejadas, que a ausência delas é sentida. São os outros que definem se somos pessoas capazes de cativar e sustentar o amor que elas podem sentir por nós. A instabilidade das relações amorosas e interpessoais é tão grande, que acaba gerando nas pessoas insegurança e ansiedade e isso é facilmente constatado na nossa vida cotidiana, as pessoas tem dado preferência a relações construídas pelas redes sociais, ao invés de relações pessoais de forma presencial.

Essa nova configuração das formas de se relacionar, tem tornado as “amizades” e os “amores”, cada vez mais descartáveis, tendo em vista que desfazer uma amizade ou namoro construído via internet através das redes sociais é mais fácil e menos doloroso, do que se essas relações fossem desfeitas presencialmente, nas redes sociais, basta exercer alguns comandos via computador ou por qualquer outro aparelho com acesso à internet e redes sociais e aquela relação, de forma rápida e prática, é desfeita.

As relações, de uma forma geral, têm chegado a um ponto que quando deixam de suprir expectativas ou deixam de funcionar da forma desejada, podem ser descartadas e

substituídas por outras, dado que o medo do sofrimento faz com que os seres humanos temam se relacionar ao mesmo tempo em que sentem a necessidade e vontade de se relacionarem, embora que sem compromisso ou por pouco tempo. A qualidade tem sido trocada pela quantidade. A exemplo disso podemos observar os conflitos que há entre pais e mães que filhos que não possuem uma boa convivência, como o informante SAT e a mãe da sua filha, segundo o seu depoimento, a mãe da criança não influencia na forma como ele exerce a paternidade, principalmente pelo fato deles não terem uma relação amigável e de proximidade.

Para Bauman (2004), o amor romântico já não é mais vivido, o que existe são conexões travestidas do amor romântico, o sexo sem compromisso feito por duas pessoas ou mais, é facilmente chamado de “fazer amor”. Esse sexo sem compromisso é bastante comum em casos em que ele é feito e resulta em uma gravidez e onde há a necessidade da realização de um teste de DNA para comprovação de paternidade. Como nos casos aqui investigados a exemplo do informante SAT que ficou sabendo da suposta paternidade poucos dias depois da relação sexual, quando a mãe da criança ligou para ele dizendo que estava grávida. Foi ele quem solicitou o teste que foi feito no ano de 2014, pouco mais de um ano depois do nascimento da criança: “e eu de pronto respondi que faria o teste de paternidade.”

Durante o trabalho de campo, consegui contatar três informantes que realizaram teste de DNA para comprovar a paternidade daqueles que supostamente ainda seriam seus filhos.

A escolha dos participantes, como já dito em outro momento, se deu por meio de indicações da minha rede de amigos que conheciam homens que realizaram teste de confirmação de paternidade. Participaram desse estudo três homens e a identificação deles se deu por meio de iniciais cumprindo a determinação de manter o sigilo dos informantes, as iniciais foram escolhidas de forma aleatória e ficaram da seguinte forma: SAT, CJS e RTG, outros informantes também ganharam iniciais para serem identificados.

O primeiro contato com dois desses informantes se deu por intermediação, onde as pessoas da minha rede de amigos que os conheciam, falaram com eles sobre a minha pesquisa, em seguida fomos apresentados e dei seguimento aos contatos. Toda essa transição partindo do momento em que as pessoas que eu conheço falaram com eles sobre a minha pesquisa, até o momento em que passei a ter contato com esses informantes, demandou bastante tempo, tendo em vista que eles não me conheciam e iriam relatar um

momento íntimo das suas vidas. Vale salientar que os informantes não se conheciam entre si, assim como também as pessoas que os indicaram. As entrevistas e aplicações dos questionários, assim como também os contatos posteriores feitos para tirar dúvidas que surgiram foram realizadas de acordo com a disponibilidade dos informantes.

O primeiro informante, o SAT, na época com 27 anos de idade, com escolaridade de nível superior respondeu ao questionário encaminhado para ele no dia 17 de agosto de 2015, em sua residência. Tal informante possui apenas uma filha, a qual realizou teste de DNA para comprovar a paternidade da mesma. Atualmente se relaciona com outra mulher, que não é a mãe da sua filha. Segundo ele, a atual namorada sabia que ele tinha uma filha antes de começarem a namorar e ela aceitou esse fato concreto:

“Minha atual namorada sabia eu tinha uma filha antes de começarmos a namorar e ela demonstrou amadurecimento suficiente para não misturar nosso relacionamento com o fato de eu ter uma filha com outra mulher.”

A criança atualmente possui três anos de idade. Esse informante possui um conceito de família que envolve laços de consaguinidade e afetividade. Ser pai para ele: “é lembrar todos os dias que mesmo de longe tem alguém que precisa muito de você. E você gosta de ter essa responsabilidade.”

Antes da realização do teste ele não tinha nenhum tipo de proximidade com a criança, tendo encontrado ela apenas uma vez, momento em que a menina o estranhou: “Só havia encontrado com ela uma vez, ela chorou.” Após a realização do teste ele aos poucos passou a se aproximar da criança: “No início foi bem difícil, mas com o passar do tempo ela ficou bem apegada a mim, minha mãe e irmã. Mantemos contato, minha mãe bem mais do que eu, com frequência.”

Atualmente eles possuem certa proximidade e um afeto concreto, só não possuem uma proximidade, segundo ele, maior porque moram longe e ele não pode viajar para encontrá-la com frequência por causa do trabalho e dos estudos. Ele afirma ajudar financeiramente a manter a criança, mas conta com a ajuda da mãe, a avó da criança, para mandar essa ajuda financeira. Antes de ser pai ele não imaginava que seria, principalmente naquele momento da sua vida, a única coisa que sabia sobre os sentimentos relacionados a paternidade, era o sobre o amor que tinha pelo próprio pai, apesar de declarar que não possui muito diálogo com ele, embora tenham uma boa relação o considerando inclusive como um bom exemplo a ser seguido, por ele ter sido um pai que sempre cuidou muito bem dos filhos.

Ao ser perguntado sobre quais sentimentos surgiram após a confirmação da paternidade, respondeu: “Primeiramente senti arrependimento, me martirizei por meses, não gostava nem um pouco da situação, pra mim era um problema. Mas hoje estou bem feliz e gosto muito de minha filha.”.

Os valores que o fizeram se aproximar da filha foram aqueles relacionados à responsabilidade. Para ele a paternidade que exerce: “Significa que existe mais uma pessoa que amo e que é recíproco, além disso, ela precisa muito de mim. Falo de amor, afeto, carinho, apesar de não estar sempre presente.”

Ele participa da vida da filha quando telefona e quando está com ela e tenta consertar erros que considera que a mãe não se importa de corrigir. Segundo ele, sua vida não teve nenhuma mudança significativa, tem alguém com quem ele se preocupa, mas o fato da criança residir com a mãe faz com que a rotina dele não tenha nenhuma alteração, embora afirme que como homem se sente mais responsável. Ao ser perguntado sobre a forma com a filha o solicita como pai, respondeu dizendo: “Sempre que está comigo ela se apresenta bem confiante em mim. Pede comida, ir ao banheiro...”.

A sua família contribuiu para o exercício da paternidade que ele exerce sempre o incentivando: “Minha família sempre fez o possível para que eu aceitasse a ideia de que ser pai é uma coisa boa.”.

Ele vê a sua rede de amigos como uma boa influência para a paternidade, tendo em vista que quase todos os seus amigos são pais. Para ele, o exame de DNA foi como um alívio para sanar a dúvida existente.

O informante, RTG, conversou comigo no seu local de trabalho no mês de agosto, ele tem 27 anos de idade, empresário, e possui curso de nível superior. Pai de apenas uma filha, a qual realizou teste de comprovação de paternidade.

Atualmente encontra-se solteiro. Esse informante, diferente dos demais que contatei, possuiu um relacionamento fixo com a mãe da criança, que durou pouco mais de três anos.

Antes de fazer o teste de DNA ele não possuía nenhum tipo de relação com a criança. Após o teste, passou a vê-la com frequência. Ele não paga pensão alimentícia a mãe da criança, segundo ele, apenas “ajuda com besteiras, escola... a mãe nunca pediu” (pensão alimentícia).

Antes de realizar o teste RTG não tinha nenhum sentimento relacionado à paternidade: “passei a conviver, pegar, quando peguei e senti mudou totalmente.” (Descrevendo o momento em que a pegou nos braços).

Segundo ele, antes da realização do teste já possuía um sentimento de pai pela sua filha, embora não tivesse contato com a criança. Ao descrever os valores que fizeram com que ele se aproximasse da filha ele afirmou: “até um ano não tinha contato; depois do teste quis mostrar que sou pai.”

Ao falar sobre o significado da paternidade que exerce afirmou que sente “prazer; o que posso fazer faço sem pensar duas vezes.”, “conheço quase tudo da vida da minha filha.”

Ao ser perguntado sobre como encarou essa nova fase da vida, ele fez a seguinte afirmação: “encarei de forma positiva, só veio a acrescentar.” Ainda falando sobre a paternidade que exerce e a visão de homem que ele tem dele mesmo afirmou que a visão de homem que ele tem de si mudou: “hoje penso mais, antes de agir, ajo pensando na imagem que vou passar para a minha filha.”.

A relação dele com a mãe da criança foi “sempre boa.” Ao ser questionado sobre a forma como a sua família o ajuda ou se exerce alguma influência na forma como ele exerce a paternidade, ele afirmou que a mãe dele o ajuda, só não especificou de que forma, o restante da família não o influencia nesse sentido, o que fez foi sempre apoiá-lo, isso após a confirmação do laço de consaguinidade, antes disso, a mãe dele, principalmente ela, não via com bons olhos a suposta paternidade, só passou a aceitar essa realidade após a confirmação do teste de DNA, inclusive foi ela quem pressionou o casal a realizar o exame, segundo RTG, a mãe da criança entendeu a desconfiança da avó da mesma.

O informante, CJS, professor com nível de escolaridade superior com 33 anos de idade, possui uma filha ao qual realizou o teste para confirmar a paternidade, atualmente solteiro. Segundo ele não existiu um período fixo de relacionamento entre ele e a mãe da criança, eles se envolveram casualmente. A gravidez se consumou poucos dias depois do início da relação casual: “alguns dias”

A criança atualmente está com seis anos de idade. Sobre o seu conceito de família, afirmou: “atualmente vejo ligada ao modo de produção. Em espaço e tempo algo variável, um conceito relativo. Dentro dos padrões atuais danço conforme a música, (tenho que ficar bonitinho para a sociedade), não vejo o amor, aliás, não vejo muito sentido. Quando nasci esse conceito já existia. Para mim a família é algo bem mais complexo, é a realização da

ética, a essência de tudo, porém um tudo não obrigatório, mas um tudo cheio de respeito e sanidade.”.

Para ele ser pai é: “amar e orientar.” CJS ficou sabendo da gravidez da mulher a qual teve um encontro casual, através de uma ligação: “ela me ligou, saímos para comemorar.”.

Segundo ele, foi ela quem solicitou o teste que foi realizado no ano de 2009 quando a criança tinha quatro meses de idade. Antes da realização do teste, ele possuía com a filha uma relação: “normal com a criança, com pré-natal assistido e total afeto da minha parte.”.

Após o teste que confirmou a paternidade ele continuou com o “mesmo afeto e carinho de sempre.” É tanto que a criança passou a residir com ele e todos os cuidados dispensados a uma criança são exercidos por ele. Segundo esse pai, os sentimentos que surgiram após a confirmação do teste não mudou o que ele sentia antes, “não houve mudança, meus sentimentos sempre foram os mesmos. O teste é só um teste! Uma vida humana é maior que um teste. Teste, prova... essas coisas não me abalam, não me modificam, não modificam meus sentimentos.”

Para ele a paternidade que exerce representa uma responsabilidade para toda a vida. Ao falar sobre essa nova fase em que passou a viver, CJS afirmou que não sentiu uma mudança brusca: “estava preparado emocionalmente, psicologicamente.”.

Ele falou sobre a sua relação com a mãe da criança atualmente dizendo: “temos uma criança feliz e saudável. Somos felizes por isso... esse é, foi e sempre será o sucesso do nosso relacionamento.”.

Ao se tornar pai CJS afirmou que passou a cuidar mais da saúde. Principalmente pelo fato de possuir uma filha e ter passado a adquirir uma grande responsabilidade, que é a de cuidar dela, e ser saudável é importante nesse processo. Ainda segundo ele sua família não exerce nenhuma influência na paternidade que exerce, melhor dizendo, para ele nada exerce influência sobre esse seu papel e por fim, ao falar do ato de realizar o teste, afirmou que ele não gerou nenhum incômodo.

Nesse momento, após descrever de forma detalhada as falas dos informantes, gostaria de cruzar as informações recolhidas de forma mais sucinta, focando, como se deu o processo de materialização do filho, mostrando suas circunstâncias, contexto, modo como foi gerado o vínculo, a ruptura do homem e da mulher geradores da criança em questão, chegando até o aparecimento do filho seja lá com a idade em que esteja sendo reivindicado o acesso ao pai. Mostrando como se deram os primeiros contatos entre pai e

filho após a confirmação do teste, assim como também os passos o pai teve que dar, o que ele teve que resolver internamente para poder conseguir assimilar a paternidade e por fim mostrando o que o filho passou a representar na vida desses pais.

Começarei informando como os três homens estudados ficaram sabendo da existência do que ainda era uma suposta paternidade. Dois deles, (SAT e CJS), ficaram sabendo pelas próprias mães das crianças através de um meio de comunicação, o telefone, o terceiro pai ficou sabendo da gravidez da mulher com quem se relacionava quando já estavam no final do relacionamento, este último (RTG), diferente dos outros dois primeiros casos estudados, chegou a ter um relacionamento com a mãe da criança, os dois primeiros aqui citados não chegaram a se relacionar com as mães dos seus filhos, o que houve, foram encontros casuais.

Apenas um dos homens estudados passou a coabitar com a filha, embora a mãe da criança não resida com eles. Segundo informações de uma pessoa próxima, ele dispõe de melhores condições para criar e cuidar da criança e por possuir uma relação amigável com a mãe da criança, decidiram, sempre visando o bem estar de todos e principalmente da filha, que seria melhor ela residir com ele. Os outros dois informantes não convivem com as crianças, um deles tem encontros regulares com sua filha (RTG), já o outro, por residir mais distante da criança, pouco a encontra (SAT).

O informante SAT não possui uma boa relação com a mãe da criança, quando a filha foi concebida, em uma noite de sexo, dias depois a mãe da criança ligou para ele informando da gravidez e ele logo já falou que faria um teste. RTG namorou por três anos com a mãe da sua filha, quando estavam próximos do fim do relacionamento, ela informou que estava grávida, o que não foi suficiente para manter a relação e para que a família dele, principalmente a mãe, duvidasse do laço de consaguinidade, devido ao fato de não conhecer a mulher em questão.

SAT, que possui uma filha com três anos de idade, antes da realização do teste que foi feito quando a criança tinha um ano de idade, só havia encontrado a filha uma vez e como eles não tinham nenhum tipo de proximidade, a criança o estranhou, chegando a chorar ao sentir sua presença, após a realização e confirmação da paternidade, ele se aproximou da criança, mas a distância geográfica, o trabalho e os estudos dele, o impedem de ser mais presente na vida da menina.

Após a confirmação do teste, o informante SAT foi o único que estabeleceu um relacionamento fixo, segundo ele, a atual namorada sempre soube da existência da criança

e: “demonstrou amadurecimento suficiente para não misturar nosso relacionamento com o fato de eu ter uma filha com outra mulher.”.

No início do exercício da paternidade, foi difícil para ele, pois “não imaginava que seria pai naquele momento.” Quando o teste confirmou a paternidade ele afirmou “primeiro senti arrependimento, me martirizei por meses, não gostava nem um pouco da situação, pra mim era um problema.” Foi o sentimento de “responsabilidade” que fez com que ele se aproximasse da filha. A família teve que apoiá-lo e “sempre fez o possível para que eu aceitasse a ideia de que ser pai é uma coisa boa.”.

Após a confirmação do teste, o informante RTG, recebeu a notícia de que supostamente seria pai quando o seu relacionamento com a mãe da criança, com quem ele namorou por três anos, estava chegando ao fim. Foi a mãe dele quem solicitou o teste, alegando não conhecer a namorada do filho, segundo informações, tanto ele, como a sua então ex-namorada, aceitaram o pedido da mãe. O teste foi realizado quando a criança tinha um ano de idade. Antes da realização e confirmação da paternidade ele não tinha contato algum com a criança, após a confirmação da paternidade, ele passou a ver a criança constantemente e sentiu a necessidade de mostrar que era pai. Atualmente para ele ser pai é prazeroso, ele passou a encarar essa nova fase da vida de forma positiva, pensando sempre antes de agir, pois considera que as suas ações podem influenciar na relação e na imagem que ele deseja mostrar para a filha, agindo sempre, segundo ele, com muito mais responsável do que antes.

Após a confirmação do teste, o informante CJS, encontrava-se casualmente com a mulher que é a mãe da sua filha, poucos dias depois de se encontrarem algumas poucas vezes, ela ligou para ele informando sobre a gravidez, no entanto, a mesma ficou na dúvida sobre a paternidade da criança e pediu um teste que foi realizado quando a criança estava com quatro meses de idade. Para ele ser pai é “*amar e orientar*”. Segundo ele, os sentimentos que ele sentia pela criança, durante a gravidez, antes da realização do teste e depois da realização do teste continuaram os mesmos tendo em vista que ele sempre se sentiu pai daquela criança e sempre se portou como sendo o pai da mesma. Para ele a paternidade é “*uma responsabilidade para toda a vida.*” Após se tornar pai ele passou a cuidar mais da saúde, por saber que agora existe uma pessoa que precisa dele e que ele deve cuidar dessa pessoa.

No discurso dos homens estudados, ao serem perguntados se eles enxergam alguma diferença entre os papéis atribuídos a homens e mulheres, eles afirmaram que não existem

papéis diferenciados no que diz respeito ao convívio social, embora dois deles não dividam com as mães das suas filhas os cuidados que as crianças necessitam, justificado pela falta de tempo, pelos estudos, dentre outras descrições já feitas aqui. O que mostra aí uma contradição, eles não veem diferenças, mas mesmo assim não dividem as atividades relacionadas aos cuidados com a sua prole.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa procurou entender como se deu a construção da paternidade em homens que realizaram teste de DNA para comprovar a paternidade de supostos filhos. Analisamos os depoimentos de três homens que passaram por esse tipo de processo. A coleta foi feita através de entrevistas semi estruturadas e questionários semi estruturados, realizados de forma individual.

Durante o trabalho de campo nos deparamos com duas realidades, a realidade dos homens que realizaram teste de confirmação de paternidade com ordem judicial, sobre essa parte da pesquisa, não conseguimos falar diretamente com nenhum homem que passou especificamente por uma obrigação judicial. As informações que conseguimos sobre essa parte da pesquisa, consideramos como material adicional ao conversar com “MCF”, funcionária de um projeto de reconhecimento de paternidade da cidade de Campina Grande – PB e com outra funcionária de um escritório de advocacia da cidade, “FJB”, ambas nos informaram que os processos de reconhecimento de paternidade, na sua grande maioria, se dão de forma conflituosa, onde os filhos tidos por esses homens, geralmente, foram concebidos com mulheres que eles não possuíam um relacionamento afetivo de longa duração e muitos deles tinham casos secretos com essas mulheres, esses casos acabavam gerando uma concepção indesejável que acarretava a recusa dos homens em assumir seus supostos filhos, sendo, dessa forma, chamados a realizarem testes de confirmação da suposta paternidade, que quando se confirmava, continuava sendo negada. A essas crianças geradas desses encontros casuais, e constantemente negadas pelos seus pais, resta apenas, receber uma pensão alimentícia, imposta pela justiça.

Os homens que tivemos acesso e que realizamos as entrevistas e aplicamos os questionários, passaram por um processo, em que foi mais fácil para eles, aceitarem a ideia da suposta paternidade e a aceitação da paternidade posterior ao teste, como já descrito anteriormente.

Partindo para uma análise geral da bibliografia estudada para essa dissertação, pudemos perceber que estudar o homem e a paternidade é uma temática que vem crescendo no âmbito acadêmico, mas que ainda precisa de estudos e principalmente, de divulgação desses estudos e da presença do tema nos eventos acadêmicos. Isso se confirma pela dificuldade que encontramos para pesquisar e escrever sobre o assunto, devida a pouca quantidade de bibliografia divulgada sobre o assunto.

Observamos que a paternidade passou e vem passando por uma transição dos antigos valores que ditavam que o pai, fora as generalizações, era o provedor financeiro da família, para uma nova fase, impulsionado pela entrada das mulheres no mercado de trabalho, que além de provedor financeiro, ele se torna provedor afetivo e passa a participar ativamente dos aspectos das vidas particulares dos seus filhos, mesclando o seu comportamento, pegando para si comportamentos tradicionais e comportamentos da sociedade dita moderna.

O pai dessa sociedade dita moderna é aquele que se preocupa em mostrar ao seu filho que o ama, que se importa com a sua educação escolar, que ensina para os seus filhos a virtude e a moral consideradas certas por eles, levando sempre em consideração as mudanças sociais que estão acontecendo, aquele pai que divide com a mãe do seu filho os cuidados dispensados a sua prole.

O que se observou na bibliografia estudada é que existe uma desintegração da ideia de família centrada em pai, mãe e filhos, como já dito em outro momento nessa dissertação, novos modelos familiares se formaram e estão se formando na nossa sociedade. Entre os estudos de gênero e sexualidade o tema da masculinidade tem adquirido visibilidade nos últimos tempos e foi transformado em objeto da ciência.

Como dito no início do nosso trabalho, o interesse de estudar esse tema, também se deu, devido ao desejo de poder contribuir para a construção de trabalhos sobre a mesma, assim como também, instigar outros pesquisadores, que tiverem acesso a essa pesquisa, a realizarem estudos sobre esse campo do conhecimento, que vem crescendo, sempre no intuito de preencher as lacunas que esse trabalho possa vir a deixar, produzindo estudos mais abrangentes do que os existentes e os atualmente em curso.

É importante que os estudos, a sociedade e as políticas públicas voltem os seus olhares também para o masculino, procurando sempre entender e intervir de forma positiva na forma como esses homens se inserem na vida social, nas suas relações com as mulheres e com outros homens, procurando entender principalmente o porquê desses homens que não desejam ter filhos não tomarem cuidado com a possibilidade de engravidarem suas parceiras sexuais, dividindo dessa forma essa responsabilidade que costumeiramente é dada as mulheres, (a contracepção). Como se sabe, quase sempre, são elas quem procuram se prevenir, como se elas fossem as únicas pessoas responsáveis por uma responsabilidade que na verdade é dos dois, do homem e da mulher, como se sabe, é frequente, os estudos e as políticas públicas e as ações sobre concepção e aborto, excluïrem os homens.

É preciso entender, procurar e saber, onde estão as políticas públicas voltadas para a conscientização desses homens no que diz respeito a concepção, prevenção de doenças, cuidados com os filhos, dentre outras eventualidades. Continuar excluindo eles desses tipos de discussões, ações e políticas públicas, só fortalece cada vez mais a ideia de que esses tipos de cuidados e ações, devem ser responsabilidades apenas das mulheres e é contra isso que devemos lutar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Durval Muniz Junior de. Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças.
- AZEVEDO, Mariana. BRASILINO, Jullyane. LYRA, Jorge. MEDRADO, Benedito (Organizadores). **Entre práticas de intimidade e políticas públicas. Entre políticas de intimidade e práticas públicas.** Homens e masculinidades: práticas de intimidade e políticas públicas. 1º edição. Recife – PE, 2010, Instituto Papai.
- ARIÉS, Philippe. História Social da Criança e da Família. 2. ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.
- A história de vida como técnica de pesquisa.** In: Sociologia, v. XIV, n. 1, p. 71, mar: 1952.
- AIRES, Lídia M. Arnaud. SOUZA, Maria R. de. MENEZES, Marilda A. **Construindo narrativas orais: interações sociais no trabalho de campo.** São Paulo, n, 12, p.57-70, 2004.
- BADINTER, Elisabeth. **O amor conquistado: o mito do amor materno.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BATALHA, Luís. **Breve análise sobre o parentesco como forma de organização social.** Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Lisboa, 1995. (pp. 751-762)
- BAUMAN, Zigmunt. Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zorge Zahar Editor, 2004.
- BLOC, Lucas Guimaraes. BORIS, Georges Daniel Janja Bloc. TEÓFILO, Magno César Carvalho. **Os rituais da subjetividade masculina. O público e o privado – n°19,** janeiro/junho – 2012.
- BOLTON, Fernando Bagiotto. **As masculinidades em questão: uma perspectiva de construção teórica.** Revista Vernáculo, n 19 e 20, 2007.
- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. SOUZA, Candice Vidal. **Modelos nacionais e regionais de família no pensamento social brasileiro.** Revista Estudos Feministas. Ano 9 / 2º semestre. Pp 414-423. 2001.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. (Trad.) Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BUTLER, Judith. **Sujeitos do sexo/gênero/desejo.** 1 cap. e prefácio. In: **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008. p. 07-60.
- CAPOBIANO, Rodrigo Julio. **Como se preparar para o exame da ordem, 1º fase: leis penais especiais.** 2º ed. Rio de Janeiro: Forense: São Paulo: Método, 2011. (Resumo 14).
- CABRAL, Cristiane S. **Gravidez na adolescência: negociações na família.** Sexualidade, família e *ethos* religioso. Coleção: Sexualidade, gênero e sociedade. Garamond, 2005.
- CAVALCANTI, Cristina. GIFFIN, Karen. **Homens e reprodução.** Revista de estudos feministas. Vol 7. No 1 e 2. 1999. Número duplo.
- COSTA, Ana Paula Teixeira. SILVA, Ana Tereza Medeiros Cavalcante da. COELHO, Edméia de Almeida. Freitas e Faustino. LUCENA, Kerle Dayana Tavares de Lucena. GUEDES, Rebeca Nunes. MENDONÇA, Waglânia de. **Paternidade: responsabilidade social do homem no papel de provedor.** Revista Saúde Pública 2009;43(1):85-90.
- COSTA, Rosely Gomes. **Reprodução e gênero: paternidades, masculinidades e teorias da concepção.** Revista de Estudos Feministas. 2º semestre; 2002.

ED Bilac, RP Silva, JC Azevedo. **Direitos da família: uma abordagem interdisciplinar**, 1999.

ELIAS, Norbert. **A civilização dos pais**. Revista Sociedade e Estado, n. 3. Volume 27. Setembro/Dezembro 2012.

Estatuto da criança e do adolescente (ECA) – Lei 8.069/1990

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco: 1986. Pp. 18-28

FONSECA, Claudia. **A certeza que pariu a dúvida: paternidade e DNA**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Estudos feministas, Florianópolis, 12(2):264, maio-agosto/2004, pp13-34.

FONSECA, Claudia. **As novas tecnologias legais na produção da vida familiar**. Antropologia, direito e subjetividades. Claudia Fonseca. Civitas, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 8-23, jan-abr. 2011.

GRANJA, Rafaela. MACHADO, Helena. **Paternidades fragmentadas. Gênero, emoções e (des)conexões biogenéticas e prisionais**. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. No 208. Terceiro trimestre. 2013.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GIFFIN, Karen. **A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de sujeito histórico**. Ciência e saúde coletiva, 10(1):47-57, 2005.

GOMES, R.; REBELO, L.E.F.; NASCIMENTO, E.F. Medos sexuais masculinos e política de saúde do homem: lacunas e desafios. In: MEDRADO, B. et al. (Orgs.). **Homens e masculinidades: práticas de intimidades e políticas públicas**. Recife: Instituto Papai, 2010. p.95-108.

HONÓRIO, Maria das Dores. **Cabra-macho, sim senhor! Um estudo sobre a masculinidade no nordeste do Brasil**. In: XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2011, Curitiba. XV Congresso Brasileiro de Sociologia (751 Arquivos) Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em Curitiba-PR, de 26 a 29 de julho de 2011.

KRUCZEWSKI, Lais Regina. MARIANO, Silvana Aparecida. **Família nuclear patriarcal: breves notas sobre a (re)construção da teoria social e os estudos feministas**. Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248. Universidade Estadual de Londrina.

LIMA, Jacob Carlos & GONDIM, Linda. **A pesquisa como artefato intelectual. Considerações sobre o método e bom senso**. Edufscar. São Paulo. 2006. Pp, 46-70.

MACHADO, CJS., SANTIAGO, IMFL., and NUNES, MLS., orgs. **Gêneros e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2010. 256 p. ISBN 978-85-7879-038-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

MARTINS, Antonio Darienso. OLIVEIRA, José Sebastião de. **A prova na investigação de paternidade e súmula nº 301 do STJ**. Revista Jurídica Cesumar, v. 6, n. 1; p. 301-338, 2006

MEDRADO, B., LYRA, J., AZEVEDO, M., & Noca, J. (2010). **Reflexões irônicas sobre gestão pública dos homens na saúde: Entre a disciplina e a positividade do risco**. In B. Medrado, J. Lyra, M. Azevedo, & J. Brasilino (Eds.), Homens e masculinidades: Práticas de intimidade e políticas públicas (pp. 53-77). Recife, PE: Instituto PAPAÍ.

MEDRADO, B. et al. (Orgs.). Trabalho não é tudo, mas é quase tudo: homens, desemprego e justiça social em Políticas Públicas Gary Barker. **Homens e masculinidades: práticas de intimidades e políticas públicas**. Recife: Instituto Papai, 2010.

- MENEZES, Marilda de. **Origem e expansão da história oral**. Campina Grande, n. 28, p. 23-36, 2005.
- MOREIRA, L. E. TONELI, M. J. F. **Paternidade responsável: problematizando a responsabilização paterna**. 25(2), 388-398. 2013.
- SIMMEL, Georg. **Sobre a sociologia da família**. In Filosofia do amor. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. **Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças**. Pp 23-34.
- OKIN, Susan Moller. **O multiculturalismo é ruim para as mulheres?** In: Revista Brasileira de Ciência Política, n.4, Brasília, julho-dezembro de 2010. P.355-374.
- QUINTAS, Fátima. **A mulher e a família no final do século XX**. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 2005. 2ª. Edição – 240 p.
- ROSALDO, Michelle. **O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural**. Horizontes antropológicos – Gênero. Porto Alegre, ano I, n. 1, 1995 [1980]. Publicado originalmente em *Signs: Journal of Women in Culture and Society*. Spring, 1980. Vol.5, n.3:389-417. Tradução de Cláudia Fonseca.
- SANTOS, Valdonilson Barbosa dos. **Quando os homens abrem e fecham as asas: interpretando as práticas discursivas de gênero no contexto da violência**. Recife, 2013.
- SCOTT, R. P. **Homens, domesticidade e políticas públicas na saúde reprodutiva**. Recife: Seminário HOMENS E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2000.
- SINGLY, François de. **A família e o Estado**, pp, 63-81. **A conquista da autonomia individual**, pp, 137-148. In SINGLY, François de. *Sociologia da família contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- SUTTER, Cristina. BUCHER-MALUSCHKE. **Pais que cuidam dos filhos: a vivência masculina na paternidade participativa**. Psico Porto Alegre, PUCRS v. 39, n. 1, pp 74-82, jan/mar 2008.
- SILVA, Crísthenes Fabiane de Araújo. **Gênero tendo como foco as mulheres. Gênero e representação: os desafios das mulheres na política alagoana**. 2014.
- SILVA, Júlia Franco Amaral. THIBAU, Tereza Cristina Sorice Baracho. **A filiação socioafetiva no ordenamento jurídico brasileiro: sugestão de um procedimento viável para a efetividade do direito à filiação respaldada nos laços de afetividade**. 2013.
- SIPS – Sistema de Indicadores de Percepção Social. **Tolerância social à violência contra as mulheres**. 4 de abril de 2014.
- VALENTE, M. B. B.; MEDRADO, Benedito ; LYRA, Jorge . **Ciência como dispositivo de produção da paternidade: análise de produções científicas brasileiras**. Athenea Digital, v. 11, p. 57-72, 2011.
- VILLOTA, José Maria de Jesus Izquierdo. **A pesquisa como uma forma de representação do social**. 1999.

SITES ACESSADOS:

<http://oab-rj.jusbrasil.com.br/noticias/1613478/lei-reconhece-paternidade-mesmo-sem-dna>
<<http://books.scielo.org>>

<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/44152-licenca-paternidade-e-a-construcao-social-do-ser-homem-e-ser-mulher-entrevista-especial-com-maria-angelica-fernandes>: Licença paternidade e a construção social do ser homem e ser mulher. Entrevista com Maria Angélica Fernandes.

<http://jus.com.br/artigos/10663/abandono-de-incapaz>. BASTOS, João José Caldeira. Abandono de incapaz. Estrutura típica, formas qualificadas e aumento de pena. 2007.

<http://evertonleandro2.jusbrasil.com.br/artigos/121935593/paternidade-socio-afetiva>
<http://www.domtotal.com/direito/pagina/detalhe/29391/socio-afetividade-e-filiacao>
ipea.gov.br

<http://revistaescola.abril.com.br/blogs/educacao-sexual/2014/07/17/como-lidar-com-os-novos-modelos-familiares>/ - (acesso em 17/06/2015)

<http://www.gentequeeduca.org.br/planos-de-aula/os-novos-modelos-de-familia-no-brasil> - (acesso em 17/06/2015)

<http://www.domtotal.com/direito/pagina/detalhe/32973/novos-modelos-de-familia> - (acesso em 17/06/2015)

<http://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/134252/comentarios-novos-modelos-de-familia-unioes-homoafetivas> - (acesso em 17/06/2015)

<http://www.srosset.com.br/textos/familia-novas.html> - (acesso em 17/06/2015)

<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=250400&search=paraibalcampina-grandelinfograficos:-historico> - (acesso em 02/12/2015)

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa como voluntário. Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte ao responsável pelo estudo sobre qualquer dúvida que tiver. Esta pesquisa está sendo conduzida pela mestrandia MARY ELENN CAMPOS SOARES. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de participar deste estudo, assine este documento. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

ESCLARECIMENTOS SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: PATERNIDADE: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PATERNIDADE APÓS UM TESTE DE DNA

Pesquisadora Responsável: MARY ELENN CAMPOS SOARES. Telefone para contato: (83) 988040737 / 996630824

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Telefone para contato: (083) 21011051

O objetivo geral dessa pesquisa é analisar como se dá a construção da paternidade após a confirmação de um teste de DNA.

Garantia de acesso: em qualquer etapa do estudo você terá acesso ao profissional responsável pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. A pesquisadora Mary Elenn Campos Soares pode ser encontrada no endereço: Sítio Caixa D'água – Queimadas – Paraíba. Zona rural. Sem número.

A pesquisadora do presente projeto se compromete a preservar a privacidade dos sujeitos cujos dados serão coletados através de entrevistas gravadas e escrita. Concorde, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas sob a responsabilidade da pesquisadora Mary Elenn Campos Soares. Campina Grande, 2015.

Perguntas realizadas aos informantes:

1. Nome completo do informante:
2. Ocupação profissional:
3. Escolaridade:
4. Idade do informante:
5. Data do relato:
6. Local onde o depoimento foi recolhido:
7. Quantos filhos possui?
8. Fez teste de DNA para comprovar a paternidade de quantos filhos?
9. Ainda falta comprovar mais alguma suposta paternidade?
10. Casado ou solteiro?
11. Casado com a mãe do filho que precisou de confirmação de consanguinidade ou com outra mulher?
12. Como se deu a sua conversa com a sua atual esposa, (não sendo ela a mãe da criança que precisou de confirmação de paternidade), como vocês negociaram a dinâmica dessa aproximação com o filho de outra mulher? E como se deu a sua conversa com os filhos dessa atual relação, como você explicou para eles essa parte da sua história de vida?
13. Quanto tempo durou o seu relacionamento com a mãe da criança?
14. Quando a mãe da criança engravidou, com quanto de relacionamento vocês estavam?
15. Para você o que é ser homem e o que é ser mulher na vida social?
16. Qual a idade atual da criança?
17. Qual a ideia de família que você tem?
18. O que é ser pai?
19. Relate como você ficou sabendo que supostamente seria pai:
20. Quem solicitou o teste de DNA?
21. Quando foi feito o teste de DNA?
22. Qual a idade da criança na época do teste?
23. Como era a sua relação com a criança antes da realização do teste?
24. Como você passou a se relacionar com o seu filho após a confirmação da paternidade?
25. Você se relaciona afetivamente com o seu filho? como é essa relação?
26. Você provê financeiramente o seu filho pagando pensão alimentícia?
27. Quais os sentimentos relacionados a paternidade que você tinha antes de realizar o teste?
28. Quais os sentimentos que surgiram em você após a confirmação da paternidade?
29. Quais os valores que fizeram com que você se aproximasse do seu filho, (caso tenha se aproximado)?
30. Qual o significado que você atribui a paternidade que exerce?

31. Você conhece as particularidades da vida do seu filho, como por exemplo, onde estuda, quais as brincadeiras preferidas, comida preferida, melhores amigos? Poderia detalhar?
32. Você inseriu seu filho no seu círculo social? (*Religião, amigos, associação, escola ou faculdade).
33. Participa da vida do seu filho? De que forma?
34. Como você está encarando essa nova etapa da sua vida e qual o significado que você atribui a ela?
35. A paternidade fez alguma alteração na ideia de homem que você possui de si mesmo?
36. Fale sobre como era a sua relação com a mãe do seu filho e como é a relação com a mesma atualmente?
37. O seu filho o solicita como pai? De que forma?
38. A mãe do seu filho tem exercido alguma influência no seu exercício de paternidade? De que forma?
39. Você possui religião? Qual? Quais os discursos que ela emite sobre o papel da paternidade? Ela influencia no seu exercício da paternidade? De que forma?
40. Que transformações a paternidade trouxe para você enquanto homem?
41. Qual a influência que a sua família e a família da mãe do seu filho exercem sobre o seu papel de pai?
42. Qual a influência que a sua rede comunitária exerce sobre o seu papel de pai?
43. Qual a influência que os meios de comunicação, (rádio, internet, televisão), exercem sobre o seu papel de pai?
44. Quais foram os incômodos gerados pelo teste de DNA e como isso refletiu nas suas relações com a sua igreja, família, amigos e com a família e a mãe do seu filho?
45. Como era ou como é a sua relação com o seu pai?
46. A relação que você possui com o seu pai influenciou de alguma forma a sua relação com o seu filho?

Agradeço a sua participação e deixo o convite aberto para contatos futuros.

Sua participação foi muito importante para a pesquisa que foi realizada.